

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

**A DIMENSÃO DE GÊNERO NA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DE
DESASTRES: conflitos entre desabrigadas e gestoras de
abrigo temporários relacionados às chuvas**

MARIANA SIENA

SÃO CARLOS – SP
2009

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MARIANA SIENA

**A DIMENSÃO DE GÊNERO NA ANÁLISE SOCIOLÓGICA DE
DESASTRES: conflitos entre desabrigadas e gestoras de
abrigo temporários relacionados às chuvas**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, como parte dos requisitos à obtenção do título de mestre em Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio

SÃO CARLOS – SP
2009

**Ficha catalográfica elaborada pelo DePT da
Biblioteca Comunitária da UFSCar**

S572dg

Siena, Mariana.

A dimensão de gênero na análise sociológica de desastres: conflitos entre desabrigadas e gestoras de abrigos temporários relacionados às chuvas / Mariana Siena. -- São Carlos : UFSCar, 2009.
161 f.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal de São Carlos, 2009.

1. Sociologia. 2. Cidadania. 3. Defesa civil. 4. Vulnerabilidade social. I. Título.

CDD: 301 (20^a)



Universidade Federal de São Carlos
Centro de Educação e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Rodovia Washington Luís, Km 235 – Cx. Postal 676 13565-905 São Carlos - SP
Fone/Fax: (16) 3351.8673 www.ppgs.ufscar.br Endereço eletrônico: ppgs@ufscar.br

Mariana Siena


Dissertação de Mestrado em Sociologia apresentada à Universidade Federal de São Carlos, no dia 05 de março de 2009 às 09h00, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em 05 de Março de 2009


BANCA EXAMINADORA:



Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio
Orientadora e Presidente



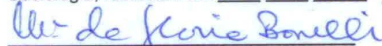
Prof. Dr. Rodrigo Constante Martins
Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Universidade Federal de São Carlos



Prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro
Universidade de São Paulo

Para uso da CPG

Homologado na 11.ª Reunião da CPG-
Sociologia, realizada em 20/05/2009



Profa. Dra. Maria da Glória Bonelli
Coordenadora "pro-tempore" do PPGS



AGRADECIMENTOS

A Prof.^a Dr.^a Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, amiga e orientadora, pelo conhecimento, oportunidade e confiança no desenvolvimento deste trabalho, e de tantos outros no decorrer da graduação e do mestrado.

Ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos, aos professores que dele fazem parte, pelo conhecimento compartilhado e a funcionária Ana Maria Suficiel Bertolo, pela sua competência no exercer de sua profissão, sempre disposta a ajudar.

A FAPESP (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo) pela bolsa concedida no período de setembro/2007 a março/2009, para realização da pesquisa que gerou este trabalho.

Aos colegas do NEPED (Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres), em especial Victor Marchezini e Beatriz Pavan que muito me ajudaram nos trabalhos de campo e em discussões teóricas.

Ao meu companheiro Vitor Lyrio do Valle Borges de Siqueira pelo companheirismo e amor durante todo o período de formação, tanto nos momentos tranquilos como nos mais conturbados.

Por fim, mas não menos importante, aos meus pais Ledinéia Magrini Siena e Luiz Mauro Siena, pela confiança, pelo incentivo e apoio, desde o início.

RESUMO

O aumento dos eventos extremos relacionados às chuvas, somando-se com a vulnerável inserção territorial dos mais pobres, tem gerado um acréscimo no número de desabrigados em todo o país. Desabrigados são aqueles cujos imóveis de uso domiciliar sofreram danificações e/ou destruição, acarretando a desintegração do espaço privado de convivência. Dentre as ações de Defesa Civil em um desastre, a reabilitação prioritária é a organização de abrigos temporários para populações que ficaram desabrigadas. Numa circunstância em que as Mudanças Climáticas poderão provocar um aumento dos eventos extremos relacionados às chuvas, a vulnerabilidade de populações empobrecidas tende a crescer. Decorre daí, a necessidade de melhoramento deste serviço público. Diante disso, cabe, como objetivo geral, uma análise sociológica acerca das lógicas pelas quais essa medida de Defesa Civil tem operado coordenando os diversos órgãos e ações prioritárias, como assistência social, saúde e outros. Como objetivo específico, este projeto visa debruçar-se sobre o recorte de gênero, analisando comparativamente os desafios da gestão de abrigo sob a ótica das mulheres na situação de comando e daquelas que se encontram abrigadas. Considera-se que as análises comparativas apresentam relevância na promoção de ajustes em políticas públicas que exigem atuação integrada de diversos órgãos. Espera-se que a pesquisa de base qualitativa – a partir de revisão bibliográfica, documental e de campo, na coleta de relatos orais, observação direta e fotodocumentação – possibilite gerar subsídios para a gestão pública imbricando o tema das emergências com o da promoção da cidadania.

Palavras-Chave

Cidadania, Defesa Civil, Abrigos Temporários, Promoção Social, Gênero.

ABSTRACT

The increase of extreme events related to rains, added to a vulnerable territory insertion of the poorest, generated an increase in the number of homeless across the country. Homeless are those whose home-use buildings suffered damage and / or were destroyed, causing the disintegration of private living space. Among the actions of Civil Defense in a disaster, the priority rehabilitation is the organization of temporary shelters for the homeless families. In a circumstance in which climate change may cause an increase of extreme events related to rainfall, the vulnerability of poor populations tends to grow. It follows then, the need of the improvement of this public service. Considering this, the general goal, is a sociological analysis on the logic by which the measure of Civil Defense has been operating and coordinating the various agencies and the priority actions, such as welfare, health and others. As specific goal, this project aims to focus on the cut of gender, comparatively analyzing the management challenges of shelter, from the perspective of women in position of command and of those who were sheltered. It is considered that the comparative analysis have relevance in the promotion of adjustments in public policies that require integrated activity of various agencies. It is expected that the qualitative research - from a literature, documentary and field review, and from the collect of oral reports, direct observation and photos - provides grants for public management including the theme of emergency with the promotion of citizenship .

Keywords

Citizenship, Civil Defense, Temporary Shelters, Social Promotion, Gender.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Nova Friburgo/RJ inundada pelo rio Bengalas.....	80
Figura 2 – Deslizamentos em Nova Friburgo/RJ.....	81
Figura 3 – Danos humanos em Nova Friburgo/RJ.....	81
Figura 4 – Abrigo Temporário tomado para estudo localizado no distrito de Riograndina, em Nova Friburgo/RJ.....	82
Figura 5 – Danos às casas da população ribeirinha.....	85
Figura 6 – Afetado desolado passa por área deslizada.....	85
Figura 7 – Danos ao Patrimônio público: trator atingido e destruído pela enchente.....	85
Figura 8 – Abrigo temporário tomado para estudo em Sumidouro/RJ.....	86
Figura 9 – Recepção equipe do NEPED no gabinete da prefeitura em Nova Friburgo/RJ.....	88
Figura 10 – Infra-estrutura improvisada na qual a equipe do NEPED foi recebida pelo prefeito de Sumidouro/RJ.....	88
Figura 11 – Fogão e seus utensílios salvos pelos desabrigados e utilizados dentro do “quarto” do Abrigo na Escola Municipal Estação do Rio Grande.....	92
Figura 12 – Dentro do “quarto” tanquinho de lavar roupas que abrigada conseguiu salvar em meio ao desastre.....	92
Figura 13 – No detalhe, as cadeiras amontoadas no canto da sala para separar seus bens dos da escola.....	96
Figura 14 – Única parede que restou da casa que foi levada pelo rio, Distrito de Riograndina.....	101
Figura 15 – Roupas lavadas e secando no local interdito pela Defesa Civil, Distrito de Riograndina.....	102
Figura 16 – No detalhe, o varal estendido pelo marido de dona Ana, dentro do “quarto”, para garantir maior privacidade.....	103
Figura 17 – Cômoda, produtos de beleza, botijão de gás, tábua de passar roupas: alguns dos objetos salvos por uma das abrigadas e realocados na sala de aula – ao fundo, a lousa.....	106
Figura 18 – Cozinha do abrigo instalado na escola Maria Amélia Pacheco.....	108
Figura 19 – Área que servia de dispensa para os mantimentos – sala aberta, na qual todos tinham acesso.....	108
Figura 20 – Organização do espaço feito pela abrigada na sala de aula. No detalhe: improvisação de cortinas, lençóis estendidos na cama e no colchão no chão.....	111
Figura 21 – Organização do espaço feita pela abrigada na sala de aula. No detalhe: vaso de decoração na mesa, uma tentativa de representação da ordem do lar.....	111
Figura 22 – Do privado ao público: Lavanderia improvisada com os tanquinhos das abrigadas. No detalhe: uma única tomada para dois tanquinhos – nova “área de risco”	112
Figura 23 – Janelas das salas de aula servindo de varal para pendurar as roupas.....	113
Figura 24 – Moradia afetada pela cheia do Rio Caí, Outubro de 2007, no Bairro Navegantes.....	121
Figura 25 – Enchente ocorrida em julho de 2007.....	121

Figura 26 – Enchente ocorrida em setembro de 2007.....	122
Figura 27 – Ginásio do Parque Centenário tomada como abrigo temporário.....	123
Figura 28 – Infraestrutura precária alugada pela prefeitura para servir de abrigo..	123
Figura 29 – Divisão do território do abrigo, localizado no Bairro Rio Branco, feita pelas famílias.....	126
Figura 30 – Abrigada preparando alimento de sua família no abrigo localizado no ginásio do Parque Centenário.....	127
Figura 31 – Fachada do abrigo do bairro Rio Branco. No detalhe: o único varal que havia e as mulheres sentadas cuidando de seus pertences enquanto secam.....	128
Figura 32 – Casa atingida pelo deslizamento no Morro do Baú (Acervo cedido por um dos desabrigados de Ilhota).....	133
Figura 33 – Plantação de arroz alagada na região de Ilhota/SC (Acervo cedido por um dos desabrigados de Ilhota).....	133
Figura 34 – Parte da plantação de banana levada pelo deslizamento (Acervo cedido por um dos desabrigados de Ilhota).....	134
Figura 35 – Divisão do espaço da sala de aula por mais de uma família no abrigo Marcos Konder.....	135
Figura 36 – Espaço da cozinha “disputado” entre a cozinheira profissional e as abrigadas.....	136
Figura 37 – Escala para uso da lavanderia no abrigo Marcos Konder.....	137
Figura 38 – Espaço para secagem da roupa no abrigo Marcos Konder.....	138
Figura 39 – Espaço exíguo para descansar e reunir objetos de uso pessoal da família.....	139
Figura 40 – Em Ilhota, o expediente dos órgãos municipais, encerrado dia 23 e retornaria dia 29 de dezembro.....	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Desastres Naturais 1900-2007.....	13
Gráfico 2 – Número de Pessoas Afetadas pelos Desastres Naturais 1900-2007.....	13
Gráfico 3 – Maiores níveis registrados do rio Caí entre 1878 e 2005.....	119

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Desastres notificados e reconhecidos pela Defesa Civil Estadual, de 2003 a 2008.....	120
--	-----

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
2. ANÁLISE DOS ESTUDOS SOBRE RISCO.....	23
3. O ESPAÇO DA MODERNIDADE: espaço geográfico, instituições e identidade.....	36
3.1 O Espaço Geográfico.....	36
3.2 As Instituições.....	40
3.3 As Identidades.....	43
4. CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE ANÁLISE.....	46
O Significado do Recorte de Gênero no Estudo.....	46
4.1.1 A categoria gênero.....	46
4.1.2 Gênero para Bourdieu.....	47
4.1.3 A relevância do recorte de gênero.....	49
4.1.4 A mulher profissional.....	53
4.1.5 Reflexos psicossociais do desastre nas afetadas.....	55
4.1.6 A mulher segundo a literatura especializada em desastre.....	59
4.2 De Onde vêm e Quem são os Desabrigados?.....	63
4.3 O Abrigo Temporário.....	69
5. DA ADMINISTRAÇÃO AUTORITÁRIA À ADMINISTRAÇÃO COMUNITÁRIA: OS CASOS DOS ABRIGOS DE NOVA FRIBURGO E SUMIDOURO.....	76
5.1 Caracterização do Município de Nova Friburgo/RJ.....	78
5.2 Caracterização do Município de Sumidouro/RJ.....	82
5.3 A Luta pelas Classificações nos Abrigos Temporários	86
5.3.1 A submissão ao Estado na refabricação da rotina familiar: o abrigo de Nova Friburgo/RJ.....	89
5.3.2 A lógica comunitária de gestão: o abrigo de Sumidouro/RJ.....	104
6. O DESCOMPASSO ENTRE AS NECESSIDADES DOS ABRIGADOS E AS MEDIDAS DE REABILITAÇÃO IMPLEMENTADAS PELO ESTADO: OS CASOS DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ E ILHOTA.....	117
6.1 Caracterização do Município de São Sebastião do Caí/RS.....	117
6.2 Do desabrigo ao auxílio moradia: o caso de São Sebastião do Caí/RS.....	121
6.3 Caracterização do município de Ilhota/SC.....	131
6.4 A necessidade de repactuação das bases de interlocução do Estado com os afetados: o abrigo de Ilhota/SC	134

7. CONCLUSÕES	142
REFERÊNCIAS	146
ANEXOS	155

1. INTRODUÇÃO

a) Desastres: fatalidades de uma ameaça natural/tecnológica?

A partir de 2003 o Grupo de Estudos e Pesquisas em Desastres (GEPED), coordenado pela Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, se propôs continuamente a levantar todo o estado da arte sobre prevenção, socorro e recuperação de grupos vulneráveis a riscos naturais e tecnológicos relacionados à água, em especial aos eventos hidrometeorológicos – chuvas, raios e vendavais – em circunstâncias de enchentes e inundações. Começou como um trabalho árduo, pois o tema dos desastres pouco ocupava as discussões acadêmicas nacionais, mas aos poucos crescia junto aos debates de degradação ambiental, avanço da pobreza e das Mudanças Climáticas. Os membros do GEPED dedicavam-se ao estudo dos diferentes grupos vulneráveis que podiam ser identificados numa situação de desastre – mulheres (grupo este que coube a mim como objeto de pesquisa a partir do ano 2004), idosos, crianças, moradores de rua – somados, na maioria dos casos, a uma inserção social, econômica e territorial deteriorada e desfavorecida.

Apesar das condições adversas, com muito esforço o Grupo avançou na produção de uma literatura sobre o tema e aos poucos foi ganhando reconhecimento. Em setembro de 2005, o GEPED institucionalizou-se junto ao Departamento de Ciências Sociais da UFSCar, como Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (NEPED¹), e tem hoje como um dos seus propósitos subsidiar, por meio da reflexão sociológica, as ações públicas dos órgãos de Emergência – no Brasil, a Defesa Civil – e avançar no entendimento das

¹ Informações e produções do NEPED podem ser visualizadas na página: <<http://www.ds.ufscar.br/neped-nucleo-de-estudos-e-pesquisas-sociais-em-desastres>> .

particularidades e necessidades dos grupos vulneráveis, o que poderá colaborar numa reformulação das relações dos entes públicos com os afetados.

No final de 2006, foi aprovado junto ao Edital Universal do CNPq, o projeto de pesquisa denominado: “Representações Sociais dos Abrigos Temporários no Brasil: uma análise sociológica de base qualitativa da ótica dos gestores públicos e dos abrigados em contexto de desastre relacionado às chuvas”, cujo objetivo central é o de descrever e analisar comparativamente as representações dos abrigos temporários, na ótica dos gestores e dos abrigados, nas cinco macrorregiões do país. Muitos pesquisadores deste Núcleo se comprometeram com a execução desse projeto, e alguns, como no meu caso, costuraram sua pesquisa individual a esse projeto maior. O projeto já rendeu diversos artigos e relatórios técnicos, além de pesquisas de campo que subsidiaram toda a discussão².

Dentro deste histórico de pesquisa que o grupo organizou, nos dias 16 e 17 de agosto de 2005, o mini-curso “Gestão de Desastres³”, ministrado pela pesquisadora e especialista em gestão de desastres do Hazard Reduction & Recovery Center/Texas A&M University, Carla Prater, no qual a pesquisadora relatou sua experiência e de sua equipe no trato do tema. Das várias experiências relatadas, duas em especial chamaram minha atenção: a primeira, na Índia, a pesquisadora juntamente com sua equipe foi analisar a situação após a tsunami, e, segundo ela, entender as funções das mulheres, o recorte de gênero de tal sociedade, foi importante para compreender o número elevado de óbitos entre as

² Estes três parágrafos iniciais que demonstram o histórico de esforço de pesquisa do NEPED foi mais bem retratado por Beatriz J. C. Pavan (2009), em sua dissertação de mestrado intitulada “Construção Social do Lugar: segurança e risco na visão de desabrigados em decorrência de desastres relacionados às chuvas”, e que aqui foi apenas reproduzido resumidamente.

³ O mini-curso foi realizado em Itirapina/SP, no Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada da Escola de Engenharia de São Carlos/USP, cuja carga horária foi de 12h/a.

mulheres. Carla Prater relatou que tal fenômeno ocorreu em virtude da função dessas mulheres na estrutura social daquela comunidade: eram as responsáveis pela limpeza e comercialização dos peixes que seus maridos pescavam; também cuidavam da casa, dos filhos; além das práticas espirituais da família. Com isso, quando da chegada da tsunami, os maridos dessas mulheres estavam em alto mar na pesca (e assim não a sentiram passar, ou sentiram-na levemente), enquanto elas os esperavam na costa para pegarem os peixes que iriam ser comercializados, o que acabou vitimando-as em grande número.

Além disso, outro agravante é que com a morte de muitas mulheres, vários homens ficaram viúvos com os filhos para criarem, mas estes homens não tinham esta função até então, o que gerou uma desestruturação familiar grande. E ainda, por causa de tal desestruturação, muitos homens estão caminhando para o alcoolismo.

A segunda experiência relatada por Prater é o caso do desastre com gás em Guadalajara, no México. Em Guadalajara, um gasoduto atravessava o meio de um bairro, com o seu rompimento, no período da manhã, quase não houve vítimas. Mas a explicação para isso foi a seguinte: no horário em que ocorreu o desastre os homens já haviam saído para trabalhar e as mulheres estavam na parte dos fundos da casa – local preferencialmente da cozinha e dos quartos. Isso quer dizer que no horário que tudo aconteceu as mulheres estavam cuidando da arrumação da casa e não estavam na parte da frente da casa – preferencialmente a sala de visitas.

Estes dois casos relatados pela pesquisadora são exemplos de fatalidades de uma ameaça natural/tecnológica?

A resposta que a Sociologia pode dar é não. Tais exemplos demonstram que: por mais que se tenha o fator de ameaça, seja natural como a tsunami, seja tecnológico como o rompimento de um gasoduto, a territorialidade no seu recorte de gênero, definiu o maior e menor número de vítimas nos desastres.

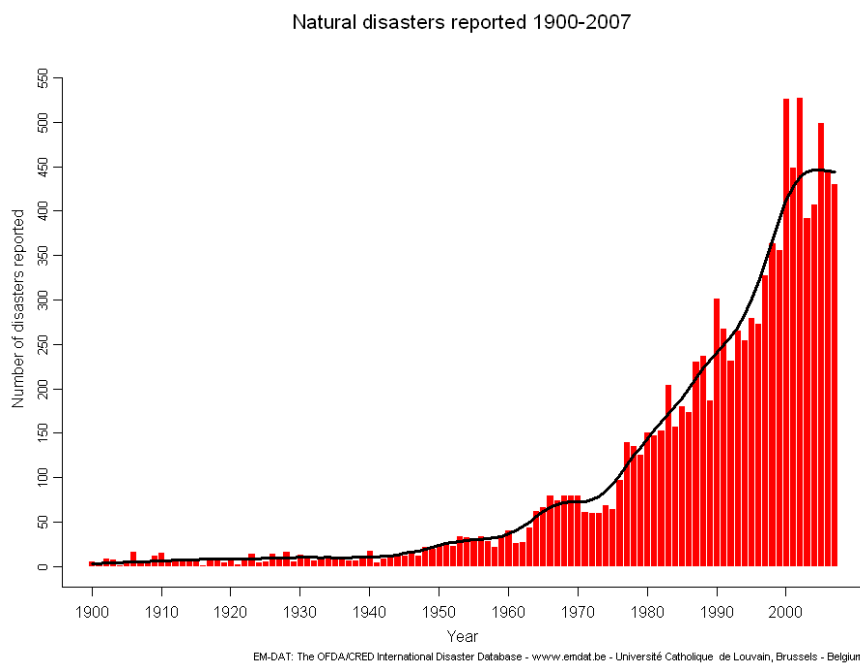
b) Desastres e Mudanças Climáticas

O ano passado foi crítico no que se refere aos desastres naturais. Infelizmente – e com conseqüências trágicas para milhões de pessoas – 2007 mostrou a tendência de uma “nova normalidade”, um novo paradigma de mudanças climáticas extremas. Perante esta manifestação evidente das mudanças do clima, temos de adaptar rapidamente a forma como nos preparamos para os perigos da natureza e como respondemos a eles (UNIC Rio de Janeiro, 2008, s/p).

O planeta mais quente tem mais energia na atmosfera. Os ventos e as chuvas são mais fortes. O mundo está ficando tropicalizado. Com isso, eventos extremos que eram raros começaram a aparecer com certa frequência nos últimos 3 anos. Aumentaram o número e a intensidade de furacões registrados no Caribe. Houve enchentes na Venezuela e na Argentina que nunca tinham acontecido. Houve uma seca sem precedentes no oeste da Amazônia. O primeiro furacão observado no Atlântico Sul atingiu o Brasil em 2004. Houve tempestades de granizo em Buenos Aires e em La Paz que nunca tinham sido registradas. São exemplos do que já está acontecendo e vai se intensificar (NOBRE *apud* MARQUES, 2008, p. 65).

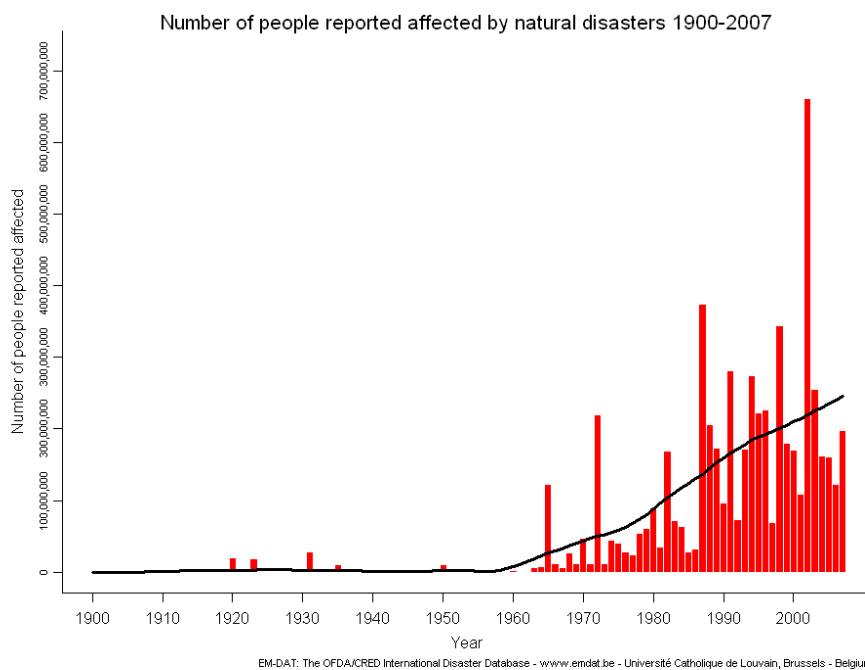
Como se pode notar nos trechos acima, o tema das Mudanças Climáticas tem sido foco de discussões em todo o mundo, em vários órgãos e, por conseguinte, tem ganhado maior repercussão em vista dos recentes relatórios do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (IPCC) apontarem para fatores de ameaça à espécie humana em escala global. Numa análise feita pelo The OFDA/CRED International Disaster Database, acerca da ocorrência de desastres naturais, pode-se observar seu progressivo aumento mundial durante o século XX e início do XXI (conforme gráfico 1 a seguir):

Gráfico 1: Desastres Naturais 1900-2007



Tal aumento da ocorrência de desastres naturais, por sua vez, reflete no número maior de pessoas afetadas (vide gráfico 2):

Gráfico 2: Número de Pessoas Afetadas pelos Desastres Naturais 1900-2007



Na América Latina e Caribe, o anuário Estatístico de 2007 aponta a ocorrência de 5.963 perdas humanas em decorrência de inundações no período de 2000 a 2006 e quase 5 milhões de pessoas foram afetadas (CEPAL, 2007)

No Brasil, o debate em torno das Mudanças Climáticas tem abordado o detalhamento de alguns fatores de ameaça, tais como os eventos de precipitações concentradas, de desertificação e de elevação do nível do mar. Contudo, menor atenção tem sido dada à análise sociológica das dimensões sócio-econômicas das vulnerabilidades dos afetados, sobretudo no que concerne à perspectiva de demanda pelas ações de Defesa Civil (VALENCIO, 2007), desde o aspecto de prevenção ao de resposta e recuperação quando da ocorrência do desastre. Desastre é aqui considerado como um fenômeno que imiscui um acontecimento físico com elaborações culturais que o ancoram (QUARANTELLI, 1998). Sendo assim, os subsídios que as Ciências Sociais podem fornecer à mitigação dos desastres nas cidades brasileiras precisam ser enfocados pela perspectiva da vulnerabilidade social bem como das representações sociais sobre o mundo que balizam as práticas dos sujeitos.

Para analisar os impactos de um desastre, segundo Quarantelli (2006), a variável fundamental é o nível de organização social, tirando-se, assim, o foco da importância do fator de ameaça e valorizando as relações sociais e políticas que se refletem territorialmente. O autor lembra que um furacão que, com a mesma potência, atravesse vários territórios, acomete um número diferente de pessoas em cada um deles. Os danos do momento do impacto e pós-impacto estarão associados à pobreza e ao funcionamento da rede de relações para aliviar o sofrimento social, o que tem implicações diretas na esfera política, sendo algo que precede o acontecimento trágico. Nessa linha de análise, podemos supor que as

sistemáticas temporadas de furacões no contexto de miséria estrutural no Haiti permanecerão, por longo tempo, vivenciadas como catástrofe, não apenas como um desastre, devido à irresolução e aumento interno de problemas de moradia, saneamento e alimentação, dentre outros, que explicitam a incapacidade da população em promover a reprodução social de seu meio (VALENCIO, 2008a).

c) Objetivos e Organização do trabalho

Na situação de desastre, ocorre, com a população afetada, um desarranjo parcial ou total de seus lugares habitacionais de vivência, assim como perda das fontes de trabalho e da rede social de apoio. Esse conjunto de fatores faz com que os afetados sofram tanto pela dimensão material de seus danos e prejuízos quanto pelas dimensões imateriais imbricadas na sua identidade, dignidade e relações interpessoais.

Assim, o aumento dos eventos extremos relacionados às chuvas somando-se com a vulnerável inserção territorial dos mais pobres⁴ tem agravado este quadro. Diante disso, a Secretaria Nacional de Defesa Civil aponta que o número de desabrigados em todo o país deva aumentar significativamente, exigindo maiores esforços de sua parte, seja agindo preventivamente, seja na mitigação dos danos (BRASIL, 2007a, 2007b).

Desabrigados são aqueles cujos imóveis de uso domiciliar sofreram danificações e/ou destruição, acarretando não só a desintegração do espaço privado

⁴ Bem como ressalta Cardoso (2006) “dadas a estrutura do mercado de terras e de moradia e a ausência do Estado na implementação de políticas habitacionais efetivas, e considerado o problema da pobreza e da desigualdade (...), as ‘opções’ de acesso à moradia para os mais pobres ocorre através da ‘ocupação’ de terras vazias [exemplo: às margens dos rios] ou (...) da compra ou do aluguel de imóveis (terras ou moradias prontas) com valor acessível à sua renda em áreas previamente ocupadas, que passam a ser mercantilizadas em um mercado informal que se generaliza nas favelas cariocas” (p. 34).

de convivência como alterando o seu *habitus*⁵. Caracterizam-se como aqueles que não encontram apoio da vizinhança, de amigos e de parentes para alojarem-se circunstancialmente em suas moradias – o que, caso ocorresse, designá-los-ia como desalojados⁶.

Neste cenário, é de responsabilidade da Defesa Civil executar e implementar as medidas de prevenção, resposta, reabilitação e recuperação de desastres. Dentre estas, uma das medidas de reabilitação prioritária – no caso da decretação de situações de emergência⁷, ou, quando da ocorrência de um desastre de maiores proporções, o estado de calamidade pública⁸ – é a organização de abrigos temporários para populações que ficaram desabrigadas.

Assim, o abrigo temporário é, segundo os manuais de defesa civil, um *locus* provisório de atendimento de necessidades básicas dos desabrigados, devendo o gestor público ali atender a um conjunto de provisões que se referem à proteção física, a um local de repouso, à alimentação, ao vestuário, à medicação, dentre outros, até que uma solução duradoura seja adotada pelo Estado (Valencio et al, 2008).

⁵ Segundo Bourdieu (2004, p.158), “o *habitus* é ao mesmo tempo um sistema de esquemas de produção de práticas e um sistema de esquemas de percepção e apreciação das práticas. E, nos dois casos, suas operações exprimem a posição social em que foi construído”.

⁶ Conforme o Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres (CASTRO, 1998) desabrigado é um “desalojado ou pessoa cuja habitação foi afetada por dano ou ameaça de dano e que necessita de abrigo provido pelo Sistema” e desalojado é aquela “pessoa que foi obrigada a abandonar temporária ou definitivamente sua habitação, em função de evacuações preventivas, destruição ou avaria grave, decorrentes do desastre, e que, não necessariamente, carece de abrigo provido pelo Sistema” (p. 52).

⁷ “Situação de emergência é o reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando danos (superáveis) à comunidade afetada” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p. 200).

⁸ “Estado de calamidade pública é o reconhecimento legal pelo poder público de situação anormal, provocada por desastres, causando sérios danos à comunidade afetada, inclusive à incolumidade e à vida de seus integrantes” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p. 196).

Diante disso, cabe uma análise sociológica acerca das lógicas ou racionalidades pelas quais essa medida de Defesa Civil está operando diretamente e/ou coordenando os diversos órgãos e ações prioritárias, como assistência social, saúde e outros. Surgem questionamentos, tais como: em que medida as rotinas de uma população civil são consideradas na estruturação e na rotina imposta pelos administradores, nos abrigos, tendo em vista que a Defesa Civil no Brasil é um sistema estruturado sob uma racionalidade militar? Em que medida os recortes socioculturais, como os que marcam as distinções o mundo rural e o mundo urbano, as populações tradicionais, ou as dimensões étnicas ou as de gênero são consideradas quando da necessidade de se organizar os abrigos temporários?

Sendo muitos os questionamentos suscitados, este trabalho teve por objetivo ocupar uma dessas lacunas de conhecimento sobre este fenômeno o qual a ciência social não se deteve sob o prisma sociológico. O foco selecionado neste estudo refere-se ao recorte de gênero a partir do qual se descreveu e analisou, comparativamente, as representações dos abrigos temporários pela ótica das mulheres na situação de gestora do abrigo e as representações daquelas que se encontram abrigadas⁹.

Os resultados obtidos serão apresentados na seguinte estrutura:

- Capítulo 1: uma breve introdução ao tema e apresentação dos procedimentos metodológicos que balizaram a feitura deste trabalho.
- Capítulo 2: teve o intuito de abordar, resumidamente, a trajetória dos estudos sobre risco nas diferentes áreas do saber, com ênfase nas Ciências Sociais, para o melhor entendimento da mudança de *status* do tema como marginal

⁹ Estes três tipos de classificação serão encontrados no decorrer deste projeto, assim, cabe entender por afetadas aquelas que foram atingidas pelo desastre, causando danos; desabrigadas aquelas que tiveram de sair da sua casa; e abrigadas aquelas que foram para abrigos. Trata-se de uma classificação processual neste projeto e dizer que uma mulher está desabrigada é o mesmo que dizer que foi afetada como também que será abrigada.

para a sua atual centralidade. E não só os estudos de risco, mas os de desastres e vulnerabilidades.

- Capítulo 3: antes de abordar o mundo social de cada grupo de análise, fez-se necessário contextualizar os grupos dentro do espaço social maior, que é o da modernidade. Tal espaço configura-se como o pano de fundo de toda e qualquer análise contemporânea, como o espaço de relação entre grupos. Assim, analisou-se os três principais componentes de tal espaço: o território, as instituições e as identidades.
- Capítulo 4: tentou sintetizar as características dos grupos de análise (abrigadas e gestores), do espaço social macroenvolvente que influencia no relacionamento entre ambos dentro do abrigo temporário. Para isso, analisou-se a relevância do recorte de gênero e classe – do ponto de vista da estrutura social – além de uma breve descrição do que seja um abrigo temporário.
- Capítulo 5: abordou os resultados da pesquisa de campo executada na macrorregião Sudeste do país, especificamente em abrigos instalados no município de Nova Friburgo/RJ e Sumidouro/RJ.
- Capítulo 6: abordou os resultados da pesquisa de campo executada na macrorregião Sul do país, especificamente em abrigos instalados no município de São Sebastião do Caí/RS e Ilhota/SC.
- Nas conclusões e recomendações serão abordadas algumas reflexões e orientações emergidas a partir do trabalho de pesquisa (revisão bibliográfica, pesquisa documental e pesquisa de campo qualitativa), que procuraram subsidiar as políticas públicas no que concerne a este desafio sempre reflexivo que é implementar e formular políticas públicas de resposta

(reabilitação) e reconstrução, em que a gestão de abrigo se inclui como um desafio e como uma necessidade.

d) Procedimentos Metodológicos

“A Metodologia explicita as questões norteadoras e as estratégias que serão utilizadas para a abordagem empírica do objeto” (GONDIM, LIMA, 2006, p. 53). Numa abordagem qualitativa das Ciências Sociais, especificamente na área de Sociologia, este estudo adotou os seguintes procedimentos: a revisão bibliográfica, a pesquisa documental e a pesquisa de campo de base qualitativa.

Assim, no que concerne à revisão bibliográfica, almejou-se aprimorar a compreensão da teoria dos riscos, principalmente por meio do estudo feito por Cardoso (2006). Buscou-se a compreensão da discussão de Elias & Scotson (2000) acerca dos *outsiders* a fim de melhor compreender o status estigmatizante (Goffman, 1980) ao qual a abrigada é rotulada – não só por aqueles que administram o abrigo (na maioria das vezes, agentes da Defesa Civil com condutas militarizadas) como também pela comunidade envolvente da qual o abrigo faz parte. Por fim, baseando-se no conceito de *habitus* (Bourdieu, 2004) e de “luta pelas classificações” almejou-se identificar como o espaço dos abrigos focalizados, como estudo de caso, eram organizados e estruturados pela mulher gestora e pelas abrigadas no cumprimento de suas rotinas e reafirmação das suas respectivas identidades, para entender os possíveis conflitos entre os dois grupos.

A pesquisa de campo empreendida adotou, por seu turno, procedimentos qualitativos que subsidiaram a comparação dos casos. A escolha dos casos baseou-se em uma pesquisa documental, utilizando-se dos registros

jornalísticos durante a estação de chuvas¹⁰ das macrorregiões Sudeste e Sul e na interface entre a cobertura da mídia – denotando a relevância do contingente de desabrigados e/ou incapacidades e tensões no processo de montagem e funcionamento de abrigos temporários – e as informações oriundas da Secretaria Nacional de Defesa Civil. No caso dos municípios da região Sudeste, coube à Secretaria Nacional de Defesa Civil, juntamente com a Subsecretaria do Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro, indicar os municípios de Sumidouro (pequeno porte) e Nova Friburgo (médio porte) como os casos mais emblemáticos a serem analisados no período de chuvas de outubro de 2006 a março de 2007. Já no caso dos municípios da região Sul, foram duas citações diferentes: em São Sebastião do Caí/RS não houve uma indicação da Secretaria Nacional nem Estadual e sim uma pesquisa documental, principalmente por meio da utilização de jornais eletrônicos e pelo site da Defesa Civil Estadual que levou o grupo de pesquisa, em setembro de 2008, ao município para analisar os desabrigados das chuvas de 2007 que se encontravam ainda em situação de desabrigo; em Ilhota/SC houve uma recomendação da Secretaria Nacional de Defesa Civil, pois este município era considerado um dos casos mais emblemáticos das chuvas que assolaram o Estado de Santa Catarina em novembro de 2008.

Em todos os casos optou-se por não identificar os entrevistados, pois alguns colocavam isso como condição para ceder a entrevista. Todos os desabrigados entrevistados eram mulheres. Nos casos de Sumidouro, Nova Friburgo e Ilhota as desabrigadas foram nomeadas como abrigadas 1, 2, 3 e assim

¹⁰ O foco em casos de desastres relacionados às chuvas, e não em desastres relacionados a demais eventos naturais ou tecnológicos, foi necessário para que os casos fossem comparáveis entre si, especialmente em relação aos efeitos ambientais, materiais e humanos que levam os municípios a decretarem situação de emergência ou estado de calamidade.

por diante. Já no caso de São Sebastião do Caí optou-se por informante ao invés de abrigada, pois as entrevistadas não se encontravam em abrigos temporários. Como as entrevistas não foram realizadas em circunstância pré-programada, a amostra favoreceu-se da observação de um dia normal de atividade dos grupos bem como, no caso das abrigadas, da aleatoriedade como se encontravam presentes ao local quando foram abordadas – abordadas individualmente. Das entrevistas concedidas, destacamos os trechos mais significativos enquanto expressão de uma fala comum do grupo ao qual o sujeito se insere e naquilo que concerne à problemática do presente trabalho.

Essa pesquisa é um subprojeto vinculado a um projeto aprovado junto ao Edital Universal do CNPq denominado: “Representações Sociais dos Abrigos Temporários no Brasil: uma análise sociológica de base qualitativa da ótica dos gestores públicos e dos abrigados em contexto de desastre relacionado às chuvas”, que tem como coordenadora a Profa. Dra. Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio que também lidera o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastre (NEPED), do qual a autora é integrante.

Os procedimentos adotados em campo integraram a observação direta e assistemática das práticas pós-desastre no interior do abrigo; a coleta de relatos orais (Queiroz, 1987), com auxílio de gravador, das mulheres gestoras do abrigo e das abrigadas; e a fotodocumentação (Dubois, 1993) a fim de visualizar/compreender como o espaço do abrigo é organizado e estruturado pelo grupo de abrigadas para além das palavras e também porque:

Em particular na Sociologia, a imagem, sobretudo a fotografia, por ser flagrante, revelou as insuficiências da palavra como documento da consciência social e como matéria prima do conhecimento. Mas, nessa dialética, revelou suas próprias insuficiências. É nos resíduos sociológicos desse peneiramento que está a imensa riqueza da

informação visual e que estão os desafios da fotografia às ciências sociais. Tomar a imagem fotográfica como documento social em termos absolutos envolve as mesmas dificuldades que há quando se toma a palavra falada, o depoimento, a entrevista, em termos absolutos, como referência sociológica, que são as dificuldades de sua insuficiência e de suas limitações (MARTINS, 2008, p. 11).

O roteiro de entrevistas, que foi aplicado na pesquisa de campo, procurou descrever quais são estas práticas/attitudes/representações adotados pela população desabrigada e pelos gestores do abrigo. Supõe que a análise sociológica empreendida possa subsidiar a necessária reflexividade da instituição.

Já que a pesquisa de campo foi realizada no contexto de uma sociedade complexa, o uso de múltiplos procedimentos é justificável, como uma tentativa de melhor cercear nosso objeto, uma espécie de “princípio de projetores convergentes”, no qual distintas metodologias convergem para obtermos uma visão mais total do mundo, ou trazer à tona o que está acontecendo, de fato, no meio analisado (Bastide *apud* Silva, 2004).

Espera-se que a coleta, a sistematização e a interpretação de depoimentos oriundos da pesquisa de campo, juntamente com a revisão bibliográfica e documental, possibilitem a descrição e análise dos conflitos de identidades e diferentes representações em torno do que é o abrigo para cada um dos grupos de mulheres, gerando, subsídios para a gestão pública imbricando o tema das emergências com o da promoção da cidadania.

2. ANÁLISE DOS ESTUDOS SOBRE RISCO

Este capítulo tem o intuito de abordar, resumidamente, a trajetória dos estudos sobre risco nas diferentes áreas do saber, com ênfase nas Ciências Sociais, para o melhor entendimento da mudança de *status* do tema como marginal para a sua atual centralidade.

Nos anos recentes vem se desenvolvendo todo um campo disciplinar de análise e avaliação de riscos que tem permeado as preocupações da Medicina, das Engenharias, chegando às Ciências Sociais. Na Medicina, como dito por Cardoso (2006), surgiram novos jargões que tornarem-se recorrentes, tais como: “grupos de risco” e “comportamento de risco”. Neste campo de estudo, à noção de risco emprestou-se uma conotação *moral*, “em que se responsabilizam os indivíduos pelas ‘opções’ assumidas em termos de atitudes e comportamentos classificados como perigosos” (CARDOSO, 2006, p. 28). Contudo, como bem lembrado pelo autor, “a estigmatização dos ‘grupos de risco’ (usuários de drogas, homossexuais etc.) que acompanhou a epidemia da AIDS mostra claramente os perigos implícitos nessa tendência” (Idem).

Uma das implicações desta abordagem *moralizadora*, ainda segundo o autor, diz respeito às discussões sobre os processos de percepção do risco, pois nestas tem sido cada vez mais freqüente contrapor às práticas culturais da população (“buscando identificar as ‘irracionalidades’ cognitivas”) o discurso científico, de forma a ampliar a eficácia de tal discurso na alteração dos comportamentos. Tal ampliação da eficácia propicia, no geral, à formação de uma identidade deteriorada ‘para sempre’, ou seja, o estigma, uma marca duradoura e visível (Goffman 1989, 1980) que classifica a população que vivência o riscos de “ignorante” ou mesmo “descuidada”.

Na área de exatas em geral, com ênfase nas Engenharias, a temática dos riscos destaca-se pela abordagem quantificada do tema. Nestes estudos, o risco refere-se “(...) à previsibilidade de exposição a um perigo incerto, que pode ocorrer mas que não pode ser evitado” (CARDOSO, 2006, p. 29). Assim, amplia-se a utilização de técnicas estatísticas ligadas ao cálculo de probabilidades que permite estimar, “por um lado, as possibilidades de que o risco possa ser coberto por alguma forma de seguro, ou seja, por compensações financeiras. (...) Por outro lado, o cálculo de probabilidades permite que o seguro se torne um negócio lucrativo (...)” (Idem). Estes estudos asseguram que um determinado atributo físico possui determinadas probabilidades objetivas de provocar danos. É como se os riscos pudessem ser contidos mediante cálculos quantitativos e probabilísticos de níveis de aceitabilidade de uma ameaça.

Além de possibilitar o cálculo da probabilidade da ocorrência de eventos perigosos, a quantificação também possibilita estimar os prejuízos, ou seja, transformar em valores monetários as perdas materiais decorrentes do evento. Desenvolve-se também, com grande ênfase, o estudo de técnicas e abordagens de prevenção ao risco, principalmente mediante a adoção de procedimentos padronizados de segurança o desenvolvimento de tecnologias específicas destinadas a aumentar as condições de segurança de sistemas mais suscetíveis a acidentes. (Idem)

Tal abordagem dos riscos que enfatiza a quantificação dos mesmos parte de um paradigma chamado de “objetivista” ou “realista”, segundo o qual “seriam possíveis, por meio da análise científica, a identificação e a quantificação dos fatores de risco, a partir dos quais se poderiam prescrever intervenções preventivas ou compensatórias” (Idem, p. 30). Mas, críticas a esta abordagem foram feitas, tal como Lieber e Romano Lieber afirmam, “enquanto o risco se configura por relações probabilísticas, o cálculo da probabilidade por si mesmo é apenas capaz de

dimensionar a incerteza, mas não de excluí-la” (2005, p. 78). Dessa forma, uma gestão de riscos “não pode estar restrita aos aspectos técnicos que apenas indicam o grau de um acontecimento. É preciso ponderar a cultura e o gênero de vida das populações afetadas, as desigualdades sociais que estão no território” (ZANIRATO, et al, 2008, s/n).

Assim, em contraposição à abordagem “objetivista”, surgiram outras que partem da idéia “de que a realidade é fruto de um processo de construção social, no qual as representações não apenas ‘refletem’ a ‘realidade’, mas contribuem decisivamente para produzi-la” (Idem, p. 30). Segundo Lieber e Romano-Lieber (2005) “o risco não é um mero cálculo de probabilidade, mas é também uma construção social, ditando o que é e o que não é perigoso, própria para exercício de poder” (p. 77). Estudos que adotam tal abordagem são chamados de “construcionista”

Entre o enfoque “realista” e o “construcionista” desenvolvem-se outras tendências com diferentes graus de objetivismo e subjetivismo (MARANDOLA, HOGAN, 2004) que não cabe aqui abordá-las, apenas as mais importantes para este estudo serão exploradas.

Antes de abordar, mais detalhadamente, o enfoque construcionista que nos interessa para o propósito deste trabalho, cabe o debate do risco num quadro mais global dentro das Ciências Sociais, representado por Ulrich Beck e Anthony Giddens. O conceito de risco tem tomado o centro do debate nas Ciências Sociais em virtude do aumento de sua freqüência e intensidade no plano material, mas também no plano da cultura, da preocupação em dar sentido ao mundo das coisas que comonham certa noção de perigo ameaçando aspectos centrais da existência

social. Desde a década de 1980, as relações da sociedade com o meio e as questões da sustentabilidade entraram em pauta, como explicita Cardoso:

Certamente a importância da temática nos últimos 20 anos está ligada às mudanças sociais, políticas e econômicas recentes, sobretudo a partir do enfraquecimento do Estado de Bem-Estar e das estruturas de seguridade social implantadas a partir da Segunda Grande Guerra, e da reestruturação do capitalismo, com a globalização da economia e a ampliação da competição em vários setores. (CARDOSO, 2006, p. 27).

Sendo assim, a contribuição da Sociologia acerca dos riscos é a de demonstrar que os mesmos não são exclusivamente um fenômeno natural ou tecnológico, mas também social, mostrando que “as questões ecológicas só vieram à tona porque o ‘ambiente’, na verdade, não se encontra mais alheio à vida social, humana, mas é completamente penetrado e reordenado por ela” (BECK, GIDDENS, LASH, 1997, p.08).

Os riscos, para Beck e Giddens, não são meros efeitos colaterais do progresso, mas centrais e constitutivos desta sociedade altamente moderna, ameaçando toda forma de vida no planeta. Esses autores oferecem uma vigorosa argumentação teórica para demonstrar que os riscos contemporâneos foram se desenvolvendo e se ampliando no âmago do próprio processo de modernização, os quais foram produzidos pela moderna sociedade industrial. Assim, novos conceitos, como o de sociedade de risco ou de globalização dos riscos, servem para entender nossas práticas sociais contemporâneas no território.

Ulrich Beck propõe a substituição da idéia de ordem social pela de risco, salientando o risco sistêmico na sociedade contemporânea, considerada por ele como uma sociedade “moderna pós-industrial”. Segundo o autor, a situação normal da sociedade é catastrófica, havendo constantemente a discussão do

cotidiano em que os riscos atingem potencialmente todo mundo, indistintamente de classes, etnias, crenças etc. “Com o advento da sociedade de risco, os conflitos da distribuição em relação aos ‘bens’ (renda, emprego, seguro social...) são encobertos pelos conflitos de distribuição dos ‘malefícios’” (BECK, 1997, p.17). Trata-se de riscos com efeitos globais, denominada pelo autor como risco de civilização. Neste mesmo sentido, Bruseke concorda com Beck ao assinalar que:

A sociedade industrial caracterizada pela sua capacidade de gerar riquezas e distribuí-las desigualmente, em uma proporção até então desconhecida, ganha na perspectiva de Beck, uma outra dimensão: ela deixa de ser exclusivamente uma sociedade baseada no princípio da escassez e torna-se uma sociedade cada vez mais saturada, mais cheia de imponderáveis e efeitos não-previsíveis (BRUSEKE, 1997, p.117).

Na mesma linha de Beck, guardadas suas diferenças, Giddens afirma que o processo de modernização fez com que os riscos deixassem de ser contingentes e acidentais para se tornarem parte constitutiva da própria modernidade. A ânsia de transformar continuamente o território introduz, sobretudo, a instabilidade iminente na vida social. Segundo Giddens há “(...) um novo perfil de risco introduzido pelo advento da modernidade. Chamo de perfil de risco um elenco específico de ameaças ou perigos característicos da vida social moderna” (GIDDENS, 1991, p.112).

Atualmente, a característica de nossas vidas é o que se poderia chamar de “incerteza fabricada”. Muitos aspectos de nossas vidas tornaram-se abertamente organizados apenas em termos de “suposições de cenário”, a construção dos possíveis resultados futuros. Isso ocorre não porque atualmente nossas circunstâncias de vida tenham se tornado menos previsíveis do que costumavam ser, mas sim o que mudou foram as origens da imprevisibilidade.

Muitas incertezas com que nos deparamos hoje foram criadas pelo próprio desenvolvimento do conhecimento humano. O problema consiste em que não há mais caminhos claros de desenvolvimento conduzido de um estado de coisas para outro (GIDDENS, 1997).

Assim, na sociedade de risco, as pessoas são constantemente confrontadas com os limites e com as conseqüências de suas ações. Dessa forma, surge deste debate o conceito de reflexividade para explicar a possibilidade de autocrítica que a sociedade tem diante de suas práticas e risco: “a reflexividade da vida social moderna consiste no fato de que as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz de informação renovada sobre estas práticas sociais, alterando assim constitutivamente seu caráter” (GIDDENS, 1991, p.46).

Portanto, os riscos produzidos na e pela modernidade são socialmente fabricados, ou seja, são riscos que procedem da incisiva intervenção humana sobre o meio circundante e sobre as organizações societárias. Atualmente, lidamos com uma ordem mais humana que natural.

Entretanto, estes dois teóricos são criticados por não incorporarem a diversidade social na construção do risco, ou seja, não fazem menção aos distintos modos pelos quais os agentes sociais evocam a noção de risco, “nem às dinâmicas da acumulação que subordinam as escolhas técnicas, nem tampouco ao trabalho de construção discursiva de que depende a configuração das alianças no âmbito das lutas sociais” (ACSELRAD, 2002, p. 04). Ou seja, “tomam uma forma particular de racionalidade como o padrão mediante o qual as transformações globais serão analisadas” (COSTA, 2004, p. 95). A perspectiva de análise de Beck acaba descrevendo a globalização como um processo evolucionista e monocêntrico de expansão de uma certa “constante” social, esquecendo-se, assim, da adequada

consideração da diversidade dos padrões de transformação nas diferentes regiões do mundo nominalmente almejada pelo autor.

Embora autores como Beck focalizem os riscos tecnológicos, como os relacionados a acidentes nucleares, hoje, depois dos relatórios do IPCC, o clamor gerado no debate internacional está vinculado aos riscos relacionados às Mudanças Climáticas, ou seja, os fatores de ameaça natural que pareciam já ter sido superados na primeira fase da modernidade (GIDDENS, 1991) voltam à cena.

Todavia, os fatores de ameaça natural, só voltam à cena, por conta de sua origem antrópica, ou seja, as Mudanças Climáticas estão relacionadas a ações antrópicas. Esse fator de causalidade foi construído no debate científico recente como sendo uma narrativa avançada em relação à explicação anterior, na qual se persistia em tomar o fenômeno como resultante de processos meramente naturais. Todavia, o termo ações antrópicas tem sido utilizado discursivamente para legitimar a diluição de responsabilidades políticas referentes às calamidades que se aproximam. Mantém intacta a lógica de conversão do planeta ao consumo de massa e desviando o olhar da injustiça ambiental inerente aos vieses de classe, étnico, racial, de gênero, religioso e outros que perpassam a depredação ambiental por meio das assimetrias de poder (VALENCIO, 2008b).

Um fato pouco notado entre os teóricos do tema de riscos e desastres é que, hoje, só se fala em ameaças naturais porque estas se somaram a vulnerabilidade gerando um quadro maior e recorrente de desastres no mundo, inclusive no Brasil. Ou seja, as Mudanças Climáticas geram eventos e o que os definem como ameaça é a vulnerabilidade da população que será afetada.

O conceito de vulnerabilidade social de uma população tem sido utilizado para a caracterização de grupos sociais que são mais afetados por

desastres relacionados aos eventos extremos, tais como chuvas, tempestade, inundações, ou seja, aqueles ligados ao clima. Os principais desenvolvimentos conceituais da vulnerabilidade têm vindo da comunidade científica, sobretudo internacional, que estuda os efeitos e a prevenção de impactos dos chamados desastres naturais. Assim é que Blaikie et al. (1995, p. 30) definiram vulnerabilidade como “as características de uma pessoa ou grupo desde o ponto de vista de sua capacidade de antecipar, lidar com, resistir e recuperar-se dos impactos de um desastre climático”. Também Pelling e Uitto (2002) *apud* Confalonieri (2003) a definiram como o “produto da exposição física um perigo natural e da capacidade humana para se preparar para e recuperar-se dos impactos negativos dos desastres”. E ainda, segundo Adger (2006) é a exposição de indivíduos ou grupos ao estresse (mudanças inesperadas e rupturas nos sistemas de vida) resultante de mudanças sócio-ambientais.

Nesta mesma linha dos teóricos acima, a Estratégia Internacional de Redução de Desastres (EIRD/ONU) afirma que a vulnerabilidade caracteriza-se pelo potencial de danos e perdas relacionados à concretização da ameaça, o que se vale de uma combinação de fatores, a saber: as condições em que se apresentam os assentamentos humanos; a conscientização existente sobre esses perigos; a infraestrutura, as políticas e a administração pública; e as habilidades organizativas na gestão de desastres (EIRD/ONU, 2002). Esse conceito ganhou ainda maior relevância à medida que se reconheceu que os processos de desenvolvimento não somente estavam alterando os graus de vulnerabilidade, mas “também estavam alterando e aumentando os padrões de ameaça; um conceito que cada vez ganha mais adeptos a medida que aumentam as próprias conseqüências do mudança climática global” (PNUD, 2004, p.18).

Retornando ao enfoque construcionista do conceito de risco, várias são suas abordagens, mas o consenso entre elas está nas possíveis leituras com relação ao risco, que são originadas de um processo de construção social e se integram a visões de mundo referidas a contextos históricos, sociais e políticos. Mary Douglas é a principal representante, senão precursora da abordagem construcionista. A autora introduziu a discussão da cultura na avaliação de risco, mostrando como a variação cultural das noções de pureza e poluição são representações coletivas que têm como fundamento necessidades sociais de manutenção dos padrões de ordem e da estrutura social (DOUGLAS, 1976). Segundo a autora, “tudo que pode acontecer a um homem na forma de desastre deveria ser catalogado de acordo com os princípios ativos envolvidos no universo de sua cultura particular” (Idem, p. 15).

O que não é consenso na abordagem construcionista, conforme Cardoso (2006) e Vargas (2006), é o papel estruturador das relações de poder na produção dos sentidos de risco. Tal papel estruturador das relações de poder é explorado na dissertação de mestrado de Vargas (2006). Com a contribuição de Bourdieu (1997, 2004, 2007b), a autora afirma que podemos pensar “que a construção das diferentes noções de risco por grupos sociais diversos será influenciada, do ponto de vista da estrutura social, pelas diferenças de capital (material e simbólico) que caracterizam esses grupos” (VARGAS, 2006, p. 24). Assim, a autora salienta que o debate em torno do conceito de risco pode ser definido como uma “luta pelas classificações”, como uma disputa nas representações sobre o mundo social.

Utilizando a idéia de agentes, Bourdieu acredita em uma melhor compreensão da prática, entendida como o resultado da luta concorrencial pelo

significado das estruturas cognitivas, quando estas estruturas abrem uma indeterminância para a luta. Assim, os agentes sociais estão inseridos espacialmente em determinados campos sociais, detendo grandezas de certos capitais (por exemplo: capital cultural, social, econômico, político) e o *habitus* de cada agente condiciona seu posicionamento espacial. Ou seja,

(...) os agentes constroem a realidade social; entram em lutas e relações visando a impor sua visão, mas eles fazem sempre com pontos de vista, interesses e referenciais determinados pela posição que ocupam no mesmo mundo que pretendem transformar ou conservar (AZEVEDO, 2003, p. s/n).

Sendo assim, o espaço social é o lugar onde diferentes posições se situam e onde há uma permanente luta para tomadas de posições mais favoráveis. Assim, no campo da produção de percepção de risco, as construções simbólicas dos peritos (intelectuais, detentores do capital simbólico) vão se contrapor às dos leigos (principalmente daqueles que vivenciam as situações de risco), cada qual representando as diferentes maneiras de construção da ordem social – já que as representações que os diferentes agentes fazem do mundo social contribuem para a construção deste mesmo mundo (ACSELRAD, 2002).

Dessa forma, “também se configura uma ‘luta pela classificação’ que envolve projetos diferenciados de construção e representação do mundo social, que traça uma disputa, cujo sucesso por sua vez, dependerá do capital acumulado” (VARGAS, 2006, p. 25).

(...) Lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos. Com efeito, o que nelas está em jogo é o poder de impor uma visão do mundo social através dos princípios de divisão que, quando se impõem ao conjunto do grupo, realizam o sentido e o consenso sobre o sentido e, em particular, sobre a

identidade e a unidade do grupo, que fazem a realidade da unidade e da identidade do grupo (BOURDIEU, 2007b, p. 113).

Tal “luta pelas classificações” se realiza tanto no plano da distribuição do poder sobre as coisas como no âmbito das estratégias discursivas, confirmando que a desigualdade a qual o risco está associado é de condições de vida, social, econômico, ambiental, mas também de capacidade simbólica; reflete relações que têm a ver com o poder político e também com a capacidade de enunciar e definir coisas e dizer como elas são – o poder simbólico (VARGAS, 2006). Ainda segundo Vargas, a perspectiva de conflito resgatada nesse debate encontra respaldo em Bourdieu (1997) quando afirma que

[...] se o mundo social, com suas divisões, é algo que os agentes sociais têm a fazer, a construir, individual e sobretudo coletivamente, na cooperação e no conflito, resta que essas construções não se dão no vazio social [...] a posição ocupada no espaço social, isto é, na estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital, que também são armas, comanda as representações desse espaço e as tomadas de posição nas lutas para conservá-lo ou transformá-lo (BOURDIEU *apud* VARGAS, 2006, p. 25).

Portanto, com o uso dessas referências, este trabalho teve por objetivo analisar a “luta pelas classificações” dentro do abrigo temporário, procurando mostrar, num estudo de caso, as lógicas pelas quais a Defesa Civil operou coordenando os diversos órgãos e ações prioritárias, como assistência social e saúde, e, sobretudo, como se deu a relação dela com a população afetada que necessitou de instalação no abrigo.

Acredita-se que a utilização do conceito de “luta pelas classificações” se encaixou no objetivo deste trabalho, pois a gestora do abrigo (quando houve), detentora do dito conhecimento técnico da gestão, teve de lidar com as desabrigadas, ditas leigas no assunto. No embate, as desabrigadas lançaram mão

de um arcabouço de saber empírico calcado em uma lógica de vivência, familiar e privada, anterior à experiência do desastre. Já a gestora lançou mão de um arcabouço de saber teórico, obtido pela formação na profissão (no caso, profissão de assistente social), e também prático, adquirido em anos de atuação profissional. Ambas colocam seus arcabouços à prova nesta convivência agora pública; ou seja, transforma-no em um instrumento de luta (tanto no plano objetivo quanto no subjetivo), pois a gestora e a desabrigada fazem parte de mundos sociais diferentes, o que acarreta disputas simbólicas para impor regras para a vida pública, com inevitáveis conflitos.

Quando há dois arcabouços em disputa a luta é simétrica. Contudo, o que fornece assimetria em tal luta é o contexto de modernidade. Por exemplo, o termo gestão, no dicionário Aurélio (1989), diz respeito a “ação de gerir; gerência, administração”. Então, em um contexto de modernidade, quando o Estado produz uma determinada territorialidade, no caso o abrigo temporário, o sujeito a quem ele concede a nomeação de gestor é aquele que apresenta atribuições e tem como pressuposto o poder do seu conhecimento sobre o outro. Sendo assim, o sujeito chamado gestor, devido à especialidade do seu conhecimento, está sob uma idéia de gestão que significa subordinação do outro.

Subordinação do outro, pois na concepção weberiana, a racionalidade moderna ao se dizer especializada, está embutindo, ao mesmo tempo, duas características: primeira, há uma visão aprofundada sobre determinada realidade – por aprofundamento significa então que é uma competência sempre silenciadora, porque conhecer algo de maneira especializada silencia aqueles que não têm o grau de aprofundamento no conhecimento; segunda, ser especializada também significa que se pode ignorar todos os elementos adjacentes, ou seja, o pressuposto de

conhecimento profundo sobre algo permite que os elementos adjacentes sejam supérfluos, eliminados. E exatamente nessas eliminações que o gestor transforma sua visão em práticas que tomam a idéia de ordem, ou seja, de imposição de regras e não de diálogo.

Dessa forma, este trabalho tentou mostrar os desafios subjacentes à gestão de abrigo, pois acredita-se que as análises das tensões supra apresentem considerável relevância na promoção de ajustes em políticas públicas que exijam atuação integrada entre a população e os representantes do Estado.

3. O ESPAÇO DA MODERNIDADE: ESPAÇO GEOGRÁFICO, INSTITUIÇÕES E IDENTIDADES

Antes de abordar o mundo social de cada grupo de análise, faz-se necessário contextualizar os grupos dentro do espaço social maior, que é o da modernidade. Tal espaço configura-se como o pano de fundo de toda e qualquer análise contemporânea, como o espaço de relação entre grupos. Assim, segue-se a análise dos três principais componentes de tal espaço: o território, as instituições e as identidades.

3.1 O Espaço Geográfico

Não é o território em si mesmo que faz dele objeto de análise e sim o seu uso (SANTOS, 1994, p. 15). A configuração territorial, segundo Milton Santos (1998), é a soma de pedaços de realizações atuais e de realizações do passado. A cidade “coisa inteiramente histórica, impõe a idéia de um tempo humano, um tempo fabricado pelo homem, e torna possível tratá-lo (ao tempo) de forma empírica, contábil, concreta.” (SANTOS, 1998, p. 82). Nas cidades, os homens e a produção se dão em sistemas, e os objetos e lugares também são sistemas. Esses sistemas são ricos em instabilidade e contingência, pois também são sistemas de ações:

As ações, por sua vez, aparecem como ações racionais, movidas por uma racionalidade conforme aos fins ou aos meios, obedientes à razão formalizada, ação deliberada por outros, informada por outros (SANTOS, 1998, p. 91).

Em meio a tantos sistemas, a busca incessante pela modernidade leva à ampliação do fenômeno da urbanização. Os objetos dos quais necessitamos são criados com intencionalidades precisas. Essa intencionalidade é mercantil, mas é,

também, freqüentemente simbólica. Milton Santos coloca um exemplo que ilustra bem seu pensamento:

Quando nos dizem que as hidrelétricas vêm trazer, para o país e para uma região, a esperança de salvação da economia, da integração do mundo, a segurança do progresso, tudo isso são símbolos que nos permitem aceitar a racionalidade do objeto que, na realidade, vem exatamente destroçar a nossa relação com a natureza e impor relações desiguais (Idem, p.112-113).

Importante ressaltar que o tempo da modernidade é um tempo de fluxo, de trânsito. Nas cidades, onde se dão os modos de vida urbano, a territorialidade, as modalidades de fixos e fluxos são intensos. “Os fixos (casa, porto, armazém, plantação, fábrica) emitem fluxos ou recebem fluxos que são os movimentos entre os fixos.” (Idem, p. 165). Os fluxos são comandados pelas relações sociais que precisam dos fixos para se realizar. Dessa forma, se formos traduzir o espaço geográfico na dimensão social, ele intensifica os fluxos, e, portanto, aumenta os riscos. O espaço geográfico é um concentrador de benefícios dos nossos desejos simbólicos e que nos satisfaz. Mas, ao mesmo tempo, ele gera riscos e, portanto este é o espaço no qual se reproduzem os desastres.

O fator de ameaça, no caso específico deste trabalho, as chuvas, seguindo o caminho da análise de Milton Santos, seria cada vez mais vista como um efeito predominante das ações humanas sobre o meio ambiente. Então, as chuvas deixariam de ser um fator ameaçante que é imponderável e exógeno às práticas sociais. O relevante é observar as sinergias entre a população, seu meio e este evento, para assim analisar suas conseqüências. A transformação do evento natural em ameaças é completamente social, haja vista que os ribeirinhos amazônicos convivem com as chuvas sem chamá-las de ameaças. Canoas e casas suspensas garantem uma convivência, no geral, não desastrosa.

Por sua vez, o processo de urbanização atual representa uma expressão localmente situada de relações distanciadas, levando ao deslocamento ou a um desencaixe das relações sociais para extensões indefinidas de tempo-espaço,

os locais são completamente penetrados e moldados em termos de influências sociais bem distantes deles. O que estrutura o local não é simplesmente o que está presente na cena; a 'forma visível' do local oculta as relações distanciadas que determinam sua natureza (GIDDENS, 1991, p. 27).

Um aspecto disso é a indiferença frente à dinâmica ecossistêmica local, o que é possível de transformar um evento natural em desastre. Outro aspecto, tal como este autor salienta, é o estabelecimento de sistemas peritos – sistemas de conhecimentos técnicos ou competência profissional que organizam grandes áreas dos ambientes materiais e sociais em que vivemos – como um mecanismo de desencaixe intrínseco das instituições sociais modernas; isto é, sistemas que apenas consideram uma visão cientificamente constituída não relevando as outras tantas visões existentes.

Outro ponto importante a ser abordado neste tópico diz respeito à cartografização do risco. Diante da persistência dos mais pobres no fazimento e refazimento do lugar, no geral, como as periferias urbanas, ali depositando sentidos para a sua existência, faz emergir, no interior do Estado, novos mecanismos de contestação a essa territorialização dentre os quais têm destaque a progressiva substituição da denominação do lugar, que passa de 'área carente' para a 'área de risco'. Uma das diferenças entre uma e outra é que na 'área de risco' são acrescentados componentes do ambiente natural na equação, como solos propensos à erosão,

inundação, enchentes e afins para converter a ocupação em algo inaceitável (VALENCIO, 2008b).

A transformação da 'área carente' em 'área de risco' e desta em prenúncio de desastre envolvendo os que ali residem, não só alterou a relação do Estado com os grupos pertencentes a tais áreas, como também houve mudanças na orientação do que este considera como seus deveres para com os direitos desses. Na 'área carente' o Estado tinha o dever de prover à população ali residente certos serviços sociais e econômicos visando constituir uma infra-estrutura nos bairros (instalar creches, postos de saúde, levar energia elétrica, água etc.). Já na 'área de risco' não existe mais este dever de garantir estes serviços nos próprios bairros, indicando uma forma de controle territorial excludente que se reflete em medidas de evacuação¹¹ cuja operacionalidade Estatal acaba destituindo os moradores da pertinência de suas demandas.

Na confecção de um mapa de risco há um conflito entre a linguagem técnica e a leiga, como coloca Martinez-Alier (2007): "nos conflitos socioecológicos, diversos atores esgrimem diferentes discursos de valoração. Comprovamos (...) que todos esses discursos são linguagens socialmente válidas". Contudo, continua o autor, indagando: "quem possui o poder político para simplificar a complexidade e sacrificar certos interesses e valores sociais impondo um único discurso de valoração a despeito dos demais". Assim, observamos em alguns lugares do país o uso político do mapeamento de risco, ou seja, no sentido de desqualificar a territorialização dos mais pobres, permitindo ao Estado usar da técnica como estratégia de descompromisso. Não negamos a importância da feitura e do uso do

¹¹ A evacuação é um procedimento de deslocamento e realocação de pessoas e bens, que ocorre num prenúncio de desastre, até uma área considerada mais segura (CASTRO, 1998).

mapa de risco, mas é preciso atentar-se para quais interesses e valores sociais têm se sobressaído aos demais.

3.2 As Instituições

As instituições são formas de fortalecer os fixos e fluxos por meio do controle do Estado. Nelas, encontra-se o espaço de amenizar a força nas crenças leigas, para inculcar a crença na perícia, no conhecimento técnico, já que a cidade constitui-se pela prática social do técnico. Muitos dos sistemas peritos, oriundos da composição da sociedade moderna, partem da premissa que a realidade é uma totalidade homogênea e de semelhantes *habitus*.

Visando diminuir as distâncias entre as percepções dos leigos e a dos peritos, a comunicação dos riscos é fundamental e um dos maiores desafios para os técnicos. Guivant (2001), nos situa sobre os conflitos entre visões peritas e leigas. Na racionalidade técnica e quantitativa dos riscos, a percepção do leigo é tida como irracional, pobre de informação e não necessariamente correspondente aos riscos reais. A percepção perita é, segundo a própria racionalidade que lhe dá vida, o olhar ideal sobre os acontecimentos, pois corresponderia aos riscos reais, analisados e calculados pela ciência.

Tendo em vista esta representação de verdade, cabe às ciências sociais questioná-la, já que a estimação dos riscos relevantes para uma determinada comunidade pode brotar adequadamente ainda que não parida por uma racionalidade técnica. Também o conhecimento não-formal teria o potencial de avaliar os riscos e os danos referentes aos desastres. Assim, nem sempre a evidência científica teria o papel esclarecedor. Segundo Mary Douglas, a influência

dos fatores sociais na percepção dos riscos não deveria ser considerada um obstáculo ao entendimento. Ao contrário, tal influência possibilitaria uma análise mais completa, “mais precisa tanto sobre a sociedade, seus valores, suas instituições e sua cultura, como sobre as formas pelas quais os indivíduos avaliam os riscos” (Douglas *apud* Guivant, 1998, p. 07).

Contudo, não devemos romantizar a visão do leigo, pois tanto a percepção leiga como a perita estão permeadas de pressupostos morais e sociais, formados a partir de diferentes experiências, e respondendo a diferentes racionalidades dos riscos (GUIVANT, 1998).

Essa discussão da relevância tanto de uma visão leiga quanto de uma perita faz-se necessária, pois, com o advento cada vez maior dos desastres, as instituições que vão surgindo para prevenir e/ou mitigar os danos trazem o eco das mútuas desqualificações dos contextos envolvidos.

Reportando propriamente às instituições, no caso deste trabalho, a Defesa Civil e os órgãos coordenados por ela (Assistência Social e Saúde), a forma como ela atua no Brasil não tem se mostrado eficaz, pois esta instituição pouco aparece antes dos períodos chuvosos para avaliar a situação, para ouvir o morador que vivencia a situação, para prevenir que algo aconteça a partir de uma dialogicidade das representações de risco. Conseqüentemente, não há um diálogo entre a percepção de risco por parte de órgãos de Defesa Civil e das famílias para uma aferição consensual das dimensões dos ganhos e perdas envolvidos. E também, é preciso considerar recortes socioculturais outros, como o rural, as populações tradicionais, as dimensões étnicas e de gênero antes de uma ação de Estado, pois como bem afirma Pacheco (2008):

No caso das grandes cidades, para onde muitos desses refugiados ambientais são sumariamente deslocados, indígenas, ribeirinhos e outros tantos tendem a desaparecer, muitas vezes escondendo suas origens para poderem se candidatar ao emprego e serem aceitos, enfim. São os negros e – nas regiões Sudeste e Sul – também os nordestinos que se mantêm ‘visíveis’. Mas é uma visibilidade indesejável, eivada de preconceitos e, no geral, associada diretamente a um dos problemas centrais das grandes megalópoles: a violência urbana. São precisamente eles que ocupam, na maioria, as favelas, os arredores dos lixões, as periferias marginalizadas, os diferentes locais onde a miséria é a tônica (...) (p. 18).

A cultura de prevenção a ser engendrada é a de considerar o outro e as trocas de saberes, o que diverge da forma autocrática como o Estado constrói, historicamente, sua relação com a sociedade civil. Um exemplo disto é que, quanto mais frágil a inserção sócio-econômica da família em risco, o uso de instrumentos coercitivos para que tal família abandone sua casa é mais recrudescido. É preciso considerar que os peritos de tais instituições precisam estar a serviço do cidadão, nos termos da cidadania, e não o contrário. Assim, o que cabe aos órgãos de Defesa Civil é fazer a ponte com os fragmentos de Estado que darão suporte de alimentação, vestuário, saúde, abrigo, etc, os quais não são facilmente acessíveis ao afetado (VALENCIO, 2005).

Segundo Valencio et al (2007), a relação entre desabrigados e gestores deve estabelecer bases para aquilo que Sousa Santos (2002) chama de uma “hermenêutica diatópica”, isto é, ensejar que o perito manifeste *topoi* com a idéia de promoção do outro nos termos do outro. A tradução entre saberes assume a forma de uma hermenêutica diatópica quando “consiste no trabalho de interpretação entre duas ou mais culturas com vista a identificar preocupações isomórficas entre elas e as diferentes repostas que fornecem para elas” (SOUSA SANTOS, 2003, p. 31). Quando uma das partes se dispõe à tradução, procura estabelecer o que o autor denomina de *zonas de contato*, isto é

Campos sociais onde diferentes mundos-da-vida normativos, práticas e conhecimentos se encontram, chocam e interagem' [...] O que é posto em contacto não é necessariamente o que é mais relevante ou central. Pelo contrário, as zonas de contacto são zonas de fronteira, terras-de-ninguém onde as periferias ou margens dos saberes e das práticas são, em geral, as primeiras a emergir. Só o aprofundamento do trabalho de tradução permite ir trazendo para a zona de contacto os aspectos que cada saber ou cada prática consideram mais centrais ou relevantes (SOUSA SANTOS, 2003, p. 38).

Tal teoria, de Sousa Santos, é de grande valia para mostrar que a sociedade acabada não existe em princípio, sendo ela um processo contínuo de estruturação e desestruturação; de negociação e renegociação entre seus pares.

3.3 As Identidades

As categorias do conhecimento por meio das quais os indivíduos apreendem o mundo social são reflexos da interiorização das estruturas do mundo social que este indivíduo está inserido; portanto, não só o *habitus*, que é socialmente estruturado, mas também as estruturas cognitivas dos agentes. Contudo, o *habitus* também é um meio de ação que permite criar ou desenvolver estratégias individuais ou coletivas. Esta definição de *habitus* surge da práxis social, na qual o fazer e o interpretar o mundo acontecem quase que simultaneamente e cria um fazer que pareça não pensado, porém é um pensar que já se cristalizou. Por isso, para o autor, nossas ações, conceitos, pré-conceitos operam na ordem do inconsciente.

Dessa forma, as representações/identidades dos agentes estão assentadas de acordo com sua posição, assim como os interesses estão acoplados à sua posição. Por meio da posição no mundo social são adquiridos os *habitus*, estruturas cognitivas e avaliatórias. Portanto, os espaços sociais possuem agentes

dotados de propriedades diversificadas e opostas, porém, intercambiadas, ou seja, o espaço social funciona pela lógica da diferença que é expressa num sistema simbólico (BOURDIEU, 2004).

Pode-se dizer que o *habitus*, portanto, é a produção de rotinas as quais traduzem o que é um território como lugar, onde se realizam determinadas identidades. E, mesmo na modernidade, estamos diante dessas rotinas que realizam o território como o lugar, ou seja, o território com uma função, uma expectativa de ambiente de ocorrências de certas coisas.

Assim, uma cidade munida de padrões e regras (políticas, econômicas, administrativas, etc) comuns a todos os habitantes, possui realidades sociais muito díspares atreladas à pluralidade de racionalidades e *habitus* que se fazem devido às grandes distinções sociais imbuídas do meio urbano, como: a estratificação sócio-econômica e as experiências culturais.

Por fim, fundindo os três conceitos analisados neste tópico, podemos dizer: o espaço geográfico do abrigo temporário é construído pelo Estado para fazer parte, de maneira circunstancial, à necessidade de moradia, dos afetados, que os outros espaços inviabilizaram; assim, a rotina do abrigo temporário constitui-se para os abrigados na submissão a um outro ordenamento espacial, ou seja, de aceitação dos novos fluxos e fixos, regidos pela instituição estatal, no cotidiano os quais se entremeiam famílias; assim, a representação que as mulheres desabrigadas fazem do abrigo têm direta correspondência com as limitações para a realização das rotinas necessárias para a afirmação de sua identidade e da família que a cerca. Limitações estas colocadas pelo gestor do abrigo, pois este também está sob um *habitus*, mas aquele relacionado ao mundo do trabalho, adquirido em anos de formação e experiência que lhe renderam uma identidade profissional. O espaço

geográfico do abrigo será, portanto, para o gestor o lugar de mostrar sua eficiência técnica, da experiência prática, do mundo público, do valor do estudo, do diploma institucional, sobre o valor da experiência empírica, do mundo privado, do abrigado.

4. CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS DE ANÁLISE

Como dito no capítulo 1, para lutar pelas classificações no mundo social, aqui representado pelo território do abrigo temporário, é necessário o aporte de certos capitais materiais e simbólicos e, por isso, este capítulo tentará sintetizar as características do espaço social macroenvolvente que influencia no relacionamento dentro do abrigo; ou, ainda, o que é ser uma desabrigada e o que é ser uma gestora no espaço da realidade em que estão envolvidas.

Como o recorte de gênero faz parte do mundo social de ambos os grupos de análise, faz-se necessário contextualizar tal recorte neste trabalho, o que faremos a seguir.

4.1 O Significado do Recorte de Gênero no Estudo

Segue abaixo vários subítens que justificam o recorte de gênero no estudo e, sobretudo, que a categoria gênero não é apenas um conceito, mas sim construída socialmente de diversas formas.

4.1.1 A categoria gênero

Antes de analisar uma situação a partir de uma dada categoria é preciso defini-la. No dicionário Aurélio (1989), a categoria gênero aparece com a seguinte definição: “conjunto de espécies que apresentam certo número de caracteres comuns(...) Modo, estilo”. Pode-se observar que a categoria gênero aparece de uma forma mais biologizante, como unidade taxionômica. Contudo, tal definição tem sido superada nos estudos sociológicos, e hoje, há certo consenso de

que a categoria gênero é abstrata e por isso não fixa, tendo que ser, necessariamente, historicizada (SILVA, 2005). Segundo Gonçalves:

Com a utilização da categoria gênero se chegava ao ponto mais alto da desnaturalização das diferenças entre homens e mulheres, uma vez que se reconhecia que a relação entre os sexos não é, portanto, um fato natural, mas sim uma interação social construída e remodelada incessantemente, nas diferentes sociedades e períodos históricos (GONÇALVES, 2006, p. 74).

Sendo, então, o gênero, uma categoria histórica as estruturas de dominação onde esta categoria faz sentido também o são. Na reprodução de agentes específicos, tais como as instituições, a família, a Igreja, a Escola, o Estado a dimensão de gênero também subjaz (BOURDIEU, 2003).

Com esses pressupostos, nota-se que a análise da identidade da mulher deve ser inserida em seu meio sócio-cultural. É nesse meio que diversos significados de vivência dos danos em contexto de desastres são construídos.

4.1.2 Gênero para Bourdieu

Segundo Bourdieu, as divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e de exploração que estão instituídas entre os gêneros se inscrevem em duas classes de *habitus* diferentes, “sob a forma de hexis corporais opostos e complementares e de princípios de visão e de divisão, que levam a classificar todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino” (BOURDIEU, 2003, p. 41).

Sendo assim, obedecendo à *habitus* e à estrutura de dominação, cabe aos homens realizar todos os atos ao mesmo tempo breves, perigosos e espetaculares, situados do lado do exterior, do oficial, do público. Já às mulheres,

cabem todos os trabalhos domésticos, ou seja, privados e escondidos os quais demandam muito tempo.

A divisão sexual, contudo, não está inscrita somente no *habitus* e sim na divisão das atividades produtivas – que associamos ao trabalho –, mas que açambarcam todo tipo de atividade, inclusive aquelas de reforço do capital social e do capital simbólico, pois cabe aos homens o monopólio de todas as atividades oficiais, públicas, de representação. Um exemplo claro de tal situação é que o homem é visto como chefe da família, como aquele que responde para o público, enquanto a mulher é vista como o chefe do lar, como aquela que fica no espaço privado e cuida dele.

Outro ponto importante assinalado por Bourdieu é que, como as mulheres estão submetidas a uma socialização que tende a diminuí-las, elas são reconhecidas sempre como vítimas, vulneráveis, fracas, pois a coragem para lidar com as dificuldades agudas exige o ato viril, sendo o homem o esteio das mulheres nos momentos críticos. Reportando a um momento de desastre, o agente de emergência trata a mulher como o ser vulnerável que precisa obedecer a uma ordem oficial, pública e viril. Essa idéia reforça o que foi dito anteriormente, que os homens dominam o espaço público e a área de poder, ao passo que as mulheres ficam destinadas, predominantemente, ao espaço privado (doméstico, de reprodução). Em virtude de essas mulheres estarem confinadas no espaço privado, no qual o trabalho não é remunerado, elas estão mais dispostas à beneficência, sobretudo religiosa ou de caridade. Isso condiz em situações de pós-desastre, nas quais as mulheres se dedicam mais que os homens à reconstrução e à assistência. Vargas (2006) explica em seu trabalho que a marcante presença das mulheres nas

narrativas evidencia a participação efetiva delas na luta pela sobrevivência e acesso a recursos, como na maneira de assumir, sofrer o risco e traduzi-lo.

4.1.3 A relevância do recorte de gênero

Faz-se necessário, neste momento, discutir a importância da mulher no núcleo familiar, principalmente em relação às situações de risco.

No livro, *A Família como Espelho*, de Cynthia Andersen Sarti – autora na área de Antropologia Urbana –, é notável a diferenciação estabelecida entre casa e família e entre as relações hierárquicas de homem e mulher. Para tal autora, existe uma divisão complementar da autoridade na família entre o homem e a mulher, que corresponde à diferenciação entre casa e família. A casa é identificada com a mulher e a família com o homem. “Casa e família, como homem e mulher, constituem um par complementar, mas hierárquico. A família compreende a casa; a casa está, portanto, contida na família.” (SARTI, 1996, p. 42).

Conforme a precedência do homem sobre a mulher, e da família sobre a casa, o homem é considerado o chefe da família e a mulher a chefe da casa. Tal divisão complementar permite a realização das diferentes funções da autoridade na família. “O homem corporifica a idéia de autoridade, como mediação da família com o mundo externo.” (Idem, p. 43). O homem é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Portanto, é o homem quem responde pela família. Já à mulher, cabe outra importante dimensão da autoridade: *manter a unidade do grupo*. “Ela é quem cuida de todos e zela para que tudo esteja em seu lugar. É a patroa, designação que revela o mesmo padrão de relações hierárquicas na família e no trabalho.” (Idem, p. 43).

Dessa forma, a distribuição da autoridade na família fundamenta-se nas funções diferenciadas do homem e da mulher. “A autoridade feminina vincula-se à valorização da mãe, num universo simbólico em que a maternidade faz da mulher, mulher, tornando-a reconhecida como tal (...)” (Idem, p. 43).

Outro ponto colocado por Sarti, e de importante relevância ao nosso estudo, é a equivalência do homem como o chefe de família, que sai para trabalhar e trazer o dinheiro para dentro de casa. Porém, é a mulher quem controla este dinheiro, pois mantém a casa sob controle, mantém a unidade do grupo. Assim, podemos dizer que o homem relaciona-se com o público, enquanto a mulher concentra-se mais na esfera privada.

Contudo, estudos de Izaura Fischer (2000) têm demonstrado que as mulheres já se reconhecem como chefes de família (por causa de sua inserção cada vez maior no mercado de trabalho), porém a consciência crítica não se apresenta suficientemente elevada para ignorar as tradições seculares. Assim, classifica, por exemplo, a sua participação na compra de alimento como ajuda, como complementar, dando a entender que o homem, enquanto chefe da família assume tal despesa, quando, muitas vezes, ela é totalmente responsável por essas obrigações consideradas masculinas.

Segundo Gonçalves (2006), dentro de um estudo mais histórico da categoria gênero, a mulher chefe do lar, responsável pelo ambiente privado, foi uma construção social da “época vitoriana”, já que o ídolo nessa nova ordem era a dona de casa, cujo papel era entendido, em 1850, como essencial à conservação das famílias e à perpetuação das sociedades. Assim, “a partir de então, o lar e a família passam a ser representados em termos naturais, e a maternidade, suprema realização feminina, passa a figurar como uma necessidade.” (GONÇALVES, 2006,

p. 42). Outra construção social/histórica colocada pela autora diz respeito à prática da mulher administrar os gastos da casa, inclusive o salário do marido. Tal prática teve início no século XIX, no qual as mulheres começaram administrar os salários dos maridos operários. Gonçalves observa,

O controle das despesas familiares pela dona de casa, menos comum na Grã-Bretanha do que na França, e que será prática comum também no Brasil nas primeiras décadas do século XX, levará à conclusão de que as mulheres apresentarão uma tendência nata para o consumo, assistindo-se, mais uma vez, à naturalização de um comportamento feminino construído historicamente (Idem, p. 43).

Dessa forma, notamos que, tanto nos estudos antropológicos de Sarti quanto nos históricos de Gonçalves, as mulheres estão debaixo do exercício de identidades que foram construídas socialmente dentro de uma relação de poder que o homem se afirma fazendo aquilo que é mais importante. Segundo Goldani (2002), os fundamentos estruturais nos quais se apóiam a atual estrutura hierárquica de gênero são o mercado de trabalho e a família, pois no primeiro há uma divisão de sexo e discriminação no emprego e no segundo há uma divisão de trabalho de sexo, maternidade e reprodução.

Diante do exposto até aqui, podemos afirmar que: a identidade de homem e de mulher realizam-se na junção do público com o privado, ou seja, na família que, por sua vez, contém a casa. Tal fato nos permite uma “ponte” com nosso estudo especificamente, pois, se essa identidade se realiza, prioritariamente, de tal forma, especialmente nas zonas periféricas das cidades, o que ocorrerá com as mulheres desabrigadas? Se for a mulher a responsável pela casa, pela unidade do grupo, como fica o exercício de sua identidade de mãe, esposa, mantenedora da unidade familiar? Sabemos que quando bens materiais (geladeira, fogão, colchão,

televisão) ficam inutilizados, e parte da estrutura da casa fica danificada (casas destelhadas, muro desabado), ou destruída, o deslocamento para abrigos temporários é inevitável se não houver redes sociais que alojem a família em outra moradia. Tal deslocamento implica mudanças nas referências para a realização de suas identidades, isto é, dos marcos referenciais para saber qual é o espaço (regras, condutas aceitáveis) entre o eu e o outro em um território de uso coletivo. Mesmo quando não haja necessidade de tal deslocamento, a desestruturação do espaço e, por conseqüência, do *habitus*, que afirmam as identidades, já causa grandes transtornos à vida dos afetados, tal como morar circunstancialmente na casa de um parente. Estes transtornos tomam dimensões maiores principalmente a partir da grande mudança social ocorrida desde o apogeu do ideal de ascensão social dos pobres por meio do trabalho, nos anos cinqüenta,

é que a ascensão, nos grandes centros onde se acumula pobreza, já não passa pela mediação da propriedade imobiliária e pelo enraizamento. Agora passa pelo consumo e pela propriedade mobiliária: o carro, a roupa, os eletrodomésticos” (MARTINS, 2003, p. 36).

Bens estes, de consumo, muito lamentados pelos desabrigados quando danificados/destruídos em um desastre. Isso porque tais bens não representam apenas um bem material adquirido, que mereceu investimento, mas carregam em si o símbolo de ascensão social. Além de ajustarem o ritmo e as técnicas de trabalho da dona de casa: lavar roupas com máquina de lavar exige certas providências de espaço e tempo; lavar na mão, outras. Congelar mantimentos no uso de geladeira implica um tipo de aquisição alimentar; sem ela, outro; etc.

Por fim, cabe ressaltar que a questão de gênero neste trabalho foi tratada na relação entre a mulher e o poder público dentro do abrigo temporário. Não

se focou na família, não se entrevistou os maridos, por exemplo. Mas sim se ateu a mulher construída socialmente como elo entre os membros da família que articula sua unidade e, por isso, tem uma interlocução privilegiada com aquele que representa o Estado.

4.1.4 A mulher profissional

Por outro lado, existe a construção social da mulher como profissional. Esta também vai construir *habitus*, relacionado ao mundo do trabalho, adquirido em anos de formação e experiência que lhe renderam uma identidade profissional. Assim, o território do abrigo temporário para ela será lugar de mostrar sua eficiência técnica, da experiência prática, do mundo público, do valor do estudo, do diploma institucional, sobre o valor da experiência empírica, do mundo privado, ou seja, ter a outra (abrigada) se subordinando nesta relação hierárquica. Dessa forma, a mulher gestora, não aceita contestações de como proceder no território do abrigo, já que ela não precisa apenas firmar sua eficácia na relação com a abrigada, – eficácia do mundo público sobre o mundo privado, isso como uma mobilidade ascendente no papel social da mulher – pois, no geral, ela também está sob uma estrutura hierárquica masculina. Assim, precisa ser eficiente na relação dela com a abrigada, que, em última instância, é a forma de ela firmar o papel público da mulher numa estrutura que ainda contesta a sua profissionalização.

Andréa Puppim em seu trabalho “Mulheres em Cargos de Comando” atenta para o fato de a força de trabalho feminina e masculina não se equalizarem num mercado que se diferencia por fatores de ordem extra-econômica, tais como

gênero e etnia. Segundo a autora, no caso da distribuição de papéis profissionais masculinos e femininos,

dados estatísticos mostram que não há mera e simples reprodução de fronteiras sexuais: elas se deslocaram com notável velocidade nas últimas décadas – sem terem, contudo, desaparecido. Mantêm-se ainda vivas nos vários exemplos de diferenças hierarquizantes no nível material (vide as diferenças salariais por gênero) e simbólico (PUPPIM, 1994, p. 15).

A autora observou uma continuidade, no mercado de trabalho, das funções devotadas às mulheres desde as remotas origens da humanidade: funções de ligação, funções familiares, funções de produção (subordinadas em termos de *status*). Diferentemente das funções do homem: de ação provedora (caça) e agressoras (guerra); ou seja, o trabalho adequado à mulher é aquele intramuros, e quando ela promove a saída por causa da vida profissional, seu trabalho é considerado um “domiciliar ampliado”. Um exemplo disto é a profissão de assistente social que, basicamente feminina, nasceu no início do século XX no período da profissionalização da mulher no Brasil. Tal profissionalização ocorreu relacionada aos papéis femininos tradicionais, ou seja, “a mulher permaneceu nas atividades ligadas ao cuidar, ao educar e servir, entendidos como dom ou vocação” (APERIBENSE; BARREIRA, 2008, p. 475).

Uma especificidade da profissão de assistente social – até mesmo em decorrência da sua origem – muito relevante para análise deste trabalho é: não consegue, diferentemente de outras profissões, atuar na vida pública/profissional em separado das outras especialidades. A assistente social sempre intervém ligada/subordinada a outra profissão. Por exemplo, em casos de pandemia, ela atua juntamente com o médico nos processos de isolamento; em caso de risco de desastre, opera sob as recomendações do engenheiro para retirar as pessoas das

casas ameaçadas; em caso de gestão de abrigos, atua sob o comando da Defesa Civil e ou Prefeitura. Assim, a assistente social é uma profissão, mas, ao mesmo tempo, tem que ser uma interlocutora com várias especialidades para que ajude o afetado. E ainda sofre com as tensões entre as várias disciplinas das várias profissões.

Além disso, a mulher que trabalha no âmbito público do abrigo, mesmo em situação de comando, está debaixo de uma dominação que é estabelecida por critérios sexuais, já que elas não conseguem cargos de chefia. Assim como no âmbito privado, no âmbito público o trabalho da mulher, muitas vezes é considerado como ajuda, ainda mais em trabalhos de assistência e reabilitação de afetados, atrapalhando, desta forma, a afirmação de uma identidade de trabalhadora com as mesmas honras de um trabalho masculino (ALBUQUERQUE, 2000). Além disso, no âmbito público, sob a égide de uma dominação masculina, a forma de ela mitigar esta subordinação é estar na situação de comando e exercer sua autoridade nos afetados na expectativa de que o faça de modo inquestionável pelos comandados para assim, provar a eficácia de sua prática frente aos superiores, no geral, homens.

4.1.5 Reflexos psicossociais do desastre nas afetadas

No caso de alagamento de residência e ida para abrigo temporário, um aspecto é que há, desde logo, práticas tensionantes entre grupos: a identidade da mulher como mãe passa a ser influenciada por um agente externo que a faz sair de casa, agentes de defesa civil, bombeiros, etc. Dessa forma, esta mulher precisa desconstruir certos *habitus*, e, imediatamente, construir outro para continuar mantendo a ordem e o controle de seu mundo social privado mesmo dentro de um

abrigo temporário, pois assim poderá manter a unidade do grupo familiar. Esse refazimento do *habitus*, principalmente, entre mulheres recorrentemente afetadas por desastres, surge da expectativa do sofrimento, da angústia, pois a partir dela pode-se antecipar cenários e construir estratégias referentes à chegada do desastre.

As famílias afetadas pelos desastres perdem seus marcos referenciais (bens materiais, a própria casa, ou ainda entes queridos), do espaço de realização da rotina no qual a identidade se afirma, e assim a ordem torna-se impraticável. Se considerarmos, ainda, a recomendação da Defesa Civil – em caso de famílias desabrigadas – para que haja separação dos alojados por sexo e não por família, pois a instituição acredita que assim as pessoas agirão para saírem logo e não se acomodarão – a situação torna-se mais lamentável¹². E não apenas mais lamentável, pois do ponto de vista da lógica familiar, tal atitude da Defesa Civil constitui-se como prolongamento do desastre, pois, como dito na introdução, o desastre não é o evento natural e sim um problema social, visto como uma construção social. Nesse sentido, um evento hidrometeorológico pode desencadear o desastre. Contudo, na medida em que a família chega ao abrigo e passa por esse tipo de restrição (separação por sexo), de adequação a uma outra racionalidade (neste caso, especificamente militar), as marcas do desastre continuam sendo impregnadas nesta família. Ou seja, a situação de desastre não muda, pois sob o amparo do Estado ela continua nesta situação.

Tal atitude do Estado configura-se em um conflito de racionalidade dentro dele mesmo, pervertendo seu próprio discurso institucional. Porque, se a instituição existe no sentido do amparo e no fornecimento de condições para que a

¹² Essa recomendação parte da Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Estado de São Paulo, cf. CAEM, município Dourado/SP, em 2004.

família desabrigada se reajuste, encontre uma reinserção social, não há nenhum tipo de base que essa família possa tomar como mola propulsora de novas condições de vida, de enfrentamento dos traumas do desastre dentro desta lógica de separação por sexo, de fragmentação da unidade familiar.

A família foi a última coisa que restou no meio dos vários danos materiais e é com base nela, na sua unidade, que tudo mais pode ser refeito, pois trata-se da instituição primordial de constituição do *habitus*. Porém, quando o Estado fragmenta a própria família, que é reconhecida constitucionalmente como célula da sociedade, e tira a possibilidade dela exercer seus vários papéis, não só na individualidade de cada um que a constitui, mas também na intersubjetividade, rompendo as amarras de entendimento do sujeito com ele próprio e em relação ao outro, faz com que o tipo de sofrimento vivido termine numa indiferença social paulatina que rompe ainda mais qualquer possibilidade de cidadania. Ou seja, o Estado açambarca a família e depois na relação de dominação a fragmenta, já que ele não presta toda a assistência a que se tem expectativa deixando o outro sem a oportunidade de se realizar e prover com base na família.

Além disso, tal postura do Estado está em total desacordo com as recomendações do Programa de Preparativos para Situações de Emergência e Socorro em Casos de Desastre, da Organização Pan-Americana de Saúde, que diz:

A fin de facilitar la recuperación comunitaria o por lo menos evitar que surjan más problemas psicológicos, deben observarse ciertas normas básicas. Una de ellas consiste en mantener a la familia unida. Estas normas deben incorporarse en el proceso de respuesta nacional frente a los desastres, y se debe informar al personal que intervenga en dicha respuesta sobre su función en la salud mental¹³

¹³ A fim de facilitar a recuperação comunitária ou pelo menos evitar que surjam mais problemas psicológicos, deve-se observar certas normas básicas. Uma delas consiste em **manter a família unida**. Estas normas devem incorporar-se no processo de reposta nacional frente aos desastres, e se deve informar à equipe que intervenha nessa resposta sobre o seu papel na saúde mental (Organización Panamericana de la Salud, 2002, **tradução nossa**).

(ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 2002a, p. 13).

Agindo de tal forma o Estado só acentua, ou até mesmo induz o aparecimento das patologias psíquicas mais recorrentes em caso de desastres, que são de tipo: depressivo ou de ansiedade, assim como os transtornos por estresse agudo e por estresse pós-traumático (ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 2002a), ou seja, o abrigo, local que deveria fornecer o suporte para os afetados se recuperarem, pode, deste modo, criar ainda mais problemas. Posteriormente tais patologias, no limite, podem cair na rede pública de saúde não apenas como transtornos mentais, mas somatizado em pressão alta, diabetes tipo 2, doenças cardiovasculares, etc.

Podemos dizer, ainda, que o desastre expõe aqueles que não encontram os vínculos necessários para fazer valer uma rede de apoio familiar ou de vizinhança. Assim, apartados, tornam-se propensos a serem enquadrados como *outsiders*. Segundo Elias e Scotson:

Afixar o rótulo de 'valor humano inferior' a outro grupo é uma das armas usadas pelos grupos superiores nas disputas de poder, como meio de manter sua superioridade social. Nessa situação, o estigma social imposto pelo grupo mais poderoso ao menos poderoso costuma penetrar na auto-imagem deste último e, com isso, enfraquecê-lo e desarmá-lo (ELIAS, SCOTSON, 2000, p. 24).

Segundo Goffman, “espera-se que haja uma certa burocratização do espírito, afim de que possamos inspirar a confiança de executar uma representação perfeitamente homogênea a todo tempo.” (1989, p. 58), o que a situação de desastre impede. O espaço de exercício da identidade (no caso, a moradia) está totalmente alterado, ou até mesmo destruído, expondo a forma como “as impressões alimentadas pelas representações cotidianas estão sujeitas à ruptura.” (Idem, p. 66).

A mulher, como chefe da casa, é quem culturalmente desenvolveu aptidões para identificar e expressar tanto as dimensões objetivas das perdas concretas na moradia quanto às dimensões imateriais e intersubjetivas dos danos no núcleo familiar. Tais aptidões devem-se ao fato de que é ela quem, historicamente, “produz” o núcleo familiar, isto é, toma para si a tarefa de reprodução e manutenção do sistema de valores e crenças para os demais membros bem como a de zelar o território onde se realiza a sociabilidade deste grupo, qual seja, a moradia (SIENA, VALENCIO, 2006).

No contexto de desestruturação dos meios de vivência que a mulher afetada vai tecer sua representação do abrigo temporário. A mulher afetada tenta reproduzir o ambiente privado no espaço público de um abrigo quando da necessidade de deslocamento, mesmo que seja tarefa difícil, pois como mantenedora da unidade do lar esta tenta restabelecer o cenário de afirmação de sua identidade, e por conseqüência da identidade dos outros que a cercam, o mais rápido possível.

A busca de uma alteridade necessária é exatamente o proposto pela ONU – o que pode ser observado nos documentos e boletins da EIRD (Secretaria Interagencial de Estratégia Internacional para Redução de Desastres da ONU).

4.1.6 A mulher segundo a literatura especializada em desastres

Em algumas partes do mundo, as mulheres vêm participando ativamente da reabilitação e reconstrução após um desastre. Um dos exemplos é o da cidade de Gujarat, na Índia, onde, em janeiro de 2001, ocorreu um terremoto de grandes proporções. A mobilização foi intensa de ONG's, de autoridades locais, e havia uma estratégia central de mobilizar a própria população, especialmente as

mulheres, para reconstruírem suas comunidades. Os elementos chaves da estratégia incluíam:

- Usar a reconstrução como uma oportunidade de construção local de capacidades e habilidades;
- Formação e desenvolvimento de comitês nas vilas, feitos por grupos de mulheres, outros por instituições da comunidade para uma reabilitação de gerência;
- Os comitês das vilas serem engajados para monitorar a reconstrução do que sobrou do terremoto;
- Incluir mulheres em todos os aspectos da reconstrução;
- Fixar escrituras de casas em nomes de homens e mulheres

(EIRD/ONU, 2002, p.142).

Segundo a EIRD/ONU, os desastres são oportunidades para mudar, ou até mesmo criar, o desenvolvimento comunitário. Com base nesta afirmação, podemos dizer que está ocorrendo mudanças e estas se devem, principalmente, à maior participação das mulheres no desenvolvimento comunitário. Outro exemplo é o da mulher turca, que foi deslocada de seu contexto pelo maior terremoto que ocorreu naquele país, em agosto de 1999. Imediatamente após o ocorrido, as próprias mulheres começaram a se organizar assistidas por fundações de suporte à mulher, por agências governamentais, por ONG's e técnicos profissionais. As mulheres turcas, juntamente com as parcerias supracitadas, construíram centros de cuidados às crianças, para que estas ficassem num ambiente seguro longe ao caos do pós-desastre. Os dias dedicados ao cuidado das crianças tornaram-se uma fonte de renda para as mulheres que ali trabalhavam.

Os grupos de mulheres turcas foram de porta em porta em suas comunidades para juntar informações básicas sobre os assentamentos, divulgar encontros e aumentar a participação da população, não só de mulheres. Nos centros elas discutiram problemas, consideraram soluções e seus próprios papéis na troca de motivações. Além disso, elas visitaram os lugares em construção e criaram estratégias para assegurar que autoridades responsáveis lhes fornecessem informações necessárias às suas condutas e que cumprissem as promessas feitas.

Todos os centros de grupo de mulheres da Turquia encontraram-se, com regularidade, com as autoridades locais. Estes também trocaram estratégias nos centros.

O interessante dessa participação feminina é que elas têm aprendido que o processo de reconstrução é longo e necessita de monitoramento constante. Descreveu-se, abaixo, alguns dos tópicos declarados no livro, que demonstram como as mulheres passaram a fazer ou a enxergar a prevenção do desastre, após suas atuações nas reconstruções:

- Elas estão mais confiantes e se sentem fortes;
- Elas tem começado a ver que podem influenciar nas decisões fazendo processos e atos juntas;
- Elas acreditam que apenas um centro comum de larga escala na comunidade possa promover segurança pública e mitigação de efeitos para um novo terremoto;
- Elas se sentem confortáveis com a linguagem técnica relacionada com a construção e entendem também de questões de segurança e padrões de qualidade;
- Agora elas podem entender da infra-estrutura em questão;

- Elas podem se tornar bombeiras, técnicas em eletricidade e carpinteiras para benefício da comunidade.

(EIRD/ONU, 2002, p.143).

Nesses dois exemplos anteriores, tanto as mulheres turcas como as indianas tiveram seus trabalhos valorizados, como suas tomadas de decisão foram balizadas e respeitadas pelas respectivas autoridades locais.

Voltando-se para o contexto brasileiro, Valencio (2005) em artigo que analisa o desastre causado pelo rompimento de uma barragem no município de Camará/PB¹⁴, afirma que, dentre os desalojados, abrigados por parentes e as mantenedoras da rede informal de apoio, destacam-se as mulheres. “É ela quem, por iniciativa, e maior senso de doação e renúncia, mantém o sentido de segurança para o núcleo familiar quando abalado em desastres.” (VALENCIO, 2005).

Ao competir à mulher, tradicionalmente, as funções de manutenção dos valores no âmbito da família é ela quem sofre com uma dupla pressão: a de não poder externar sua fragilidade individual na vivência da situação; e a de manter-se como referência para os demais membros da família. “Em termos psicossociais, é mais sujeita a apresentar receios de reviver a experiência do impacto, nisso ficando em ansiedade, medo e vigília constantes.” (VALENCIO, 2005, p. 11). Isso realmente ocorre em uma quase anomia a que ficam sujeitas em abrigos temporários.

¹⁴ Na noite do dia 17 de junho ocorreu a ruptura da barragem, “constituindo um buraco de 20m de altura por 15m de largura (...) Houve inundação rápida e súbita da área à jusante, a correnteza do rio Mamanguape avançando, num nível elevado em mais de cinco metros, sobre a zona rural e urbana abaixo. Na zona urbana, houve o efeito direto da perda de infra-estrutura hídrica, viária e de saneamento, além de fixos privados. Os moradores de Alagoa Grande (com cerca de três mil desabrigados) e Mulungu (com algo entre 500 a mil desabrigados) foram os mais afetados pela enxurrada” (VALENCIO, 2005, p.06).

Segundo a Organização Pan-Americana de Saúde (2002), os desastres se caracterizam pela procura da preservação da vida, subsistência e proteção da família, sendo a mulher a encarregada de cumprir, em grande medida, tal papel. Assim, como consequência do evento traumático “las mujeres tienen que encontrar, frecuentemente, una salida para las dificultades económicas de la familia y esto requiere invertir muchas energías físicas e gran desgaste psicológico” (Organización Panamericana de la Salud, 2002b, p. 06). Ainda, em muitas ocasiões, elas têm que enfrentar a recuperação sozinhas, como chefes de seu núcleo familiar. Quando têm companheiros, algumas mulheres, após o evento traumático, experimentam a violência pela primeira vez ou suportam maiores níveis de violência de seu companheiro, pois é habitual terem sentimentos de perda e frustração, aumentando as reações de cólera e violência com aqueles familiares mais próximos (IDEM).

Enfim, essas observações remetem à necessidade de se tratar os afetados como um grupo heterogêneo, ou seja, as práticas das mulheres segundo sua posição/função na estrutura social de uma dada sociedade é muito relevante para análise de percepção e de conduta diante do risco, ou para analisar a situação num pós-desastre, pois só o seu *habitus* pode influenciar em suas práticas. E somente considerando tais práticas, as políticas públicas na área de Defesa Civil serão mais eficazes.

4.2 De Onde vêm e Quem são os Desabrigados?

Antes de falar do desabrigado propriamente, é importante ressaltar uma evolução no debate acerca dos riscos, principalmente no que se refere ao

conceito de *globalização dos riscos*. Para pesquisadores como Seluchi (2005), é certo que, com o aquecimento global, algumas regiões do país vão sofrer ou pela intensidade, ou pela persistência dos extremos eventos.

As tempestades provocadas pelo calor e a umidade no fim da tarde (...) podem se tornar mais intensas e freqüentes por causa do aumento da temperatura. Teremos menos chuvas em algumas regiões, provocando secas mais prolongadas, e tempestades violentas (SELUCHI, 2005, s/n).

Os estudos sobre Mudanças Climáticas no Brasil, segundo Nobre (2004), mostram que

(...)as tempestades à superfície aumentaram 0,75 C nos últimos cinquenta anos e as temperaturas mínimas, quase 1 C. Esses estudos também mostram que já ocorreram mais ondas de calor, menor número de noites frias e, pelo menos na parte sul e sudeste do país, onde há registros climáticos disponíveis, também aumento da ocorrência de chuvas intensas, respondendo, em parte, pelo crescente número de desastres naturais, como deslizamentos em encostas e inundações, responsáveis pelo maior número de vítimas. Em resumo, um quadro de mudanças climáticas preocupante para todo o país (NOBRE, 2004 p. 18).

Tais fatores reportam a vários riscos previsíveis, tais como: primeiramente, populações já sem-teto estarão mais expostas a sofrer danos; na seqüência, os que têm teto, porém precário, sofrerão, são os ditos “*potenciais desabrigados*”; por fim, dependendo da dimensão do evento, mesmo aqueles que acreditam possuir uma casa segura poderão vir a sofrer, sobretudo por esta não ter sido projetada para situações extremas. Ou seja, águas pluviais podem, de fato, contribuir para o agravamento dos revezes cotidianos em outras camadas da sociedade que partilham o território citadino, socializando-se, por assim dizer, os

perigos aos quais a mesma está exposta; todavia, são distintas as condições para suplantar as adversidades. Sendo assim, Valencio et al (2008) afirmam que o mais afetado é, antes de tudo, um pobre.

As condições para suplantar as adversidades são distintas, pois a segregação espacial das populações no estrato de menor renda, principalmente no meio urbano, se expressa em seus padrões de ocupação precários, caracterizados pela autoconstrução das moradias; pela fixação em loteamentos irregulares, localizados em terrenos susceptíveis, tais como, encostas, fundos de vale e várzeas; pela falta ou precariedade dos equipamentos públicos na localidade, principalmente relacionados ao saneamento (VALENCIO et al, 2008). Isso é resultado de um processo sócio-econômico-político de urbanização acelerada e precha de desigualdades que ocorreu no país nos últimos 60 anos. Em seguida, intenta-se um breve resumo de tal processo, apenas em termos de contextualização.

Conforme Maricato (2000), foi a partir das primeiras décadas do século XX que o processo de urbanização da sociedade brasileira começa realmente a se consolidar, alavancado pela emergência do trabalhador livre, pela Proclamação da República e por uma indústria ainda incipiente, coadjuvante, escrava das atividades ligadas à cafeicultura e às necessidades básicas do mercado interno. Somente a partir da segunda metade do século XX que o Brasil apresentou intenso processo de urbanização. Em 1940, a população urbana era de 26,3% do total, em 2000 ela era de 81,2%. Ainda segundo a autora, tal industrialização foi baseada em baixos salários, os operários não tiveram seus ganhos regulados pela necessidade de sua reprodução, e isto se associou ao grande contingente de trabalhadores que permaneceu na informalidade determinando, assim, muito do ambiente a ser construído. Dessa forma, para Maricato “a cidade ilegal e precária é um subproduto

dessa complexidade verificada no mercado de trabalho e da forma como se processou a industrialização” (Idem, p. 31). Ou, conforme Martins (2003),

O capitalismo que se expande à custa da redução sem limites dos custos do trabalho, debitando na conta do trabalhador e dos pobres o preço do progresso sem ética nem princípios, privatiza ganhos nesse caso injustos e socializa perdas, crises e problemas sociais (MARTINS, 2003, p. 11).

Um fato muito importante salientado por Maricato é que as periferias das metrópoles têm crescido mais do que os núcleos centrais, o que implica o aumento relativo das regiões pobres, das moradias subnormais¹⁵. Uma recente pesquisa do Centro de Estudos da Metrópole para a Secretaria Nacional de Habitação (CEBRAP/SNH) (Brasil, 2008) mostrou que na região metropolitana de São Paulo 13.4% dos domicílios estão em setores subnormais e assentamentos precários, e na região metropolitana do Rio de Janeiro 19.6%.

Este grande contingente de pessoas inseridas em áreas precárias acentua o grau do impacto de um desastre. Na ausência de alternativa habitacional regular, a população recorre aos seus próprios meios e produz a moradia como pode. A falta do Estado para resolver tal padrão desordenado de ocupação faz com que o mercado imobiliário informal cresça vertiginosamente “como decorrência de uma sociedade que distribui desigualmente os benefícios do progresso identificado como modo de vida urbano” (VALENCIO et al, 2008, p. 04-05). Tal exclusão observada, pode-se dizer, vem se transformando num modo de vida; “um modo de vida dominado pela concepção de não pertencimento” (MARTINS, 2003, p. 148).

¹⁵ Conforme o PNUD (2004), um aglomerado subnormal é caracterizado como sendo uma ocupação desordenada, o que significa que quando da inserção da moradia no local, a mesma não está associada à posse da terra ou título de propriedade.

As conseqüências desse universo de práticas de auto-construção, totalmente desregulado, ignorado pelo Estado e constantemente refeito (por isso, a concepção de não pertencimento é tão presente entre populações vitimadas pelos desastres) são nefastas, dadas suas dimensões. Sobre isso, afirma Maricato (2000), “a ocupação predatória e irracional resultante dessa falta de controle é a principal causa de uma lista grande de males, inaceitáveis em pleno início do século XXI: enchentes, desmoronamentos, poluição” (p. 32). Seguindo tal linha de pensamento, afirma Acselrad,

A desigualdade ambiental é sem dúvida uma das expressões da desigualdade social que marcou a história do nosso país. Os pobres estão mais expostos aos riscos decorrentes da localização de suas residências, da vulnerabilidade destas moradias a enchentes, desmoronamentos e à ação de esgotos a céu aberto. Há conseqüentemente forte correlação entre indicadores de pobreza e a ocorrência de doenças associadas à poluição por ausência de água e esgotamento sanitário ou por lançamento de rejeitos sólidos, emissões líquidas e gasosas de origem industrial (ACSELRAD, 2000, p. 01).

Conforme Torres (1997), os indivíduos são desiguais ambientalmente porque são desiguais sob outros aspectos, a idéia de desigualdade alude ao sentido de sobreposição ou exposição simultânea a mais de uma forma de desigualdade num processo cumulativo e circular; ou seja a desigualdade ambiental espelha desigualdades mais sérias da sociedade contemporânea.

Dessa forma, podemos dizer que os danos decorrentes de desastres são distribuídos conforme a posição na estrutura social, da classe em que cada grupo envolvido se insere, havendo, assim, uma desigualdade de afetados, cujas gradações seguem padrões socioeconômicos.

Porém, há outra determinante na escala de afetados que não pode deixar de ser considerada: as redes de sociabilidade dentro do grupo de convívio.

Como dito anteriormente (vide Introdução), a situação de desabrigado é diferente dos desalojados, porque estes últimos têm a rede social de apoio. Os desabrigados são aqueles que perderam a estrutura física de âmbito privado e que também não têm uma rede de proteção comunitária, de parentesco, de vizinhança que o acolha em outra estrutura física privada, ou seja, são aqueles que vão precisar da ajuda do Estado, com a organização dos abrigos temporários. Observamos, então, que a estrutura social do ponto de vista da classe vai se mesclar com a desintegração dos laços de solidariedade, ou a ausência, ou a fragilidade, para a determinação dos grupos afetados e potenciais desabrigados. Assim, os desabrigados revelam-se como o grupo de maior vulnerabilidade, contudo

a condição de pobreza gera uma ambigüidade na condição dos desalojados que, volta e meia, ficam em situação de desabrigo. A acolhida providencial, no âmbito da rede de sociabilidade que mantém, coloca limitações cotidianas à permanência: falta espaço físico para repousarem; falta renda para provimento de alimentação, partilhando porções apropriadas; falta privacidade aos anfitriões e aos hóspedes, colidindo hábitos e tensionando a convivência em pouco tempo. Assim, os que entram nas estatísticas iniciais do pós-desastre como desalojados, podem tornar-se desabrigados no momento seguinte, pois a situação de pobreza não constrói alternativas sólidas para mitigar o sofrimento social (VALENCIO; MARCHEZINI; SIENA, 2008, p. 6).

Portanto, tendo em vista o exposto até aqui, podemos corroborar com a seguinte tese de Bourdieu: “não existe ninguém que não seja caracterizado pelo lugar que assume, que ocupa (de direito) no espaço por meio de suas propriedades (casas, terra etc.), que são mais ou menos ‘devoradoras de espaço’” (Bourdieu, 2007a, p. 165). Assim, para o autor o espaço social tem uma forma física “mais ou menos deformada” sob a forma de certo arranjo de agentes e propriedades e “não

ter eira nem beira' ou não possuir 'domicílio fixo' é ser desprovido de existência social; ser 'da alta sociedade é ocupar as altas esferas do mundo social" (Idem).

4.3 O Abrigo Temporário

Conforme estudos de Marchezini (2007), quando do desastre, toda uma logística para as ações de socorro às populações tem de ser considerada, as quais compreendem "o isolamento e evacuação, definição das vias de evacuação e controle de trânsito (...), triagem socioeconômica, cadastramento dos desalojados e instalação de abrigos temporários" (BRASIL, 2000, p. 21), bem como as ações de vigilância em saúde, sobretudo porque "as inundações figuram entre as catástrofes naturais que mais danos ocasionam à saúde pública (...) com elevada morbimortalidade, em decorrência do efeito direto das enchentes e das doenças infecciosas secundárias" (BRASIL, 2005, p. 3).

Ainda segundo o autor, os abrigos temporários organizados para acolher os desabrigados decorrentes dos desastres relacionados às chuvas devem ser providos pelo Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC), sendo a estruturação, organização e administração de responsabilidade da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil (COMDEC) "podendo, sob a forma de cooperação (considerando o despreparo do órgão municipal), ser organizado pelos órgãos estaduais e/ou federais de Defesa Civil (...) por entidades públicas ou privadas" (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p. 23). A maioria dos abrigos temporários criados no Brasil utiliza-se de espaços públicos ou comunitários como ginásios de esporte, centro de exposições, salões paroquiais e, principalmente, escolas.

Assim, o abrigo temporário é, segundo os manuais de defesa civil, um *locus* provisório de atendimento de necessidades básicas dos desabrigados, devendo o gestor público ali atender a um conjunto de provisões que se referem à proteção física, a um local de repouso, à alimentação, ao vestuário, à medicação, dentre outros, até que uma solução duradoura seja adotada pelo Estado (Valencio et al, 2008). Dessa forma, no Brasil, três são os desafios fundamentais, imbricados um no outro, para que o abrigo cumpra as finalidades supra, a saber:

“a) os relacionados à disponibilização das condições materiais – na forma de espaço físico apropriado, recursos humanos capacitados e bens relacionados aos mínimos vitais – dando provimento às carências no *timing* em que as mesmas se manifestam; b) os que se referem à agilização das providências de reconstrução, priorizando soluções duradouras de moradia digna às famílias; c) por fim, os consoantes à gestão do abrigo, voltados para aliviar o sofrimento social, tornando suportável a convivência em condições limitantes” (p. 08).

A rotina do abrigo temporário é a de submissão a um outro ordenamento espacial, ou seja, de aceitação dos novos fluxos e fixos no cotidiano os quais se entremeiam famílias. Subordinar as mulheres que chefiam os respectivos lares é algo importante numa gestão autoritária. A subordinação da mulher à racionalidade burocrática que rege o gestor do abrigo pode se dar tanto no requerimento de que ela assuma funções nesse território público ou alheando-a das mesmas. Como dois dos abrigos temporários que foram analisados na pesquisa de campo localizavam-se no estado do Rio de Janeiro, cabe observar as principais recomendações do Manual de Administração de Abrigos Temporários do estado¹⁶:

¹⁶ Esclarecendo que o Estado do Rio de Janeiro é o único no Brasil que possui este tipo de documento.

O abrigo deve funcionar seguindo uma rotina preestabelecida por sua administração, levando em conta o contexto sócio-cultural que a comunidade afetada está inserida. Nem tudo poderá ser modificado, pois as pessoas terão necessidade de seguir suas atividades, como trabalhar, brincar, ir para a escola, entre outras (...) Como são famílias com hábitos distintos e que nem sempre têm um convívio habitual, é necessário que sejam estabelecidas normas comuns para que a convivência seja a mais harmoniosa possível. Neste sentido, as regras devem ser claras, válidas para todos e estar afixadas em locais de fácil visibilidade (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p. 91).

Para Marchezini (2007), tal concepção do Estado de pré-estabelecer uma rotina elaborada pela administração de abrigos aplica-se no sentido de ter tudo sobre o seu controle pautando-se por uma lógica de “liberdade assistida”, de permitir que as pessoas retomem a rotina desempenhada no espaço público de fora do abrigo. Já a rotina no interior do abrigo terá, para o Estado, de ser retomada a partir de uma lógica também pública. Há uma coletivização dos afazeres cotidianos (dormir, cozinhar, comer, limpar, lavar, etc) que visa controlar os abrigados como se estivessem dentro de um sistema carcerário que precisa estabelecer normas comuns para uma convivência harmoniosa para os padrões de funcionamento institucionais requeridos pelo Estado.

Assim, as regras e atividades prescritas pelo Estado visam não tanto a recuperação psicossocial e o restabelecimento do *habitus* dos abrigados, mas sim o bom funcionamento do abrigo, à medida que as atividades que devem ser incitadas remetem-se à conservação e higienização do espaço público, ou seja, a manutenção do abrigo, cuidados com os espaços físicos do abrigo, manutenção das instalações sanitárias, cuidados com a cozinha etc.

Não obstante o Estado reconheça que são famílias com hábitos distintos, ele nega esses hábitos quando os coletiviza sob a tutela de seus gestores de abrigo, os quais são responsáveis por monitorar e gerenciar as atividades, numa

forma de fiscalização que rotula e desqualifica os abrigados como se as mulheres abrigadas não tivessem, por exemplo, noções de higiene no preparo da alimentação (MARCHEZINI, 2007), como mostra este trecho: “(...) é necessário o estabelecimento de uma Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN) em condições de fornecer refeições adequadas do ponto de vista nutricional e higiênico-sanitário” (GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2006, p.29).

Como bem nos mostra Marchezini (2007):

Essa desqualificação operada pelo Estado se desenvolve à medida que este toma o processo de reconstrução do cenário de desastre como algo somente sob sua responsabilidade e gestão, quando, na verdade, é algo que compreende a comunidade. Os desabrigados tentam restabelecer o *habitus* nos abrigos temporários, o que consiste numa forma de eles organizarem estes espaços visando reproduzir parte das rotinas que eram empreendidas no mundo privado, como, por exemplo, preparar as refeições (p. 85).

Enquanto os desabrigados tentam restabelecer seus *habitus*, o Estado não considera os abrigos temporários como espaços para isso, instaurando uma normalidade social pautada por sua razão metonímica de ter tudo sobre a sua ordem e não admitir outra racionalidade que não seja técnica. Assim, o Estado atribui à comunidade abrigada “um valor humano inferior à medida que suas ações se orientam como monitoramentos, controles e estímulos como se ela sofresse uma debilidade, prostração e invalidez para executar atividades diárias (cozinhar, lavar, limpar, higienizar)” (MARCHEZINI, 2007, p. 86), o que tenderia à desordem no abrigo.

Dessa forma, a situação de desabrigo constitui-se como uma desfiliação social que impactará sobre a execução do *habitus*, ou seja, sobre o sistema de esquemas de produção, de percepção e de apreciação das práticas que

permite aos agentes se situar e se caracterizar no mundo social (BOURDIEU, 2007b).

Tal situação se agrava perante a postura do Estado, pois este, no que tange à execução do *habitus*, institui normas que não valorizam as ações do espaço privado da rotina da família e das identidades familiares (MARCHEZINI, 2007).

Aquele que está sujeito, no caso o desabrigado, crê que o poder simbólico existe, pois ele é um poder “de fazer ver e de fazer crer, de produzir e de impor a classificação legítima ou legal” (BOURDIEU, 2007b, p. 151), e depende, com efeito, da posição que os agentes (operadores do Estado e abrigados) ocupam no espaço, “e das classificações que nele estão potencialmente inscritas” (Idem). Essas posições ocupadas no espaço e as representações sociais que os agentes têm deste espaço (abrigo temporário) e da funcionalidade dele irão orientar as ações desempenhadas por cada grupo e a luta pelas classificações.

Assim, o Estado precisa operar a partir de novos *topoi*, reconhecendo o outro nos termos do outro, identificando que “há uma ausência de comunicação nos termos e nos meios de cultura popular, o que frustra a confiança na relação com o Estado e gera níveis de desgaste que paulatinamente se acentuam” (VALENCIO et al, 2005, p. 179), principalmente no ambiente do abrigo temporário.

O que deve se buscar é o recomendado pelo Projeto Esfera¹⁷, ou seja, dar prioridade às opiniões dos grupos de pessoas que passam mais tempos nos abrigos, buscando “fragmentos da experiência social não socializados pela totalidade metonímica” (SOUSA SANTOS, 2003, p. 12), que são invisíveis e descartados de modo irreversível pelos *topoi* do Estado, cuja monocultura do saber

¹⁷ Trata-se de um Protocolo Internacional para ação de ONG's em abrigos e campo de refugiados no mundo todo, o qual diagnostica os principais problemas encontrados na implantação dos abrigos, desde os aspectos da construção, até os aspectos de higiene, alimentação, saúde e cuidados em relação à população atendida.

e do rigor científico não permite outra racionalidade que não seja aquela que burocraticamente construiu. Sousa Santos (2003) pondera, ainda, que a realidade não pode ser reduzida ao que existe porque muitas realidades são ausentes por meio do silenciamento, da supressão e da marginalização, ou seja, são produzidas como não-existentes. Essa produção da não-existência de certas experiências e realidades se dá pela garantia da ordem, do controle e da estabilidade que a razão metonímica do Estado processa.

Contrariamente a essa produção da não-existência, Sousa Santos (2003) propõe uma extensão do presente para nele identificar as experiências sociais que podem constituir alternativas aos processos do Estado conduzidos por uma razão metonímica. Para isso, propõe uma sociologia das ausências – das experiências produzidas como não-existentes –, que objetive “revelar a diversidade e multiplicidade das práticas sociais e credibilizar esse conjunto por contraposição à credibilidade exclusivista das práticas hegemônicas” (SOUSA SANTOS, 2003, p. 20). No ambiente do abrigo temporário, seria, por exemplo, valorizar as dimensões dos *habitus* dos abrigados, de modo, por exemplo, a “fomentar a participação das mulheres na concepção e implementação dos programas de abrigo e planejamento de locais de alojamento” (PROJETO ESFERA, 2000, p. 178), visando com isso reforçar o sentido de dignidade e de valor das pessoas em momentos de crise.

Tal participação, diz o Projeto Esfera (2000), gera um sentido de comunidade e de posse que pode contribuir para a segurança pessoal e geral, tanto de quem recebe a assistência, como de quem está encarregado da sua prestação. Ou seja, visa garantir um direito previsto na Política Nacional de Assistência Social, o da segurança da vivência familiar ou a segurança do convívio, o que “supõe a não aceitação de situações de reclusão, de situações de perda das relações (...) na

relação que o ser cria sua identidade e reconhece a sua subjetividade” (BRASIL, 2004, p.26). Mas, veremos, a seguir, com os resultados da pesquisa de campo que, infelizmente, tais preceitos ficam apenas no papel reafirmando que o Estado ainda permite a formação de ausências que sua própria razão metonímica historicamente vem produzindo em relação à sociedade.

5. DA ADMINISTRAÇÃO AUTORITÁRIA À ADMINISTRAÇÃO COMUNITÁRIA: OS CASOS DOS ABRIGOS DE NOVA FRIBURGO E SUMIDOURO

O foco dos casos abaixo apresentados corresponde às dimensões de sofrimento que a mulher vivencia quando sua casa encontra-se danificada/destruída, e o deslocamento para abrigos ocorre. Tais dimensões de sofrimento estão, claramente, associadas a sua identidade como mãe, esposa, chefe do lar e, principalmente, mantenedora da unidade do grupo familiar. Assim, a representação que as mulheres desabrigadas fazem dos abrigos têm direta correspondência com as limitações para a realização das rotinas necessárias para a afirmação de sua identidade e da família que a cerca.

Segundo Bourdieu, o *habitus* produz as rotinas e, no exercício delas, se afirmam as identidades; não só, mas as identidades calcadas em um ajustamento com o lugar, ou seja, com o território entendido como espaço para algo. Assim, procurou-se observar na pesquisa de campo como ficou o exercício das rotinas, do *habitus*, e por consequência da identidade dessas mulheres afetadas no espaço do abrigo temporário.

É neste contexto de desestruturação dos meios de vivência que a mulher afetada tece sua representação do abrigo e se relaciona com a mulher gestora. A mulher afetada/abrigada tenta reproduzir o ambiente privado no espaço público de um abrigo (cumprindo seu papel de mantenedora da unidade familiar e de guardadora do espaço onde esta família se realiza), enquanto que, para a mulher gestora este espaço público configura-se no âmbito do trabalho. Pode-se observar que esse mesmo espaço possui funções diferentes para o exercício de identidades para os dois grupos de mulheres, resultando em representações diferentes do

abrigo, que, por sua vez, resulta em luta pelas classificações em torno do poder de prescrever o que deve e não deve ser feito no abrigo temporário.

Por exemplo, a mulher no comando tende a usar seu poder perante aquela que é vista como a vítima e esta, por sua vez, negar-se á receber ordens sobre aquilo que ela sempre resolveu sozinha no âmbito privado de sua casa. Para a mulher afetada, boa tarefa realizada é aquela que ocorre quando ela é quem dita as regras, confecciona o cardápio de seu filho e/ou marido, estipula os horários, estabelece como arrumar seu próprio espaço. Porém, a expectativa dela ser uma boa mantenedora da ordem, “dona de casa decente”, não condiz com a da mulher gestora do abrigo, pois para esta quem deve ditar as regras é ela, a autoridade. A gestora pode não compreender que a atitude da desabrigada é o exercício de sua identidade como mãe, esposa, filha, e sim entender como uma contestação do seu poder dentro do abrigo. Então, as maneiras como ambas entendem a produção da sua própria identidade, como forma de ser reconhecida pelo outro, não se coadunam e, assim, a representação do abrigo é diferente para cada grupo. Para uma, não desempenhar aquilo que faz parte de seu *habitus* é fracassar como chefe do lar, como mãe; já para a outra é fracassar profissionalmente. Dessa forma, a noção de competência das duas pode deflagrar uma briga de autoridades na administração do lugar (confronto de autoridades).

Portanto, considerando que os exercícios das rotinas das abrigadas são fortemente influenciados pela gestora que está no comando (no caso analisado, uma assistente social), procurou-se, também, analisar a representação do abrigo para a mulher gestora, pois as práticas admitidas e recomendadas por ela interferem diretamente nas variáveis de análise das abrigadas. Por isso, para os intentos dessa pesquisa foram elaborados dois roteiros de entrevistas: um para ser aplicado com as

desabrigadas e outro para ser aplicado com as mulheres gestoras (roteiros vide anexo 1), para assim buscar as semelhanças, contradições e conflitos entre a concepção de ordem da autoridade feminina e a dinâmica da vida social das mulheres abrigadas.

5.1 Caracterização do Município de Nova Friburgo/RJ ¹⁸

A Subsecretaria do Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro juntamente com representantes da Prefeitura de Nova Friburgo (em 18 de janeiro de 2007), conduziram o NEPED até os locais, autorizando: a observação dos efeitos desencadeados pelo desastre bem como as áreas ainda em risco; e as instalações dos abrigos e as práticas dos operadores do Estado e dos abrigados (as) no interior deles.

O município de Nova Friburgo (RJ) localiza-se na microrregião Centro Fluminense, e possui oito distritos: Nova Friburgo, Riograndina, Campo do Coelho, Amparo, Lumiar, Conselheiro Paulino, São Pedro da Serra e Muri. Suas principais atividades econômicas são: a indústria de moda íntima; olericultura; caprinocultura; indústria têxtil e metalúrgica.

A topografia do município é caracterizada pelos acentuados aclives, já que se localiza na Serra dos Órgãos, sendo sua altitude de 846 metros (PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO, 2007). Tal característica predispõe a ocupação na base dos morros, morretes e afins. Uma vez instalada nessa área, a moradia é simultaneamente susceptível aos deslizamentos de terra, podendo haver queda de barreiras sobre as casas causando desmoronamentos.

¹⁸ Dados e informações técnicas da caracterização dos municípios foram retirados do Acervo NEPED.

Nova Friburgo é banhado pelas bacias do Rio Grande e do Rio Macaé. Os principais rios que cortam as cidades são: Santo Antônio; Cônego; e Bengalas. Dessa forma, a ocupação das moradias também ocorre nas margens destes rios, o que as tornam susceptíveis à inundação e à enchente decorrente do extravasamento das águas dos leitos dos mananciais que cortam o município. Por sua vez, isso ocasiona a entrada dessas águas nas moradias gerando desde a perda de bens móveis à pressão sobre a estrutura do imóvel, o que também pode levar ao seu desmoronamento (Valencio et. al, 2007).

Com uma área de 935km², a densidade demográfica de Nova Friburgo é de 185,4 habitantes por km² (PNUD, 2000). Sua população era, no ano de 1991, de 167.081 habitantes, dos quais 144.354 residiam na área urbana e 22.727 na área rural. Já no ano 2000, eram 173.418 habitantes, dos quais 151.851 habitavam na área urbana e 21.567 na área rural. Neste período (1991-2000), a taxa média de crescimento anual foi de 0,43% e a taxa de urbanização que, em 1991, era de 86,40% , passou para 87,56% no ano de 2000 (PNUD, 2000).

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano do município, Nova Friburgo apresentava, em 1991, o valor de 0,735, enquanto no ano 2000, esse número foi de 0,810. Entre as dimensões que compõem este índice (IDHM-Educação, IDHM-Longevidade e IDHM- Renda), a que mais contribuiu foi a longevidade, com 39,8%, seguida da educação (37,2%) e da renda (23%) (PNUD, 2000).

Município de médio porte cuja população habita predominantemente a área urbana, Nova Friburgo foi afetado pelas chuvas de janeiro de 2007. Estas ocasionaram enchentes (vide figura 1) e deslizamentos (vide figura 2) isolando grande parte da comunidade (vide figura 3), gerando grandes perdas econômicas,

mas cuja recuperação ante tais perdas foi diferenciada sobretudo porque os altos Índices de Desenvolvimento Humano apresentados pelo município não se estendem à realidade dos seus distritos, tal como o distrito de Riograndina (tomado para estudo), que apresenta condições sócio-econômicas frágeis como ausência de infraestrutura de esgoto, residências ribeirinhas e precariedade do material construtivo empregado pelas famílias. Assim, os lares mais pobres são os primeiros a serem afetados quando as chuvas castigam o lugar e

Igualmente, são os que mais rapidamente expõem a fragilidade dos laços sociais quando a família, vendo-se em condição de desabrigo decorrente do impacto das enchentes e/ou múltiplos escorregamentos sobre a moradia, não encontra parentes ou amigos aptos e dispostos a oferecer-lhes acolhida. Tal razão a obriga a aceitar instalar-se nos abrigos temporários fornecidos pelo Poder Público Municipal, como o situado na Escola Municipal Estação do Rio Grande (Valencio et. al, 2007, p. 83).



Figura 1 – Nova Friburgo/RJ inundada pelo rio bengalas (Foto de Leonardo Velozzo – A VOZ DA SERRA (2007a)).



Figura 2 – Deslizamentos em Nova Friburgo/RJ (A VOZ DA SERRA, 2007b).



Figura 3 – Danos humanos em Nova Friburgo/RJ (Foto de Nelson Alvarez e Carla Braga – A VOZ DA SERRA (2007a)).

Frente a este desastre, o município teve 1092 desabrigados. Estes estavam distribuídos em dezesseis abrigos temporários, os quais se utilizaram das seguintes infra-estruturas para serem formulados: dez escolas, duas creches, uma igreja, um sítio, um abrigo (barracão) e uma casa. Um abrigo temporário foi tomado para estudo, o localizado no distrito de Riograndina, instalado na Escola Municipal Estação do Rio Grande (vide figura 4).



Figura 4 – Abrigo temporário tomado para estudo, localizado no distrito de Riograndina, em Nova Friburgo/RJ (Acervo NEPED, 17 jan. 07)

5.2 Caracterização do Município de Sumidouro/RJ

Assim como foi feito em Nova Friburgo, no município de Sumidouro a Subsecretaria do Estado de Defesa Civil do Rio de Janeiro juntamente com representantes da Prefeitura de Sumidouro (em 17 de janeiro de 2007), conduziram o NEPED até os locais, autorizando: a observação dos efeitos desencadeados pelo desastre bem como as áreas ainda em risco; e as instalações dos abrigos e as práticas dos operadores do Estado e dos abrigados (as) no interior deles.

O município de Sumidouro (RJ) localiza-se na microrregião Centro Fluminense, e possui quatro distritos: Centro, Campinas, Dona Mariana e Soledade (PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO, 2007). Suas principais atividades econômicas são: a agricultura (hortifrutigranjeiros); pecuária; e o turismo.

Com relevo montanhoso localiza-se na Serra do Paquequer, sendo sua altitude de 355 metros (PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO, 2007). O principal rio que corta o município é o Paquequer.

A área do município é de 395 km², sendo sua densidade demográfica de 35,8 habitantes por km² (PNUD, 2000). Sua população era, no ano de 1991, de 12.977 habitantes, dos quais 2.011 residiam na área urbana e 10.966 na área rural. Já no ano 2000, eram 14.176 habitantes, dos quais 2.334 habitavam na área urbana e 11.842 na área rural. Neste período (1991-2000), a taxa média de crescimento anual foi de 1.02% e a taxa de urbanização que, em 1991, era de 15,50% , passou para 16,46% no ano de 2000 (PNUD, 2000). Mesmo com tal aumento, manteve-se a característica predominantemente rural da população (mais de 80% do total), constituída de pequenas propriedades e redes de parentesco nas vizinhanças.

Em relação ao Índice de Desenvolvimento Humano, Sumidouro apresentava, em 1991, o valor de 0,617, enquanto no ano 2000, esse número foi de 0,712 . Entre as dimensões que compõem este índice (IDHM- Educação, IDHM- Longevidade e IDHM- Renda), a que mais contribuiu foi a dimensão da educação, com 42,1%, seguida da longevidade (36,1%) e da renda (21,8%) (PNUD, 2000). Embora denotando um compromisso crescente das famílias e do município para inserção das crianças e jovens na escola, isso não se desdobrou, ainda, em melhoria econômica e social geral. Informações censitárias do IBGE, do ano de 2000, dão conta de que o número de pessoas, de 10 anos ou mais, sem instrução ou com até 1 ano de estudo era de 1.982 habitantes, correspondente a 13,98% da população total do município na época. O número de habitantes, com dez anos ou mais, sem o ensino fundamental completo, correspondia a 7.857 pessoas ou 55,42 % da população total. Aqueles com dez anos de idade ou mais, com rendimento nominal mensal de até 3 salários mínimos chegavam, no mesmo período, a 5.699 habitantes, representando, assim, 40,2% da população. Conforme afirmam Valencio et. al (2008), trata-se assim:

de uma configuração que denota uma pobreza extensiva. A pobreza, nesse caso, está na imbricação de uma renda monetária e um nível de instrução reduzido, ambos agindo como fatores limitantes em circunstâncias que exijam medidas complexas de prevenção frente a fatores de ameaça, como as chuvas. Uma vez afetados por enchentes ou deslizamentos, os custos de recuperação – como refazimento construtivo da moradia, aquisição de móveis e equipamentos etc – estão acima da capacidade das famílias, exigindo providências do Estado (VALENCIO ET. AL, 2008, p. 11).

Município de pequeno porte cuja população habita predominantemente a área rural, Sumidouro foi afetado pelas chuvas de janeiro de 2007. Estas ocasionaram enchentes e deslizamentos afetando grande parte do município, gerando grandes perdas econômicas a uma situação pré-desastre já precária, o que se pode constatar pelo baixo IDHM-renda (0,672). As águas do Rio Paquequer transbordaram de suas margens, alcançando uma cota de 6 metros. Na zona rural, atingiu várias moradias e áreas de agricultura e pecuária; na zona urbana, atingiu instalações residenciais, comerciais e pequena indústria (PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO, 2007). Entre as perdas, estão os danos às casas das populações ribeirinhas decorrentes das enchentes (vide figura 5), os domicílios, infra-estruturas, árvores, vegetação e plantações afetadas por deslizamentos (vide figura 6), danos ao patrimônio público, como equipamentos da Prefeitura local (vide figura 7).

Contudo, o principal setor atingido foi o primário, o que implicou, a esses desabrigados, perdas não apenas da moradia, mas de meios de produção. Perdeu-se 257,6 toneladas de fruticultura e 2444 toneladas em horticultura



Figura 5 – Danos às casas da população ribeirinha (PREFEITURA DE SUMIDOURO, 2007)



Figura 6 – Afetado desolado passa por área deslizada (PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO, 2007).



Figura 7 – Danos ao patrimônio público: trator atingido e destruído pela enchente (Acervo NEPED, 17 jan. 2007).

Dentre estes muitos danos, os danos humanos constituíram-se como um desafio a Sumidouro/RJ. O município teve 1554 desabrigados (aproximadamente 9,12% da população total), os quais estavam distribuídos em cinco escolas tomadas como abrigos temporários. Dentre estes, o abrigo localizado na escola Centro Integrado Educação Pública (CIEP) 283 Maria Amélia Pacheco (vide figura 8) foi tomado para estudo.



Figura 8 – Abrigo temporário tomado para estudo em Sumidouro/RJ (Acervo NEPED, 17 jan. 07).

5.3 A Luta pelas Classificações no Abrigos Temporários

O pano de fundo de toda a discussão, que se seguirá sobre a pesquisa de campo, é que as diferentes feições de Nova Friburgo (cidade de médio porte, com população predominantemente urbana, voltada para as atividades industriais e do turismo) e Sumidouro (cidade de pequeno porte, com população predominantemente rural, voltada para a agricultura) estão em comum acordo com as diferentes racionalidades do Estado de pensar o público em cada localidade.

Assim, o Estado, como parte constituinte da sociedade, terá essas feições na sociabilidade que seus agentes vão desenvolver com os desabrigados.

Em Nova Friburgo notou-se que o serviço governamental tende a se apresentar de forma mais impessoal, que não se envolve na subjetividade daqueles que estão em situação de abrigo, ou seja, como um ente estritamente técnico. Já em Sumidouro, o serviço governamental demonstra certo envolvimento com os desabrigados, envolvimento este próprio da vida comunitária, da sociabilidade rural. Tal diferença ficou nítida no modo como o NEPED foi recebido por ambos: em Nova Friburgo a prefeita, Saudade Braga, não estava presente (estava em Brasília, na Secretaria Estadual de Defesa Civil, angariando fundos para o município) e fomos recebidos pelo Presidente da Comissão Municipal de Desenvolvimento Político, Roberto Braga (vide figura 9). Na conversa que tivemos com o representante da prefeita o assunto recorrente era os ofícios que haviam enviado para conseguir recursos; em Sumidouro, o prefeito, Manoel José de Araújo, nos recebeu em uma infra-estrutura improvisada (vide figura 10), e logo se pode perceber que ele vivia a situação como desespero dentro de uma rede social muito próxima.



Figura 9 – Recepção equipe do NEPED no gabinete da prefeita em Nova Friburgo/RJ (Acervo NEPED, 18 jan. 07).



Figura 10 – Infra-estrutura improvisada na qual a equipe do NEPED foi recebida pelo prefeito de Sumidouro/RJ (Acervo NEPED, 17 jan. 07).

Dessa forma, nas análises que se seguem, faz-se notável como as formas da autoridade ser constituída, de se posicionar frente aos fatos, mudam muito de um município para o outro.

5.3.1 A submissão ao Estado na refabricação da rotina familiar: o abrigo de Nova Friburgo/RJ

No abrigo temporário instalado na Escola Municipal Estação do Rio Grande foram realizadas 19 entrevistas no total, sendo 3 com gestores de abrigo e 16 com mulheres abrigadas constituindo aproximadamente 64% das chefes do lar das famílias ali inseridas e a totalidade das que se encontravam presentes no dia da visita (25 famílias). O termo 'aproximadamente' faz jus à situação no abrigo, na ocasião, perfazia em torno de 25, mas sofria a oscilação típica do grupo desabrigado/desalojado, conforme analisado por Valencio et al (2007)¹⁹. Como as entrevistas não foram realizadas em circunstância pré-programada, a amostra favoreceu-se da observação de um dia normal de atividade dos grupos bem como, no caso das abrigadas, da aleatoriedade como se encontravam presentes ao local quando foram abordadas. Das entrevistas concedidas, destacamos os trechos mais significativos enquanto expressão de uma fala comum do grupo ao qual o sujeito se insere e naquilo que concerne à problemática do presente trabalho.

Observando as interações entre as desabrigadas e a agente do Estado, representada pela assistente social, administradora do abrigo, pode-se

¹⁹ Tal como afirmam Valencio et. al (2007) "Essa oscilação é caracterizada pela circunstância de algumas famílias persistirem em se apresentar como abrigadas perante as autoridades locais, a fim de manterem-se como prioridade das ações do Estado visando a garantia de um novo bem imóvel, porém já terem se fixado provisoriamente em casa de amigos ou parentes, isto é, estarem, de fato, na condição de desalojados; ou, ainda, retornado aos seus domicílios condenados pela defesa civil por encontrarem-se em área de risco" (p. 85).

depreender a existência de práticas tensionantes entre os dois grupos, denotando uma “luta pela classificação” na representação do abrigo.

Inicialmente, faz-se importante destacar algumas características da gestora deste abrigo analisado: foi a primeira vez que ela trabalhou em abrigos temporários; sua jornada de trabalho era das 7h às 18h; é assistente social da prefeitura que trabalhava na Farmácia Popular e foi escalada para gerenciar o abrigo do distrito de Riograndina. Ela não teve formação pela Defesa Civil e não tinha um conhecimento prévio do Manual de Abrigos do Estado, recebendo apenas algumas instruções dos gestores da Defesa Civil estadual.

Conforme dito anteriormente, a rotina do abrigo temporário é de submissão a um outro ordenamento espacial, isto é, de aceitação dos novos fluxos e fixos no cotidiano os quais se entremeiam com as famílias. Há uma coletivização dos afazeres cotidianos (dormir, cozinhar, comer, limpar, lavar, etc) que visa controlar os abrigados para uma convivência harmoniosa para os padrões de funcionamento institucionais requeridos pelo Estado. Subordinar as mulheres que chefiam os respectivos lares é algo importante numa gestão autoritária²⁰. Contudo, a subordinação à racionalidade burocrática, regida pela gestora do abrigo, pode se dar tanto no requerimento de que a abrigada assuma funções nesse território público ou alheando-a das mesmas.

Um exemplo de alheamento é com relação ao preparo da alimentação. O *habitus* faz com que a mulher sinta-se responsável pela alimentação da família, assim, receber o alimento pronto por funcionários contratados que realizam compras

²⁰ É importante subordinar a mulher, pois o homem que cumpre a função de chefe da família, não passa a jornada diária no interior do abrigo; está empenhado nas relações exógenas ao lugar na garantia da renda que permitirá o refazimento da casa. O contexto do abrigo lhe é uma circunstância menor não uma vivência intensiva, já que a jornada de trabalho fora dali o retira da compreensão ampla das camadas de privacidade que estão sendo ameaçadas, as quais a mulher sente plenamente (Valencio et. al 2007).

ou organizam estoques de doações, elaboram o cardápio, efetuam o preparo e administram o refeitório representa certa indignidade à mesma, pois sempre coube a ela utilizar de suas habilidades culinárias e de seus cuidados para com as preferências alimentares da família. A abrigada 1 relatou que no abrigo havia a cozinheira contratada e a ausência de flexibilidade do horário das refeições. Assim, cozinha separadamente para o marido no fogão que conseguiu trazer de sua casa e está instalado em seu “quarto”. Ela prepara a marmita do marido e mostra-se satisfeita por conseguir realizar essa tarefa:

meu marido leva marmita, e eu faço a comida dele separado! Eu cozinho no meu fogão ali. Aí, na maioria das vezes ainda não tá pronto [a comida feita pela cozinheira] e quase sempre é sopa, e levar na marmita não dá, né?!.

Ao lado disso, visíveis eram os esforços da abrigada 1 para tentar deixar definidas as fronteiras do território de cada família nuclear na sala de aula que partilham: “daqui pra cá é meu [apontando do começo da sala ao meio] e de lá é da minha irmã. Tento deixar tudo certinho como em casa”.

Da mesma forma que a abrigada 1, a abrigada 2 também tem em seu quarto um fogão, panelas e botijão de gás (vide figura 11). Porém, foram doações, já que perdeu seus pertences, apenas conseguindo salvar o tanquinho de lavar roupas (vide figura 12), o ferro elétrico e a televisão. A abrigada 2 também gostaria de preparar seu próprio alimento, como mostra o relato a seguir:

Eu tô comendo lá, mas tô querendo fazer o meu aqui. Se eu ganhar uma cesta básica aí, eu faço aqui porque ... eu prefiro ter uma cesta básica e fazer aqui porque tem muita confusão...é briga...é um que quer ajudar, é outro que não quer, então pra evitar confusão eu cozinharía ali no meu fogão...eu, meu marido, minha filha, a pequena ... tá entendendo?



Figura 11 – Fogão e seus utensílios salvos pelos desabrigados e utilizados dentro do “quarto” do Abrigo na Escola Municipal Estação do Rio Grande (Acervo NEPED, 18 jan. 07).



Figura 12 – Dentro do “quarto” tanquinho de lavar roupas que abrigada conseguiu salvar em meio ao desastre (Acervo NEPED, 18 jan. 07).

A questão do preparo do alimento foi algo que perpassou o relato de várias abrigadas, pois o fazer (a comida nestes casos) não é mais uma liga entre os membros da família, torna-se algo impessoal, para satisfação da ordem imposta por outrem, sujeito a regras burocráticas, onde não cabe valoração afetiva no seu preparo (VALENCIO ET. AL, 2007). A abrigada 3 contou que depois do grande esforço do seu filho de 12 anos e de seu genro, ela conseguiu trazer seu fogão para o abrigo:

A hora que a água tava passando por cima da ponte, essezinho meu, de doze anos [filho], foi com água por quase em cima da ponte, que eu não tive coragem, que passei carregada pelos outros. Mas, ele foi lá com o meu genro. O meu genro botou o fogãozinho na cabeça e ele [apontando para o filho] o bujão cheinho nas costas. E botou ali dentro do meu quarto pra poder fazer um cafezinho pra tomar. Aí eu falei pra eles [pessoal do abrigo] que posso até não conseguir ajudar a cozinhar [por conta de dores no braço], mas tá bom porque eu já tenho o meu fogãozinho aqui, eu posso fazer pra ele [filho] e pra mim. E o pessoal falou: "Esquece um pouco da cozinha, porque tem muita gente, aí a senhora vai descansar e melhorar primeiro". É só isso. Daí, agora, tô ficando um pouquinho mais aqui, pra deixar o povo pra lá. E eu, quando dá fome, vou fazer uma comidinha pra mim, cafezinho.

A assistente social, no intuito de cumprir seu papel (papel este designado pela prefeitura em parceria com a Defesa Civil Estadual), pois em suas próprias palavras **“o nosso papel aqui é garantir que não falte as coisas”**, não se dá conta que para a mulher, chefe do lar, é importante não só preparar as refeições de sua família, como também elaborar o cardápio. Assim, a gestora acredita que **“liberando aos poucos (a comida) pra [a cozinheira] fazer comida com bastante fartura, pra não faltar nada pra ninguém”** seja o ideal. Quando, na verdade, a processo de escolha do alimento que será preparado no dia não é negociado, ou seja, a assistente social não compreende que não é apenas a questão de fornecer o

alimento, mas também o processo de escolha é importante para uma chefe do lar. Cada uma delas, seja desabrigada, seja a assistente social, tem um *habitus* e neste contato que o abrigo produz entre esses dois grupos há uma “luta pela classificação” do que lhes parecem correto, no que lhe faz sentido dentro de sua posição.

E ainda, considerando que o *habitus* é um “*habitus* de classe” a gestora, funcionária pública, pertencente a classe média considera “luxo” carne e frango para os desabrigados, e que, por isso, deveriam cuidar melhor dos mantimentos e doações recebidos no abrigo.

A escola tem uma dispensa natural dela ao lado da cozinha. Então, a princípio nós até pensamos que pudéssemos utilizar aquele espaço. Mas, invadiram a cozinha de noite [desconfia de alguns desabrigados], levaram a carne toda [carne bovina e frango] que tinha no freezer, **que é um objeto de luxo, que aqui a gente ganhou**. Então, a gente não pôde mais deixar lá e eu tive que trancar [os mantimento] aqui na sala da direção. Então, a gente poderia ter carne aqui por uns 20 dias, porque o freezer da escola foi bem abastecido. Mas **eles fizeram até churrasco**, dizem, **coisa que eles não fazem na casa deles** (Assistente social, grifo nosso).

Tal discurso da assistente social é característico para mostrar porque o recorte de cidadania, a partir da interlocução de classes sociais, prolonga o desastre como diferença social. E prolonga a diferença porque o outro (o desabrigados, o miserável, a população empobrecida) nunca é sujeito de direitos por conta da dimensão de classe. O desabrigado receber o alimento como favor, “que aqui a gente ganhou”, não como direito; a carne ser um “objeto de luxo”; os desabrigados fazerem “até churrasco, coisa que eles não fazem na casa deles”, são qualificações (ou desqualificações) feitas pela assistente social dentro de sua relação de dominação para com os abrigados, sendo justamente o recorte de classe o definidor de tal relação.

Colocar e manter tudo em ordem no “quarto” é outro teste à dignidade, à manutenção de uma rotina, do *habitus* que lhe fazia sentido em sua moradia. A abrigada 4 preocupa-se que, mesmo com a ausência de camas na sala de aula que serve de local de descanso para a família, os colchões utilizados fiquem sempre arrumados, com a roupa de cama bem posta, os cobertores devidamente dobrados. Cuidadosamente, isolou os objetos escolares, como as carteiras que serviam aos alunos, e chama a atenção dos filhos para que, na circulação interna, não toquem nem esbarrem nesses objetos, preservando-os o máximo possível (vide figura 13). Explica a abrigada 4: “Aqui é a sala de aula no meu filho maior (de 8 anos). Ele vai voltar a estudar nesta sala quando formos embora, voltarmos pra casa. Imagina o que os colegas vão pensar de nós se algo aparecer quebrado?!”. A preocupação da abrigada 4 pode ser entendida, pois “não existe ninguém que não seja caracterizado pelo lugar que assume, que ocupa no espaço” (BOURDIEU, 2007a, p. 165), desta forma, quando o território da escola ter suas funções restabelecidas, aparecer algo quebrado, fora da ordem anterior, pode servir de meio para desqualificar a família que ocupou o local, justamente por isso que ela diz “imagina o que os colegas vão pensar de nós se algo aparecer quebrado?!”.



Figura 13 – No detalhe, as cadeiras amontoadas no canto da sala para separar seus bens dos da escola. (Acervo NEPED, 18 jan. 07).

Há duas instituições que são as mais importantes em termos de constituição ou alteração do *habitus* para o Bourdieu: a família e a escola. A família é a primeira e primordial instituição de constituição do *habitus*. Já com relação à escola, o autor afirma que nela é o momento onde há, ao mesmo tempo, uma complementaridade da composição do *habitus* e alguns conflitos por causa do contato entre diferentes racionalidades. Em situação de desabrigo, as escolas são prioritariamente as infra-estruturas que a Defesa Civil utiliza, transformando a sala de aula em local para abrigar geralmente mais de uma família.

A estação das chuvas na região sudeste do país coincide com o período de férias escolar, por isso as escolas são as primeiras infra-estruturas utilizadas, mas o processo de reabilitação e reconstrução dos meios de vivência dos afetados é um processo lento, que leva mais tempo para se realizar do que os meses de férias permitem. Arrasta-se, assim, um longo período no qual as instituições, família e escola, se mesclam de forma ímpar no cotidiano dos

abrigados. Contudo, no decorrer do desempenho do *habitus* dos grupos que buscam a satisfação de suas necessidades a partir de posições diferenciadas neste espaço social, há um processo de “reafirmação da estratificação social e a chance de expurgo dos desqualificados do lugar” (VALENCIO, 2007, p.4). Desta forma, ocorrem casos como o de Jaboatão dos Guararapes/PE, onde houve conflitos e tensões entre o grupo de pais/alunos/professores e o de desabrigados, pois o primeiro protestava contra o revezamento de aulas nas unidades de ensino. A comunidade escolar reclamava que aproximadamente 60 famílias desabrigadas foram instaladas, por recomendação da secretaria de Infra-Estrutura de Jaboatão, nas salas de aulas dos prédios, há cerca de nove meses. Com isso, os estudantes estavam sendo obrigados a freqüentar as aulas em dias alternados (MARCHEZINI, 2007).

Com relação à limpeza do espaço do abrigo, a abrigada 5 relatou que nas salas de aula onde cada família utiliza como quarto, elas mesmas que cuidam da limpeza do espaço. Enquanto nas áreas externas às salas de aula, não havia horários nem regras quanto aos grupos que deveriam trabalhar na limpeza. Indagada, então, de como se dava a limpeza: “quando o pessoal vê que não agüenta mais começa todo mundo a se manifestar”. Contudo, tal abrigada contou que logo no início da instauração do abrigo a assistente social tentou estabelecer regras, dividir grupos de tarefas diversas e isso incomodou vários no abrigo, criando uma situação de conflito:

No começo eu cheguei até a ter brigas com a assistente social aqui, porque eu achava que ela tava agredindo as pessoas com palavras, tava usando de abuso de poder. Ela tava bem anti-social, uma vez que ela é assistente social. Ela não tava assistindo. E vinha ‘chutando’ ainda mais o pessoal. Por isso, todo mundo se revoltou, aqui, poucas pessoas gosta dela, né?! Aqui, todo mundo tem medo dela. Se quer alguma coisa, vem a mim me pedi para eu pedir pra ela, porque por muito eu brigar com ela, ela se tornou minha amiga,

entendeu?! Aí, eles pedem a mim, pra mim ir a ela e pedir (abrigada 5).

Questionada sobre algum caso que ela considerou abuso de poder por parte da assistente social, a abrigada 5 fez o seguinte relato:

O caso que eu achei mais importante, foi uma senhora (avó), ali do 204, que levou uma criança de quase 2 anos pra comer uma sopa e ela falou que a criança não comia sopa ainda. Uma vez que uma criança já começa a comer comida de sal com 3/4 meses de idade. Aí, eu briguei com ela e fiz ela dá a sopa. Outra vez, foi mandar um rapaz pro inferno, porque o rapaz tava lá na cozinha pegando coisa pra comer. E outra vez, foi o caso dela desprezar as pessoas, maltratar os mais humildes, entendeu?! Mandar os outro pro inferno. E chamava as pessoa de 'morta de fome', as pessoas ficavam muito ... saiu muita gente daqui chorando. Ela, em vez de acalmar, assisti, conversar **ela agitava as pessoas**, entendeu?! Criava uma tensão.

Novamente, pode-se observar a questão da alimentação como algo crucial no relacionamento da gestora com as desabrigadas. Para a abrigada 5, foi uma ofensa à cometida pela assistente social proibindo uma senhora de dar sopa a seu neto de quase dois 2 anos, pois para abrigada uma pessoa "de fora", querendo definir o que uma criança pode ou não comer era algo inconcebível. Para uma mulher, seja ela mãe ou avó, boa tarefa é poder definir, preparar e alimentar seu filho/neto. Não houve negociação por parte da assistente social, pois esta, numa interlocução de classes sociais, se sente no direito de tratar a desabrigada e suas decisões deste modo, pretendendo, assim, definir o que é certo ou errado nas práticas das desabrigadas dentro do abrigo.

Porém, a abrigada 5 nos contou que depois de tanto enfrentar a assistente social, esta melhorou em sua conduta como tal, nas palavras da própria desabrigada:

Mas, agora ela ta boazinha. Isso por eu peitar muito ela, porque eu não tava peitando por mim não, porque a mim ela nunca fez nada,

mas é os outros. Eu peitava pelo outros, porque tem muita gente humilde. Agora não, agora tá tranqüila. **Agora ela tá agindo, realmente, como uma assistente social.**

Diante de todas estas reclamações feitas pelas desabrigadas, em momento algum estas questionaram a legitimidade (no sentido weberiano: de quem confere legitimidade à autoridade de um outro é justamente quem está sendo submetido, não há uma imposição) da assistente social, como uma representante da instituição Estado, com um papel a cumprir dentro do abrigo. Porém, elas apenas questionam as práticas adotadas por esta representante do Estado.

As práticas adotadas tanto pelas abrigadas quanto pela gestora são mediadas pelo território (as salas de aula, o refeitório, os banheiros) e pelo uso dos meios deste território (fogão, alimentos, colchões, carteiras). Tais práticas revelam os ajustes e desajustes de figuração entre abrigadas e gestora. A figuração de um abrigo temporário tem que corresponder à figuração de uma instituição pública, já que o abrigo é um território produzido pelo Estado. Por exemplo, remetendo aos casos ditos anteriormente, a abrigada discorda das situacionalidades modeladas pela gestora, havendo assim um desencaixe dessa figuração entre quem manda e quem deve obedecer, pois as abrigadas não aceitam o papel de subordinação à agente do Estado. Assim, há uma série de práticas/conduitas que essas mulheres vão ter, mas que num processo maior, faz parte das identidades que querem ser entendidas como complementares no enredo da figuração. Contudo, o enredo para fazer as identidades complementares aflorarem, segundo a ótica da abrigada, deveria ser um e sob a ótica da gestora deveria ser outro. O que notamos, porém, é que os enredos não estão convergindo, fazendo com que haja desajustes de figuração.

Em conversa com a assistente social notou-se que, logo de início, ela realmente quis dividir os abrigados em grupos para a realização das diferentes tarefas, encontrando resistência por parte deles. Isso aconteceu, pois a figuração do abrigo, no ponto de vista da gestora, está baseada numa relação de mando e obediência, de subordinação, na qual não cabem questionamentos quanto ao seu conhecimento técnico, especializado; ou ainda, nos termos de Sousa Santos, não houve pela parte da gestora um entendimento do *topoi* do outro, nos termos do outro. Sendo assim, a própria gestora acreditava que estava fazendo o melhor possível, mesmo utilizando de meios coercitivos para tentar manter a ordem, mas apenas considerava o seu *topoi*; por isso, a “luta pelas classificações”, de ditar o certo e o errado, ocorre dentro do território do abrigo.

Segundo Weber, “o Estado é uma associação que pretende o monopólio do *uso legítimo da violência*” (Weber, 1997, p. 167). Bourdieu complementa tal hipótese dizendo que o Estado detém o monopólio legítimo da violência simbólica também. Tal hipótese se aplica ao caso do abrigo de Nova Friburgo, pois o Estado levou estas famílias para o abrigo, para seu amparo institucional, contudo a inserção destas famílias a tal amparo pressupõe que se adequem aos valores estatais – neste caso representado pela assistente social.

Retirar objetos da moradia, fiscalizá-la ou realizar tarefas domésticas dentro da casa avariada são práticas usuais entre as mulheres desabrigadas e que transcendem, no geral, ao fato de que a área está sujeita a novos riscos.

A retirada de objetos do local é um esforço que mescla a busca de bens de valor objetivo quanto simbólico e a sua recuperação em meio aos destroços costuma conferir consolo à mulher e à sua família: o documento do marido, as fotografias, o quadro da parede da sala etc. Imagens do lar, tal como algumas

desabrigadas reportaram. A abrigada 6, conduziu um dos entrevistadores até o lugar daquilo que fora a sua casa, levada pelas águas da enchente. Lá havia apenas uma parede rosa, sem ao menos haver chão, mas era o suficiente e o mais significativo para ela enxergar sua casa (vide figura 14). Significativo porque, contou a abrigada 6, economizou durante um ano inteiro o dinheiro obtido de seu trabalho de lavagem de roupa para pintar de cor-de-rosa a parede do quarto de sua filha de nove anos de idade. A parede foi um pedido da menina que queria um "quarto de princesa": "Sonho de toda garota, né?!", justifica a abrigada (VALENCIO ET. AL, 2007). O que fazia tal mulher enxergar uma casa numa parede rosa, onde qualquer outro apenas via uma parede condenada, é justamente sua identidade e de sua família que é territorializada, que precisa daquela base material como referência para sua prática social, para continuar a viver, isto é, recuperar em meio aos destroços a memória do grupo familiar e, a partir dali, tentar restabelecer o sentido de sua identidade e de sua família.



Figura 14 – Única parede que restou da casa que foi levada pelo rio. Distrito de Riograndina (Acervo NEPED, 18 jan. 07).

Justamente pela casa ser a referência do *habitus* da família, a fiscalização diuturna ocorreu sob a alegação de pouca efetividade do policiamento para resguardar o restante do patrimônio que ficou sob a moradia afetada. A casa se tornaria objeto de saques, uma violência adicional para a mulher por representar uma perda maior de segurança na relação com o entorno social. A abrigada 5 relatou que diariamente ela e o marido visitam a casa, ela limpando o local por preocupar-se em deixar “tudo em ordem”: “Eu estou indo todos os dias, eu, meu marido. A gente vai lá em torno de 10/12 vezes ao dia. Eu vou lá, limpo, porque está mofando muito as coisas”. Além disso, a abrigada 1 é uma dentre as várias mulheres que têm voltado para as suas casas interditadas para lavarem roupas (vide figura 15):

aqui tá uma dificuldade para lavar roupa. Fui lavando minha roupa e dos meus filhos lá embaixo... na minha casa. Eu lavo, ponho pra secar lá, aí de tarde eu volto recolho trago pra cá e levo de novo. Só não tem tanque [no abrigo] para lavar a roupa direito. Tá todo mundo lavando no rio, nas casas.



Figura 15 – Roupas lavadas e secando no local interditado pela Defesa Civil. Distrito de Riograndina (Acervo NEPED, 18 jan. 07).

Aquelas que não têm como voltar para suas casas interdadas para lavar roupas, fazem tal tarefa no abrigo sob as seguintes condições: “lava lá na pia do banheiro das mulheres e estende aqui [dentro da sala de aula, no ‘quarto’]”, relatou a abrigada 7; ela alegou ainda que seu marido fez o varal no quarto (vide figura 16) porque colocar lá fora “os outros mexem tem gente meio abusadinho”, ou seja, foi uma forma que encontraram de tentar garantir o mínimo de privacidade.



Figura 16 – No detalhe, o varal estendido pelo marido de dona Ana, dentro do “quarto”, para garantir maior privacidade (Acervo NEPED, 18 jan. 07).

As desqualificações que as mulheres sofrem por parte da gestora, dos agentes de Defesa Civil, que chegam a questionar a sanidade mental daquelas que retornam nas casas condenadas para certos afazeres, ocorrem porque os gestores públicos não entendem o poder que essa territorialidade (a casa) tem como referência da identidade da pessoa.

Deixados de lado nos processos decisórios sobre a reconstrução da comunidade, o desafio final dos abrigados é o de lidar com a ausência de informação dos gestores acerca das providências que estão sendo tomadas para a

produção de novas moradias. Como as instalações do lugar do abrigo são de um estabelecimento escolar, a proximidade com o início do ano letivo coloca-os diante do problema adicional de ver sua necessidade de moradia provisória conflitar territorialmente com os interesses de pais e crianças pelo início das aulas (como dito anteriormente) e alimentam angústias quanto ao seu futuro, conforme diz a abrigada 1:

Ninguém disse nada pra onde a gente vai, e também não tem como voltar para a nossa casa, nossa casa tá em perigo. A gente está entre quatro paredes, sem saída, entendeu?! Não pode continuar aqui nem pode voltar para lá [a casa interditada]. E pra gente que tem filhos, fica muito difícil. Não sabe pra onde ir”.

Tal processo de deixar os desabrigados alheios à reconstrução de suas moradias é contrário aos preceitos internacionais que prezam o restabelecimento psicossocial dos afetados, principalmente porque, segundo a Organização Pan-Americana de Saúde, nos “países en desarrollo, existe un aumento significativo de los problemas de salud mental durante las fases de rehabilitación y reconstrucción a largo plazo, lo que obliga a tratarlos durante esos períodos²¹” (ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD, 2000, p.06).

5.3.2 A lógica comunitária de gestão: o abrigo de Sumidouro/RJ

O outro caso analisado foi o do abrigo temporário instalado na escola Centro Integrado Educação Pública (CIEP) 283 Maria Amélia Pacheco, localizado em Sumidouro. As entrevistas ocorreram em circunstância não pré-programada. A amostra favoreceu-se da observação de um dia normal de atividade das abrigadas,

²¹ “Nos países em desenvolvimento existe um aumento significativo dos problemas de saúde mental durante as fases de reabilitação e reconstrução em longo prazo, o que requer tratá-los durante estes períodos (Tradução livre)”.

bem como da aleatoriedade como se encontravam presentes ao local quando foram abordadas.

Em entrevista concedida para a equipe do NEPED, logo de início, o discurso aflito do prefeito já dava indícios que encontraríamos uma situação diferente em Sumidouro: argumentou que não havia como restabelecer a normalidade. As máquinas e caminhões da prefeitura estavam tomados pela lama, sendo que alguns, a enxurrada empurrou para o rio (vide figura 7, p. 85). A situação era tão calamitosa que apesar do Ministério das Cidades ter oferecido recursos financeiros para o processo de construção, não havia área segura para implantar obras de moradia. Dessa forma, Sumidouro

não se inviabilizava, como lugar, pelo tradicional descaso das autoridades ou pela ausência de apoio financeiro à recuperação, mas pelo reconhecimento de que os fatores de ameaça perdurariam para além daquela estação chuvosa. O poder público local não estava ausente, estava impotente (VALENCIO ET. AL, 2008, p. 13).

Observou-se que a população afetada, em meio ao transtorno, tinha consideração pelos membros da gestão, que circulavam, com a equipe do NEPED, em meio ao caos, permeáveis à vocalização das queixas, como, por exemplo, o Coordenador Municipal de Defesa Civil, a Secretária Municipal de Educação e Cultura e a Secretária Municipal de Saúde e Assistência Social. Desta forma, estas autoridades não tinham suas práticas contestadas; pelo contrário, suas atuações lhes concediam uma legitimidade que não necessariamente passava pelos cargos ocupados por eles.

O ente público, presente junto à população, demonstrava estar agindo perante o problema, envolvendo-se por assim dizer, no drama das famílias. Envolver-se, no caso, significava permitir que as famílias vocalizassem as suas demandas e implementassem as soluções. Coube ao poder público, em meio a

situação calamitosa, levar as famílias desabrigados para a escola e permitir que elas mesmas organizassem a divisão das salas de aula que se tornaram os “quartos”, além de local para guardar os poucos bens que puderam salvar (vide figura 17). Na divisão das salas do abrigo entre as famílias, o critério definidor das escolhas que faziam, para que mais de uma família partilhasse do mesmo espaço, era o vínculo de parentesco. Esta foi uma forma encontrada por elas para manter algumas intimidades que podem ser partilhadas na relação entre consangüíneos.

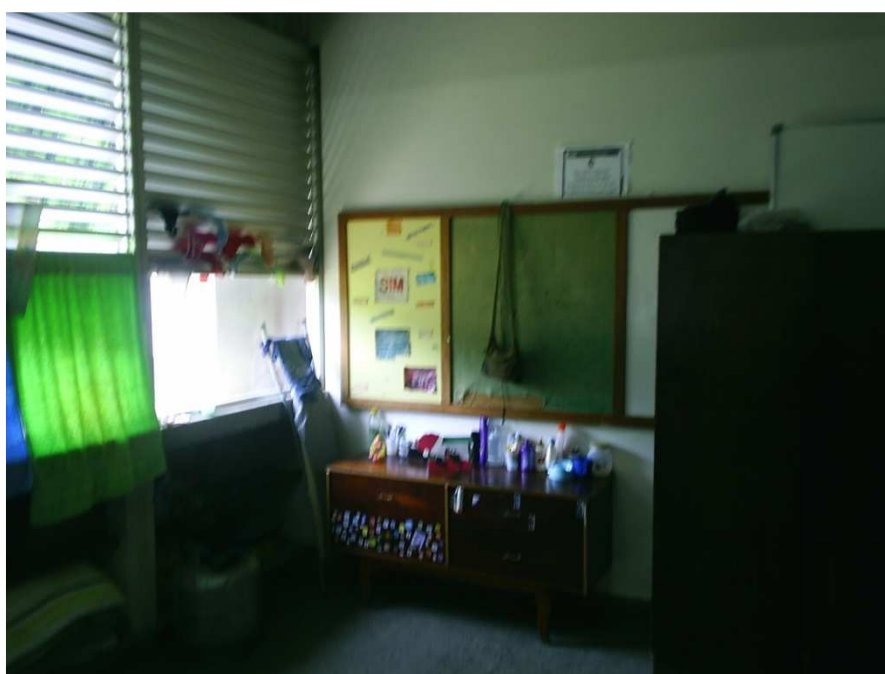


Figura 17 – Cômoda, produtos de beleza, botijão de gás, tábua de passar roupas: alguns dos objetos salvos por uma das abrigadas e realocados na sala de aula – ao fundo a lousa (Acervo NEPED, 17 jan. 07).

Uma liderança já reconhecida no bairro – funcionária do estabelecimento escolar – logo se tornou a referência para quem as pessoas pudessem buscar orientação para a realização das tarefas, tais como: limpar as áreas de uso restrito (salas de aula); limpeza das áreas de uso comum (pátios, rampas, sanitários); elaboração do cardápio; feitura das refeições; e higienização da cozinha e refeitório, dentre outros.

A presença não constante de agentes do Estado no abrigo, todavia, não se traduzia no descaso dos mesmos. Funcionários da prefeitura, das mais diversas funções, ajudaram em aspectos da organização do abrigo, contudo sem desvalorizar o trabalho colaborativo dos abrigados a quem cabia, de forma coletiva, decidir. Auxiliaram, ainda, em tarefas cotidianas, como na preparação das refeições.

Até o cachorro, que tava magrinho, agora engordou (...) É comida normal, do dia-a-dia. Arroz, feijão, macarrão, carne. [quem faz a comida] é seu Mauro. Ele não é empregado não [da escola], ele trabalha, deixa eu ver, no posto de dentista. Ele é funcionário da prefeitura. E um outro filho meu, este. E as outras filhas, a nora, tudo ajuda, tudo vai pra cozinha. Aí acaba, todo mundo vai pra cozinha, todo mundo ajuda na hora de arrumar a cozinha, todo mundo ajuda e então não fica pesado, né? (abrigada 1)

Eu já engordei a roupa não ta cabendo em mim. Tão todo mundo como porquinho de engorda (risos). Eu acho que tá tudo bem assim em termos de alimentação né?! Melhor vai ficar quando volta todo mundo pra casa da gente. E lá pode até deitar no chão que é outra coisa (abrigada 2).

Até cada um arruma seus negócios e amarra umas coisinhas, todo mundo socorrendo todo mundo (...) ainda bem que tem muito vizinho bom. Como é o nome dele? Fabinho? Nós dormimos lá. O Roberto da Areia ajudou também dando café, deu um sopão, depois veio leite também. Eu sei que no início, nós ficamos sem socorro ... ficamos ali ilhados...aquela coisa...ficamos sem socorro, mas agora eles ... no outro dia veio o socorro (abrigada 2).

Cada uma faz uma coisa: uma ajuda a varrer, outra ajuda a limpar lá dentro. Aqui colabora tudo. Cada um faz uma coisa (abrigada 3).

O esquema da divisão das tarefas da limpeza das áreas comum do abrigo realmente era algo que funcionava. Quando da visita da equipe do NEPED, a cozinha estava limpa, o fogão também, com toda a louça lavada (vide figura 18).



Figura 18 – Cozinha do abrigo instalado na escola Maria Amélia Pacheco (Acervo NEPED, 17 jan. 07).

A questão da alimentação no abrigo não se constituía como um problema, já que receberam uma doação substancial da comunidade japonesa paulista e a escolha/preparação era negociada, partilhada entre as abrigadas. O executivo municipal permitiu que os próprios abrigados administrassem os recursos de tal doação (vide figura 19) e elaborassem o cardápio.



Figura 19 – Área que servia de dispensa para os mantimentos – sala aberta, na qual todos tinham acesso (Acervo NEPED, 17 jan. 07).

Contudo, ocorreu um episódio de roubo de parte do estoque que os abrigados atribuíram à vizinhança da escola que, segundo os mesmos, os tratavam com hostilidade:

(...) roubaram fardo de papel higiênico, pinho e iam roubar arroz também, só que não agüentaram levar o fardo de arroz e deixaram aí (...) pulou o portão e pulou o muro ali do refeitório e chegou ali. Quando acordaram, a porta do refeitório tava aberta (abrigada 4).

Nós estamos esperando o que eles vão fazer, porque falaram que iam mostrar a fita [câmera de segurança que as abrigadas garantem que deve ter filmado o roubo] que gravou pra gente. Vamo ver se o prefeito aparece aí, ficou de fazer uma reunião (abrigada 5).

Todo mundo sabe que todo mundo tá precisando. E ainda tem gente por aí que fica debochando de quem tá precisando. Porque eles ficam falando assim: “ah, os desabrigados, isso daí ta parecendo o Carandiru”. O pessoal daí... [e aponta pra fora do abrigo] (abrigada 4).

Por conta da negociação na preparação dos alimentos, as abrigadas não cozinhavam em separado nos seus quartos, até porque quase nenhuma tinha levado seu fogão para lá. Uma fala recorrente entre elas era que não levaram todos os bens que conseguiram salvar da enchente, pois acreditavam mesmo na provisoriedade do abrigo, e na dificuldade de ter de carregar para outros lugares, que não o abrigo, até se ter uma definição. Os relatos a seguir expressam este fato:

Aí, se tem que sair daqui, vai levar as coisas pra onde? E lá, também, é um lugar ruim de tirar as coisas. Entendeu? A gente tira aquilo lá de lá e traz pra cá. Aí, daqui a pouco tem que levar pra lá. Aí a gente pega e deixa lá. Esse negócio de mudança é horrível. Agora se eles fala que vai para um lugar certo, ou uma casa ... qualquer coisa, pelo menos a gente vai lá, sabe que vai ter aquele trabalho, mas vai ficar num lugar só. Fica mudando com as coisas pra lá e pra cá, também não dá! (abrigada 6).

Ah minha filha ... trazer pra cá [no abrigo], pra depois ter que sair correndo, porque as aulas começam agora esses dias ... Ninguém vai poder ficar sem estudar aqui não! (abrigada 5).

O relato acima mostra como no meio da desestruturação de seu cotidiano ela ainda consegue pensar nas crianças que poderiam ficar sem aula caso a situação demorasse a ser resolvida. Ainda alegou que, se as aulas começassem e ela ainda estivesse ali, voltaria para sua casa, mesmo tendo sido interdita e sentindo medo de ficar lá.

No dia-a-dia, os aspectos referentes à manutenção de um ambiente de tranquilidade, sem a necessidade de estratégias coercitivas, também aparecem nos relatos das informantes:

De noite, aqui, fica um silêncio. Parece que não tem ninguém. Aqui, agora, todo mundo conversa, vem almoçar(...). Aí, quando chega de tarde, todo mundo toma um lanche, na hora da janta todo mundo janta. Depois, cada um em seus quartos e não se escuta conversa de ninguém. É tudo família, né. É tudo uma família só. Na hora do almoço tá tudo junto, na hora do café, na hora da janta. Mas é legal. Aí, quando sai daqui, vou até sentir falta... (abrigada 1).

Para manutenção da rotina, do *habitus* que fazia sentido nas moradias, várias abrigadas tentam dispor o pouco do que conseguiram levar para o abrigo da mesma forma que estaria em sua casa. As mulheres mantinham os colchões arrumados, com a roupa bem posta (vide figura 20), com os cobertores dobrados, a mesa com o vaso de decoração (vide figura 21), o tapete etc.



Figura 20 – Organização do espaço feito pela abrigada na sala de aula. No detalhe: improvisação de cortinas, lençóis estendidos na cama e no colchão no chão (Acervo NEPED, 17 jan. 07).



Figura 21 – Organização do espaço feito pela abrigada na sala de aula. No detalhe: vaso de decoração na mesa, uma tentativa de representação da ordem do lar (Acervo NEPED, 17 jan. 07).

Realizar tarefas domésticas dentro da casa avariada são práticas usuais entre as mulheres desabrigadas e que transcendem, no geral, ao fato de que

a área está sujeita a novos riscos. Em Sumidouro, algumas mulheres dirigiam-se até suas casas para lavarem roupas: “A gente lava em casa. A gente vai lá devagar. Vai lá, abre a casa. Quando é roupa mais leve, short de criança, a gente lava aqui e pendura aqui mesmo [roupas secando na janela da sala de aula]” (abrigada 6).

Pode-se verificar, ainda, formas de solidariedade entre as abrigadas por meio do compartilhamento de alguns bens, tais como os tanquinhos de lavar roupas. Havia um grupo de mulheres que conseguiu salvar seus tanquinhos e organizaram uma lavanderia que foi posta a serviço de todas as famílias (vide figura 22):

Tá cada uma ajudando a outra, vai usando [tanquinho de lavar roupas]. Aquelas que não têm, que não ficam acanhada pra pedir...tem gente que não pede, né?!. Aí lava em outro lugar, se ajeita como pode. Nessa hora acho que todo mundo tem que estar unidas, não tem ninguém pensando em você Na sua casa seu filho come isso... [aqui] passa a comer o que tiver (abrigada 2).



Figura 22 – Do privado ao público: Lavanderia improvisada com os tanquinhos das abrigadas. No detalhe: uma única tomada para dois tanquinhos – nova “área de risco” (Acervo NEPED, 17 jan. 07).

Como demonstra o relato, em razão de pudor – para algumas mulheres não convém, por exemplo, expor suas peças íntimas aos estranhos, pois acreditam que isso poderá lhes criar significados impróprios, tal como: um sinal que esteja disponível para relacionamentos amorosos – algumas donas de casa preferem lavar as roupas da família em torneiras e pias existentes no local. Aquelas que lavavam as roupas no abrigo, contudo, não tinham onde pendurá-las. Assim, em várias salas havia roupas penduradas nas janelas (vide figura 23).



Figura 23 – Janelas das salas de aula servindo de varal para pendurar as roupas (Acervo NEPED, 17 jan. 07).

Por fim, diante de tantas estratégias para manter a coesão social frente às circunstâncias de vulnerabilidade, que a desestruturação dos elementos materiais da rotina do grupo causou, o desafio final das abrigadas era lidar com a ausência de informação dos gestores, a qual muitas mulheres se queixavam, acerca das providências que estão sendo tomadas para a produção de novas moradias. Porém, a ausência de informações não decorria da sonegação das mesmas, mas do fato de

que o executivo municipal, frente a um quadro que tendia ao agravamento, não tinha o principal meio para lidar com a situação: a base física para repensar a organização do lugar. A noção de segurança deu lugar a uma incerteza geral acerca do futuro (VALENCIO ET. AL, 2008).

Diante do exposto, encontramos nos casos de Nova Friburgo e Sumidouro semelhanças e distinções em relação à territorialização dos abrigos temporários. Em relação às semelhanças, temos as seguintes características: a limpeza do abrigo feita pelas próprias abrigadas; os “quartos” organizados, tentando reproduzir o espaço da casa; a ida para suas casas condenadas para lavarem roupas; ausência de informação dos gestores acerca das providências que estão sendo tomadas para a produção de novas moradias. Em relação às dessemelhanças, temos as seguintes características, no abrigo de Nova Friburgo: a presença constante de uma gestora; refeições preparadas por cozinheira contratada; abrigadas que têm fogões preferem cozinhar nos “quartos” para sua família. Já no abrigo de Sumidouro, as próprias abrigadas negociam a preparação dos alimentos, elaboram cardápios e administram os recursos recebidos.

Porém, mesmo onde há semelhança o que importa não é a configuração territorial em si, mas o conteúdo das relações sociais que a ancoram. Por exemplo, em Nova Friburgo, por de trás da limpeza dos abrigos, da organização dos “quartos” há a coerção da assistente social que, num primeiro momento, impôs regras gerando conflitos. Isso ocorreu porque a figuração social neste abrigo estava pautada no papel tradicional do Estado, de imposição de regras, de manutenção da “ordem”. Já em Sumidouro, por de trás dessas mesmas atividades houve negociação e consenso, demonstrando o alto nível de coesão social deste grupo – por exemplo, a solidariedade de algumas mulheres que transformaram seus

tanquinhos de uso privado em lavanderia para uso coletivo, vide figura 22, p. 112. Assim, pode-se dizer que mesmo numa espacialização muito próxima o conteúdo das relações sociais pode ser muito diferente, ou seja, o que motiva cada uma das práticas citadas acima são relações diferentes, embora o drama comum de ficarem num abrigo temporário e de terem perdido suas casas.

Outro ponto que deve ser observado é a ausência de um tipo de *habitus* ordenador de algumas práticas sociais dentro do abrigo de Sumidouro. O que vemos no abrigo de Nova Friburgo não é apenas a assimetria de poder do Estado, por meio da atuação da assistente social, em relação as desabrigadas, mas também o próprio *habitus* da dominação masculina operando. Como coloca Bourdieu, a dominação masculina também é exercida pela mulher, esta, apesar de viver a dominação, é também sujeito neste processo. Assim, o tipo de cobrança que a assistente social faz às abrigadas, por exemplo, quando dita as regras e policia a organização e limpeza dos “quartos” e cozinha (espaços primordialmente femininos da casa) do abrigo, traz consigo um conjunto de violências simbólicas pautadas no *habitus* da dominação masculina. Seguindo nesta linha de raciocínio, o que seria mais perturbador: a abrigada receber uma ordem que parta de outra mulher ou receber estas ordens de um homem? Esta pergunta foi suscitada neste trabalho, mas não pôde ser respondida e fica para pesquisas posteriores.

Por fim, em Sumidouro/RJ, os desabrigados participaram de seu próprio processo de reabilitação, criando regras próprias de funcionamento do espaço que consideraram a minimização do sofrimento social dos que ali foram inseridos. Diante a recorrência de relações hierárquicas entre gestores de abrigos temporários e abrigados, a lógica comunitária de gestão, referente ao abrigo temporário instalado no CIEP Escola Maria Amélia, se mostrou, em termos práticos,

adequada, por pautar-se na manutenção da coesão social por princípios de solidariedade e não coercitivos. As mulheres puderam simular, relativamente à organização do seu antigo lar, aspectos de seu *habitus* e permitindo, em parte, a renovação do mesmo para que a rotina do abrigo funcionasse.

6. O DESCOMPASSO ENTRE AS NECESSIDADES DOS ABRIGADOS E AS MEDIDAS DE REABILITAÇÃO IMPLEMENTADAS PELO ESTADO: OS CASOS DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ E ILHOTA

Problemas com abrigos temporários: um caso carioca? Não, é do Brasil como um todo. Um ano após os acontecimentos no Rio de Janeiro, as chuvas de verão foram provocando destruições no Brasil inteiro, inclusive em outras macrorregiões do país, como na Sul, onde aconteceram dois casos emblemáticos: um em São Sebastião do Caí, localizado no Vale do Caí/ Rio Grande do Sul; e outro em Ilhota, localizado no Vale do Itajaí/ Santa Catarina. Em ambos os casos, a má gestão de abrigos temporários é igualmente visível.

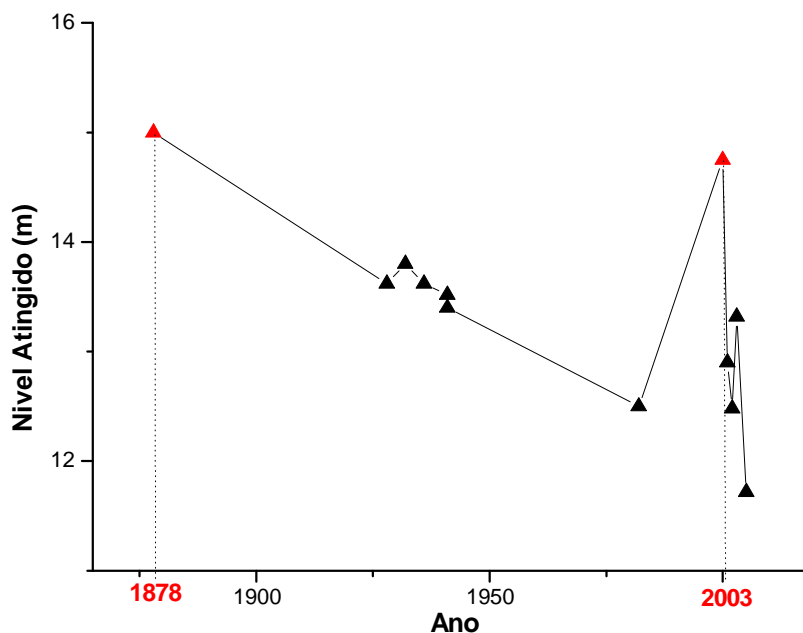
6.1 Caracterização do município de São Sebastião do Caí/RS

A cidade de São Sebastião do Caí está localizada no Vale do Rio Caí, entre a Grande Porto Alegre, Vale dos Sinos, e Serra Gaúcha. O Vale do Rio Caí, possui uma área de 1.988,6 km², sendo 85% de área rural e 15% de área urbana. É composto de dezoito municípios e uma população regional de 141 mil habitantes (PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ, 2007). O município de São Sebastião do Caí/RS possui uma área de 114km², sendo que no ano de 1991 havia 16.326 habitantes, dos quais 11.952 (73,2%) residiam na área urbana e 4.374 (26,8%) na área rural. Já no ano 2000, a população total aumentou para 19.700, um crescimento populacional verificado na área urbana que passou a ter 15.957 (81% do total), enquanto a população na área rural caiu para 3.743 (19% do total). Assim, a taxa de urbanização entre 1991 e 2000 cresceu 10,64%, passando de 73,2% para 81% (PNUD, 2000).

A esse crescimento da taxa de urbanização somam-se outros fatores que permitem caracterizar a situação do município a partir dos índices de desenvolvimento humano (IDH-M). No tocante ao IDH-M geral, no ano de 1991 ele era de 0,740, apresentando uma melhora significativa no ano 2000, quando alterou-se para 0,843 (mais de 0,1). A dimensão que mais contribuiu para este crescimento foi a longevidade, com 52,1% (em 1991, o IDH-Longevidade era de 0,700, passando para 0,860 no ano 2000). A dimensão da educação teve participação de 30,6% no crescimento, ao passar de 0,821, em 1991, para 0,915 no ano 2000. A dimensão da renda só contribuiu com 17,3% para o crescimento do IDH do município: se no ano de 1991, o IDH-Renda era de 0,700, no ano 2000, ele sofreu um pequeno aumento, passando para 0,753. Nota-se que, no período de 1991-2000, o Índice de Gini, passou de 0,53 (em 1991) para 0,56 (em 2000), ou seja, a desigualdade de renda cresceu no município (PNUD, 2000).

As principais atividades econômicas do município se concentram na agricultura, principalmente na produção de cítricos como bergamota, laranja e limão, não por acaso a cidade é conhecida como sendo a Terra da Bergamota. As indústrias que existem no município também atuam no setor de produtos alimentares. Essas atividades comerciais, bem como toda a cidade, têm um histórico de prejuízos quando as enchentes atingem a região. O rio Caí, que contorna grande parte da cidade, e seus afluentes estão sujeitos a oscilações bruscas nos seus níveis na época das chuvas intensas que, ao longo da história do município registram os maiores níveis, como em 1878 e no ano 2000 quando o rio atingiu marcas aproximadas de quinze metros acima de seu leito normal, conforme demonstra o gráfico 3 a seguir:

Gráfico 3: Maiores níveis registrados do rio Caí entre 1878 e 2005



Assim, o principal desastre que ocorre no município está relacionado à ocorrência de chuvas não somente na própria localidade, mas também em outros municípios pertencentes ao Vale do Caí. Segundo a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Rio Grande do Sul (2009), dos seis desastres reconhecidos pela CEDEC-RS, no período 2003-2008, cinco se relacionam à ocorrência de chuvas, a ponto de serem registradas quatro situações de emergência como decorrência desses desastres (conforme demonstrado na tabela 1 a seguir). As referências ao número de pessoas atingidas em relação ao número total de habitantes (19.700 no ano 2000) demonstram que grande parte da cidade é impactada pelas enchentes. Os bairros atingidos são, recorrentemente, o Navegantes, o Quilombo, o Vila Rica e o Rio Branco, sendo impactados em todos os eventos registrados que se relacionam às chuvas.

TABELA 1 – Desastres notificados e reconhecidos pela Defesa Civil Estadual, de 2003 a 2008.

DATA	EVENTO	DECRETO	PESSOAS ATINGIDAS	BAIRROS ATINGIDOS
20/02/2003	Enchente	S.E.	1022	Quilombo, Navegantes, Vila Rica e Rio Branco.
09/07/2003	Enchente	S.E.	1159	Quilombo, Navegantes, Vila Rica e Rio Branco.
08/03/2005	Estiagem	S.E.	21431	Agricultura
01/09/2005	Enchente	Não decretado	150	Margens do rio (Bairro Navegantes principalmente)
24/09/2007	Enchente	S.E.	14331	Bairros Quilombo, Navegantes, Vila Rica, Rio Branco, além da zona central da cidade.
10/09/2008	Vendaval	S.E.	Sem registro	Bairros Navegantes, Quilombo, Vila Rica, Vila Progresso, Angico, Chapadão, Loteamento Popular, Lot. São José, lot. Nova rio Branco, Zona Central e parte da Zona Rural.

Fonte: Coordenadoria Estadual de Defesa Civil do Rio Grande do Sul (2009)

Se anteriormente foi dito que, apesar da melhora no IDH-M, no mesmo período de 1991-2000, o Índice de Gini, passou de 0,53 (em 1991) para 0,56 (em 2000), ou seja, a desigualdade de renda cresceu no município (PNUD, 2000), essa piora se efetivou, sobretudo, nos bairros afetados pelas enchentes, tal como o Bairro Navegantes (vide figura 24), situado às margens do rio Caí.



Figura 24 – Moradia afetada pela cheia do rio Caí, outubro de 2007, no bairro Navegantes.

6.2 Do desabrigo ao auxílio moradia: o caso de São Sebastião do Caí/RS

Em julho de 2007, em enchente ocorrida no município (vide figura 25) – evento este não reconhecido como um desastre pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil – mais de oitenta e cinco famílias tiveram de ser abrigadas pela Prefeitura no Pavilhão Centro Integrado (BAPTISTA, 2007a).



Figura 25 – Enchente ocorrida em julho de 2007 (Jornal Fato Novo, Baptista 2007a)

No mesmo ano, no mês de setembro, o município sofreu um desastre relacionado às chuvas que culminou na decretação de Situação de Emergência (vide figura 26): mais de quatrocentas pessoas “tiveram de ser levadas para o abrigo oferecido pela prefeitura nos ginásios esportivos do Parque Centenário” (KLEIN, 2007).



Figura 26 – Enchente ocorrida em setembro de 2007 (Jornal Fato Novo, Klein 2007)

Em outubro de 2007, um mês após as enchentes, ainda havia abrigados nos ginásios esportivos do Parque Centenário (vide figura 27). Como o local, tradicionalmente, recebia um grande evento de motocross, a Prefeitura removeu os abrigados do Parque Centenário para um pavilhão localizado num bairro distante do centro da cidade, o Bairro Rio Branco (vide figura 28).

A Prefeitura está providenciando a remoção dos desabrigados pela enchente, que se encontravam nos ginásios do Parque Centenário e na garagem da Administração Municipal. As cerca de quinze famílias de flagelados devem ir para um pavilhão alugado no bairro Rio Branco. Com a remoção das famílias, neste domingo estão previstas várias atividades no Parque Centenário, onde o ingresso será um quilo de alimento ou agasalho, destinados aos flagelados. Entre as atrações, terá o 4º Moto Caí no Asfalto (encontro estadual de motociclistas), festival de bandas (Show Baile), olimpíadas comerciárias e shows de rock e reggae (BAPTISTA, 2007b).



Figura 27 – Ginásio do Parque Centenário tomado como abrigo temporário (Acervo NEPED, 2008)



Figura 28 – Infraestrutura precária alugada pela prefeitura para servir de abrigo (Jornal Fato Novo, Baptista 2007d).

Diante da remoção, muitos abrigados reclamaram perante a falta de infra-estrutura dos abrigos e da indecisão quanto à reconstrução de suas casas: "O pavilhão é pequeno. Não tem lugar para mais ninguém", reclama Gerrison Martinelli Braga, que com a esposa e quatro filhos procurava alguns pedaços de madeira que

restaram de sua casa, levada pela enchente. Nos dizeres de uma abrigada: "Perdemos tudo", queixa-se Sandra Rocha, que com o marido e duas filhas moravam no "terreno do padre" [Bairro Navegantes] (BAPTISTA, 2007c).

Por meio da figura 28 pode-se notar a precariedade do abrigo para o qual os desabrigados foram alocados: a entrada empoçada; uma estrutura precária de madeira com ligações perigosas de energia elétrica (facilmente incendiável); e, mais detalhadamente, ao fundo, observa-se a aproximação de possíveis chuvas. Ou seja, o Estado removeu estas pessoas de áreas de risco e as colocou sob novos riscos. Além disso, dois objetos contidos nesta foto são reveladores da realidade social do grupo de abrigados: a bicicleta e a carroça. Como problematizado em capítulos anteriores, o desabrigado, antes de tudo, é um pobre. E, nesta imagem, observamos parte de sua pobreza através dos meios de transporte utilizados por eles.

Passado um ano do desastre ocorrido em 2007, as famílias ainda se encontravam na condição de desabrigadas, mas não mais nos abrigos temporários, e sim no auxílio-moradia, pois o município ainda estava procurando uma área – que atendesse determinados padrões técnicos como, por exemplo, não estar situada em áreas sujeitas a enchentes e deslizamentos – para a reconstrução das casas. A equipe do NEPED realizou, em setembro de 2008, pesquisa de campo para compreender como se deu esse processo de transição entre a permanência no abrigo temporário e a ida para o auxílio-moradia, procurando identificar as relações implicadas nessa transição.

Para realização de tal campo, primeiro a equipe do NEPED – orientada pelo responsável da Defesa Civil municipal – se dirigiu a prefeitura municipal de São Sebastião do Caí/RS, ao Setor de Licitações e Engenharia, a fim de conseguir os

endereços dos desabrigados que recebiam o auxílio-moradia. Foram fornecidos quatro endereços, sendo que dois não havia ninguém na casa e em um o número fornecido não foi encontrado na rua indicada.

Destes endereços, apenas em um, o da informante 1, foi possível realizar a entrevista. E a partir da indicação dela, pode-se realizar mais duas entrevistas com outras desabrigadas que também recebiam o auxílio-moradia.

Indagadas a respeito de como era o dia-a-dia no primeiro abrigo temporário, instalado no ginásio do Parque Centenário, todas elas disseram que lá era melhor que no segundo abrigo, instalado em um pavilhão alugado, no bairro Rio Branco: “ali até que tava mais ou menos né? Não dá pra se dizer ruim, aí, pior, foi no Rio Branco” (informante 2).

Nos dois abrigos, a disposição das famílias no território foi realizada pelos próprios abrigados, já que não existiam gestores atuantes nos abrigos. Como em ambos não havia divisão em salas, as famílias separavam-se uma das outras por meio de lençóis ou lonas (doados pela prefeitura), para, assim, tentar reproduzir neles as paredes do espaço privado familiar, no intuito de tentar resguardar um pouco de privacidade, intimidade e união. Nas palavras da própria abrigada: “a gente separava com lençol, com lona que eles [prefeitura] deram. Fazia um puxado para um, um puxado para outro e assim a gente ficava” (informante 2) (vide figura 29).



Figura 29 – Divisão do território do abrigo, localizado no bairro Rio Branco, feita pelas famílias (Rodrigo Rodrigues, 2007)

Nos abrigos não havia cozinhas, assim, cada família preparava seu próprio alimento (vide figura 30). Aquelas que não tinham conseguido salvar seu fogão receberam doações. Para a informante 2, isso fazia com que o território do abrigo ficasse “tudo mais amontoado”. À prefeitura cabia a distribuição do café da manhã e o fornecimento do rancho (cesta-básica) para as famílias abrigadas – “só o que a gente ganhava, dia-dia, era pão leite e margarina” (informante 3). O próprio coordenador da Defesa Civil municipal nos relatou que ele e seus funcionários não entravam nos abrigos, “deixando, assim, as famílias bem à vontade”, apenas distribuíam senhas e formavam filas, fora do abrigo, para distribuírem os mantimentos. Em conversa com tal coordenador, a lógica de abrigos encontrada em São Sebastião do Caí era a seguinte: não assistir muito os desabrigados, apenas fornecer o básico, para que eles próprios se mobilizassem para sair o mais rápido possível do abrigo. Assim, o “deixar a vontade” toma uma outra conotação, pois o gestor incorria numa improbidade social que infringe os direitos humanos garantidos pelo Estado brasileiro, como direitos aos cidadãos, como necessidades e não como

necessitados (MARCHEZINI, 2007). Dentro desta mesma lógica, também se mantinha a assistência social do município, que apenas “aproveitava” (nas palavras da própria assistente social do município) a situação de abrigo para levar os programas da prefeitura para as pessoas.

Diante de tal lógica da gestão do município, com a mudança para o abrigo no bairro Rio Branco, torna-se fácil compreender porque as mulheres foram categóricas em afirmar que, a partir de então, não receberam mais nenhum tipo de suporte da prefeitura. Enquanto estavam no ginásio do Parque Centenário, “a Prefeitura ajudava nós, deram rancho, deu roupa, deu colchão. Eles chamavam a gente por fila, daí pegava o documento da gente, tirava o nome da gente e pra cada família eles iam dando o que eles tinham que dá” (informante 1). Já no abrigo no bairro Rio Branco: “ali eles [agentes da prefeitura] não levavam nada. Ali eles largaram nós lá e atiraram sem nada ... só pegaram nós do Parque [Centenário] largaram lá e lá a gente ficou abandonado” (informante 2).



Figura 30 – Abrigada preparando alimento de sua família no abrigo localizado no ginásio do Parque Centenário (Diego Darosa, 2008).

Outra tarefa de difícil execução nos abrigos era a lavagem de roupas. As abrigadas relataram que havia apenas um tanque com duas torneiras, ocorrendo assim um revezamento entre elas para realização de tal tarefa. A ida até suas casas, quando ainda existiam, para execução de tal tarefa, era dificultada pela distância entre elas e o abrigo.

Para lavar roupa tinha dois tanque. Aí quem tinha máquina lavava na máquina, quem não tinha lavava no tanque, ou ainda algumas emprestavam a máquina para quem não tinha (informante 1).

O tanque nós tinha que usar o mesmo, lavar roupa tinha que esperar umas lavar, porque só tinha duas torneiras. Mas molhava tudo o barraco [dentro do abrigo]. Ainda tinha só uma cordinha para pendurar as roupas (informante 3).

Eu tinha um tanquinho e as outras mulher também tinham aí a gente ... quem não tinha, a gente emprestava umas pras outras. Pra secar a gente tinha que pendurar no sol e ficar num cuidando ... porque as roupas da gente sumia! A gente tinha que ficar meio cuidando porque se não sumia tudo (vide figura 31) (informante 2).



Figura 31 – Fachada do abrigo no bairro Rio Branco. No detalhe: o único varal que havia e as mulheres sentadas cuidando de seus pertences enquanto secam (Rodrigo Rodrigues, 2007)

A distância entre o abrigo e o bairro onde moravam não dificultava apenas o processo de lavagem de roupa, mas toda uma rede social contida naquele bairro. A saída de suas casas provocou não somente um desarranjo de seus lugares habitacionais de vivência, mas também perda da fonte de trabalho e da rede social de apoio. A informante 2 e a 1, por exemplo, reclamaram da distância entre o abrigo e a escola dos filhos, por isso, a primeira, teve de abandonar o emprego; a segunda, por sua vez, conta que ficou longe de sua mãe e, assim, longe daquela que a ajuda no cuidado de seus três filhos (um de 5 anos, um de 3 anos e outro de 1 ano e meio):

A escola ficava longe! Na época minha guria estudava lá embaixo naquele coleginho ... lá minha guria estudava, daí a gente (...) porque quem praticamente deu parte do Léo [prefeito] no fórum, foi eu e a Ângela, chamamos o Léo no Fórum e tudo né (...) aí eles botaram um ônibus pra carregar as crianças, daí quando a gente precisava ir no centro, **no começo**, o motorista do ônibus nos levava, depois ele já não quis levar mais também. Daí a gente tinha que vir a pé do Rio Branco [bairro do abrigo] no Caí [bairro que moravam] e do Caí voltar a pé de novo. Porque aí a gente não tinha condições de ta pagando passagem. E eu, na época, tava trabalhando e eu tive que pedir as conta do emprego porque aí ficava longe pra mim ir e voltar, né?! (informante 2)

Ah! Ficava longe. Minhas crianças vinham de ônibus, de lá no Rio Branco, eles iam lá no Caí estudar. Lá [quando estava no abrigo] eu tinha que ir de manhã com o ônibus, depois largar eles no colégio com o ônibus, depois eu tinha que voltar de a pé. Quanto eu fazia de quilômetro pra lá de a pé, só eu!! Depois de tarde eu tinha que vir de novo a pé, esperar no colégio pra pegar as crianças e pra eles vir de ônibus comigo (informante 1).

Quando preciso levar um ao médico, tenho que levar os três, porque minha mãe ficou longe, não tenho como deixar com ela. Como vou levar daqui lá, depois buscar? (informante 3).

Contudo, no caso destas famílias, a adoção do auxílio-moradia pela prefeitura não solucionou os problemas, pelo contrário, criaram-se novos. As três entrevistadas queixaram-se das altas contas de luz e água que agora tinham de

pagar. Nota-se que essas famílias foram inseridas em uma lógica que não fazia parte de sua realidade. Onde moravam, não havia conta de água, não havia banheiro e, de modo repentino, se viram endividadas.

E eu não uso água pra esbanjar, eu não lavo calçada, uso o normal, pro dia-dia [se referindo às altas contas de água]. Eles [prefeitura] estão pagando só o aluguel e mais nada, nada, nada (informante 2).

Sendo assim, observa-se que não houve, por parte da gestão local, um acompanhamento da situação dessas famílias, uma verificação se elas tinham condições de sustentar essa nova casa com a renda da família – que, como no caso da informante 2, por exemplo, diminui, já que ela teve de abandonar seu emprego.

Deixados de lado nos processos decisórios sobre a reconstrução da comunidade, o desafio final dos abrigados é o de lidar com a ausência de informação dos gestores acerca das providências que estão sendo tomadas para a produção de novas moradias. E não somente isto, pois como o contrato de auxílio-moradia está para expirar, a incerteza paira ainda mais na vida dessas pessoas:

Eles [prefeitura] fala que não tem casa, nem terreno e nem sabe se vai sair a renovação do contrato do auxílio. Agora ... época de eleição, né?! (informante 3)

Mas, a gente espera que renove, porque como que vão fazer? Colocar 14 família na rua? (informante 1)

Enfim, o auxílio-moradia é o reflexo de uma ineficiência na gestão dos abrigos. Foi uma alternativa, que também se mostrou falha, para o que não era mais viável. A situação pós-abrigo em São Sebastião do Cai/RS se devia a uma irresolução do problema do desabrigo, demonstrando como o desastre se prolonga como diferença social, pois além de serem desabrigados agora eram devedores no mercado formal.

6.3 Caracterização do município de Ilhota/SC

A cidade de Ilhota está localizada no leste do Estado de Santa Catarina, na região do Vale do Itajaí. Possui uma área de 245km², sendo que no ano de 1991 possuía 8.852 habitantes, dos quais 5.504 (62,18%) residiam na área urbana e 3.348 (37,82%) na área rural. Já no ano 2000, a população total aumentou para 10.574, um crescimento populacional verificado na área urbana que passou a ter 6.445 (60,95% do total) e principalmente na área rural que subiu para 4.129 (39,05% do total). Assim, a taxa de urbanização entre 1991 e 2000 diminuiu 1,97, passando de 62,18% para 60,95% (PNUD, 2000).

No tocante ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal, no ano de 1991 ele era de 0,736, apresentando uma melhora significativa no ano 2000, quando alterou-se para 0,795. A dimensão que mais contribui para este crescimento foi a educação com 50,3% (em 1991, o IDH-Educação era de 0,784, passando para 0,873 no ano 2000). A dimensão da renda teve participação de 32,2% no crescimento do IDH-M, ao passar de 0,639, em 1991, para 0,696 no ano 2000. A dimensão da longevidade só contribui com 17,5% para o crescimento do IDH do município: se no ano de 1991, o IDH-Longevidade era de 0,785, no ano 2000, ele era de 0,816. Nota-se que, no período de 1991-2000, o Índice de Gini, passou de 0,41 (em 1991) para 0,44 (em 2000), ou seja, a desigualdade de renda aumentou no município (PNUD, 2000).

As principais atividades econômicas do município são: indústria de confecções, beneficiamento de açúcar e cultivo de arroz irrigado. No ano de 2002, o município recebeu o título de “Capital Catarinense de Moda Íntima e Moda Praia”, por se destacar no setor de turismo de compras de moda íntima e moda praia. A

crescente instalação de fábricas de biquínis e lingerie, iniciada na década de 1980, deu à cidade uma nova perspectiva para a economia local. Inúmeras lojas do setor localizam-se nas margens da rodovia Jorge Lacerda, situada às margens do rio Itajaí-Açu (GOVERNO DE SANTA CATARINA, 2009).

Como o município de Ilhota está localizado no Vale do Itajaí, foi um dos vários (Blumenau, Itajaí, Joinville, Gaspar, Navegantes, a capital Florianópolis) atingidos pelas inundações de novembro de 2008. Neste episódio, quase 80 mil pessoas tiveram que abandonar suas casas. Segundo a última contabilização feita pela Defesa Civil de Santa Catarina (16 fev. de 2009), os números são os seguintes: 135 mortos; 2 desaparecidos; 2.637 desabrigados; 9.390 desalojados.

Assim, o desastre ocorrido em novembro de 2008 causou inúmeras perdas ao estado de Santa Catarina. Perdas estas de grande contingente humano que trouxeram dor e sofrimento, principalmente para os habitantes do Vale do Rio Itajaí, onde se localiza o município de Ilhota, tomado para este estudo. Em relação aos danos humanos, segundo relatório divulgado pela Defesa Civil de Santa Catarina em 29 de janeiro de 2009, havia, no município de Ilhota, aproximadamente, quarenta e seis mortos, um desaparecido e quatrocentos e setenta e cinco desabrigados distribuídos em abrigos temporários (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2008).

Foram grandes também as perdas materiais, tanto de bens privados como do patrimônio público. Uma das regiões mais afetadas por enchentes e deslizamentos foi o complexo do Morro do Baú (vide figura 32), situado no triângulo formado pelos municípios de Ilhota, Luiz Alves e Gaspar. Trata-se de uma área estritamente rural, onde se concentram produtores de arroz (vide figura 33), banana

(vide figura 34), algumas granjas de aves e propriedades com florestas plantadas de pinheiro e eucalipto (VIANA; SOUZA, 2009).



Figura 32 – Casa atingida pelo deslizamento no Morro do Baú (Acervo cedido por um dos desabrigados de Ilhota).



Figura 33 – Plantação de arroz alagada na região de Ilhota/SC (Acervo cedido por um dos desabrigados de Ilhota).



Figura 34 – Parte da plantação de banana levada pelo deslizamento (Acervo cedido por um dos desabrigados de Ilhota).

A maioria dos desabrigados que estava instalada no abrigo da escola Marcos Konder era proveniente da região do Morro do Baú/Ilhota.

6.4 A necessidade de repactuação das bases de interlocução do Estado com os afetados: o abrigo de Ilhota/SC

A visita de campo da equipe do NEPED, no município de Ilhota/SC, ocorreu do dia 23 ao dia 26 de dezembro de 2008. O abrigo temporário focado foi o instalado no estabelecimento escolar de Educação Básica Marcos Konder que tinha dois gestores, um professor de matemática, assistente de direção e uma psicóloga.

Os gestores ressaltaram que os abrigados do Marcos Konder, provenientes da região do Alto Baú, inicialmente foram abrigados em Blumenau, depois em Gaspar e, por fim, em Ilhota, na escola Marcos Konder, que havia sido atingida pelas enchentes. Diante dessas mudanças, relataram os gestores, foi difícil,

de início, lidar com o grupo de desabrigados, já que este estava cansado de tantas mudanças e incertezas. Assim, quando chegaram ao abrigo de Ilhota, os gestores deixaram as famílias livres para escolherem as salas que ocupariam e com quem dividiriam, ficando uma média de 10 pessoas por sala. Na foto a seguir (figura 35), observa-se a colocação de lençóis para resguardar o mínimo de privacidade, já que mais de uma família ocupava a sala de aula.



Figura 35 – Divisão do espaço da sala de aula – por meio de lençóis – para mais de uma família no abrigo Marcos Konder (Acervo NEPED, 23 dez. 2008).

Em campo, pode-se observar a indignação geral entre os desabrigados com relação aos corpos de amigos e familiares que ainda não haviam sido resgatados. No caso de Ilhota, os desabrigados estavam desapontados com as autoridades, em virtude do esforço próprio que tiveram de realizar (sem o apoio do Exército ou da Defesa Civil), após três semanas do evento, para recuperar alguns dos corpos de familiares (VALENCIO; MARCHEZINI, 2008).

Outro fato relatado pelos desabrigados, quase não divulgado pela imprensa, é a causa de tantos deslizamentos no Morro do Baú. Segundo os moradores, a causa real dos deslizamentos foi a explosão do gasoduto: “Não foi por

causa da chuva. Foi a explosão do gás. Houve uma explosão no Belchior, foi depois da de Gaspar (SC)”, relatou a abrigada 3. Afirmaram que odores de gás foram sentidos 15 dias antes dos deslizamentos: “Duas semanas antes nós sentimos cheiro de gás. Todo mundo desligava o gás da cozinha [para tentar identificar de onde vinha o vazamento]” (abrigada 1). E ainda, disseram que helicópteros e carros da empresa (TBG) estavam monitorando o local do gasoduto semanas antes, mas sem dar satisfação à população (VALENCIO; MARCHEZINI, 2008).

No abrigo, havia duas cozinheiras, em turnos diferentes, responsáveis pelo preparo das refeições. Dessa forma, as mulheres abrigadas estavam alheas ao preparo da alimentação, não participando da elaboração do cardápio, nem da escolha dos alimentos. A única atividade relacionada à alimentação que cabia a essas mulheres era a preparação da mamadeira de seus filhos. Um espaço da cozinha foi reservado para tal atividade (vide figura 36).



Figura 36 – Espaço da cozinha “disputado” entre a cozinheira profissional e as abrigadas (Acervo NEPED, 23 dez. 2008).

Fazendo um exercício de análise da imagem, a figura 36 é o retrato deste trabalho, pois a cozinha (espaço construído historicamente, na sociedade

brasileira, como feminino) é disputada por dois grupos de mulheres (as cozinheiras profissionais x as abrigadas) e ainda observa-se uma criança (menina) acompanhando a mãe na atividade. Este é o espaço primordial de socialização da mulher e ali, se assim podemos dizer, o desastre da dominação masculina está sendo perpetuado. Isto torna-se ainda mais evidente quando observa-se que a questão da alimentação perpassou todos os relatos colhidos em campo, nos diferentes casos.

Já a limpeza do território do abrigo era dividida pelos gestores conforme as salas de aula. Havia uma escala de limpeza e a cada dia da semana um determinado grupo de salas era responsável por tal tarefa. O mesmo ocorria na lavagem de roupas (vide figura 37).

ESCALA DA LAVANDERIA			
Dia	Quarto	Horário	Responsável
03/12/08	Bloco 1 sala 1 e 4	07:30 as 12:59	Matias e Valdecir
	Bloco 2 sala 2		
	Bloco 2 sala 3		
	Bloco 2 sala 4		
03/12/08	Bloco 4 sala 1	13:00 as 19:00	Charles
	Bloco 3 sala 1		
	Bloco 3 sala 2		
	Bloco 3 sala 3		
04/12/08	Bloco 3 sala 2	07:30 as 12:59	Clodoldo
	Bloco 3 sala 3		
	Bloco 3 sala 6		
	Bloco 3 sala 4		
04/12/08	Bloco 3 sala 5	13:00 as 19:00	Odesio
	Bloco 1 sala 1 e 4		
	Bloco 2 sala 2		
	Bloco 2 sala 3		
05/12/08	Bloco 2 sala 4	07:30 as 12:59	Fabiano
	Bloco 4 sala 1		
	Bloco 3 sala 1		
	Bloco 3 sala 2		
06/12/08	Bloco 3 sala 3	07:30 as 12:59	Sheila
	Bloco 3 sala 6		
	Bloco 3 sala 4		
	Bloco 3 sala 5		
06/12/08	Bloco 3 sala 5	13:00 as 19:00	Gilmar
	Bloco 1 sala 1 e 4		
	Bloco 2 sala 2		
	Bloco 2 sala 3		
07/12/08	Bloco 2 sala 4	07:30 as 12:59	Marcelio
	Bloco 4 sala 1		
	Bloco 3 sala 1		
	Bloco 3 sala 2		
07/12/08	Bloco 3 sala 3	13:00 as 19:00	Valquiria
	Bloco 4 sala 1		
	Bloco 3 sala 1		
	Bloco 3 sala 2		
08/12/08	Bloco 3 sala 3	07:30 as 12:59	Jonas
	Bloco 3 sala 6		
	Bloco 3 sala 4		
	Bloco 3 sala 5		
08/12/08	Bloco 3 sala 5	13:00 as 19:00	Odesio
	Bloco 1 sala 1 e 4		
	Bloco 2 sala 2		
	Bloco 2 sala 3		
09/12/08	Bloco 2 sala 4	07:30 as 12:59	Matias e Valdecir
	Bloco 4 sala 1		
	Bloco 3 sala 1		
	Bloco 3 sala 2		
09/12/08	Bloco 3 sala 3	13:00 as 19:00	Charles
	Bloco 2 sala 1		
	Bloco 3 sala 1		
	Bloco 3 sala 2		
10/12/08	Bloco 3 sala 3	07:30 as 12:59	Clodoldo
	Bloco 3 sala 6		
	Bloco 3 sala 4		
	Bloco 3 sala 5		
10/12/08	Bloco 3 sala 5	13:00 as 19:00	Gilmar

Figura 37 – Escala para uso da lavanderia no abrigo Marcos Konder (Acervo NEPED, 2008).

Contudo, as desabrigadas relataram que acontecia rodízio para lavagem de roupas, por causa do pouco espaço para secagem das mesmas, sendo o lugar disputado palmo a palmo (vide figura 38).



Figura 38 – Espaço para secagem da roupa no abrigo Marcos Konder (Acervo NEPED, 2008)

Apesar da grande solidariedade entre os desabrigados, a tensão crescia na convivência cotidiana entre as famílias no abrigo. O convívio amigável entre os membros do grupo se deteriora a cada dia movido por fatores como: ausência de conforto mínimo com colchões no chão, causando “friagem” (vide figura 39), ausência de privacidade e uma rotina imposta pelos gestores do abrigo (VALENCIO; MARCHEZINI, 2008). Nas palavras da abrigada 2: “Não temos mais marido e mulher, é tudo irmão; não há privacidade”.



Figura 39 – Espaço exíguo para descansar e reunir objetos de uso pessoal da família. No detalhe: alguns colchões no chão que, segundo abrigadas, causavam “friagem”. Observa-se, ainda, que algumas delas, quando conseguiam, utilizavam dois colchões para amenizar a “friagem” (Acervo NEPED, 2008).

Em Ilhota houve a dissociação entre a gestão das doações no nível municipal e as necessidades do abrigo. Em 23 de dezembro, encontrava-se cartaz, defronte o depósito de doações municipais, informando os interessados que a distribuição dos donativos seria interrompida durante as festividades natalinas (a partir do dia 24) retornando dia 29 de dezembro (vide figura 40). Pode-se notar, neste episódio, o *habitus* profissional se sobrepondo às necessidades das famílias abrigadas, isto é, o descompasso entre as necessidades e o atendimento dos representantes do Estado.



Figura 40 - Em Ilhota, o expediente dos órgãos municipais, encerrado dia 23 e retornaria dia 29 de dezembro (Acervo NEPED, 2008)

O “auxílio-reação”, no valor que é oferecido pelo governo estadual (R\$ 415,00), é tido como uma medida inaceitável pelos desabrigados, porquanto não cobre necessidades das famílias relacionadas ao pagamento de aluguel – o aumento da demanda e diminuição da oferta de moradias, tidas como seguras, teria feito disparar o preço dos aluguéis; muitos desabrigados perderam igualmente seu ambiente de trabalho e emprego, pois a maioria vivia em área rural, onde o mundo do trabalho e o mundo doméstico estão muito próximos, típicos de uma sociabilidade rural. E não somente isso: “todo mundo tinha pato, marreco, boi, galinha. Dava para tirar tudo de lá. Hoje para comer temos de comprar até uma cebolinha” (abrigada 3). Sendo assim, despesas complementares de alimentação, transporte, vestuário, recuperação de mobiliário e afins, além do aluguel de moradia, não pode ser comportado pelo valor acima (VALENCIO; MARCHEZINI, 2008).

E ainda, pior para os desabrigados é lidar com a possibilidade de reabilitação por meio de barracas de acampamento militar – inadmissível para uma população inserida na sociabilidade rural – como estratégia de remanejamento do grupo do estabelecimento escolar ocupado quando o ano letivo iniciar em fevereiro

de 2009. Essas medidas – auxílio-reação; barracas de acampamento militar – pensadas pelo ente público são apenas algumas das muitas que refletem a necessidade de repactuação das bases de interlocução do Estado com os afetados.

Neste abrigo analisado em Ilhota/SC notou-se a falta de capacitação específica dos coordenadores do abrigo para lidar com a gestão do local (ambos trabalhavam pela primeira vez com abrigos). Eles não receberam da Defesa Civil Estadual nenhuma orientação específica sobre medidas de reabilitação, de gestão de abrigos. Assim, a gerência realizada por eles mesclava: o conhecimento empírico produzido na própria situação; carisma pessoal; empatia com os desabrigados e afins (VALENCIO; MARCHEZINI, 2008). Além disso, a jornada de trabalho formal dos gestores não era respeitada, os quais cumpriam expedientes de 13/15 horas por dia: “temos hora para chegar, mas não temos hora para sair”, afirmou a assistente social.

No caso de Ilhota, repetia-se a tendência que há muito tempo é seguida pelos gestores de desastres no Brasil: deixar os desabrigados de lado nos processos decisórios sobre a reconstrução da comunidade. Dessa forma, o desafio final dos abrigados é o de lidar com a ausência de informação dos gestores acerca das providências que estão sendo tomadas para a produção de novas moradias.

Eles vivem sob a expectativa de agilidade e acesso a laudos de geólogos e Defesa Civil, com uma posição oficial, para garantir segurança no retorno às moradias ou solução alternativa à moradia e retorno às condições de trabalho.

É preciso de uma resposta definitiva, se o local será habitável ou não. É preciso de uma resposta concreta para começar a pensar no futuro. Precisamos dessa informação (abrigada 2)

7. CONCLUSÕES

Podemos dizer que os eventos naturais ocorrem de forma ameaçante porque, de fato, a vulnerabilidade se perpetua em relação a três pontos: à pobreza; às territorialidades precárias; e a uma ausência de interlocução consistente com o Estado, pontos estes que fazem parte de um processo sócio-histórico que precisa ser rompido.

O espaço habitado é o pilar de complexas relações sociais, econômicas e ambientais. Assim, destruição ou danificação da moradia ocasiona sofrimento social significativo aos afetados, especialmente às mulheres. Esta situação é agravada quando ela é obrigada a abandonar a sua casa, o seu lugar e tem como única alternativa se dirigir aos abrigos temporários implantados pelo Estado. Na condição de abrigada, a afetada tem sua rotina do lar modificada, o que altera o *habitus* e resulta na perda das referências como cidadão e como indivíduo, buscando assim estratégias para aliviar o sofrimento. Nesta busca, observamos vários conflitos entre os gestores dos diferentes abrigos aqui analisados e as desabrigadas.

As práticas dos gestores de abrigo se mostraram inadequadas, com exceção de Sumidouro, porque há uma falsa compreensão do que seja o desastre. Os formuladores de políticas públicas estão preocupados apenas com os fatores de ameaças, não reconhecendo o caráter social do desastre, não atentando para a vulnerabilidade dos afetados. Por isso, ocorre, em muitos casos, o prolongamento do desastre no abrigo, já que estas famílias são postas numa convivência que as desqualifica cada vez mais, prolongando também a diferença social.

E não somente isso, a dominação exercida pelo gestor do abrigo se deu de três formas diferentes: primeira, por meio da interlocução baseada na relação verticalizada, o gestor exerce sua dominação no requerimento de que a abrigada assumia funções nesse espaço público, “passando as ordens” (caso de Nova Friburgo); segunda, o gestor exerce sua dominação quando contrata funcionárias para, por exemplo, elaborarem as refeições, alheando as abrigadas desta tarefa (caso de Ilhota), ou seja, retirando das abrigadas o direito de organizar seu próprio espaço, de gerir, de fazer sua comida, de fazer seu horário, de estipular regras; e terceira, uma dominação exercida por meio da omissão com o passar do tempo (caso de São Sebastião do Caí), pois se omitindo o Estado supõe que não há satisfação a ser dada ao cidadão e este sequer é visto pelo Estado como tal. Dessa forma, torna-se imperativo para trabalhos futuros analisar por onde passa a dominação para ver qual a real relação existente entre o Estado e os desabrigados.

Independente do tipo de dominação, ela é sempre antítese de qualquer processo democrático, de qualquer processo de negociação que entenda o outro como sujeito de direitos. Assim, a incapacidade dos agentes institucionais de reconhecer as famílias abrigadas como sujeitos a determinar suas necessidades de reabilitação, acaba por gerar mais conflitos, tensões que acentuam as dimensões das perdas e as identidades associadas a elas.

O contraponto de gestão de abrigo ocorreu em Sumidouro/RJ. Lá as desabrigadas participaram de seu próprio processo de reabilitação, criando regras próprias de funcionamento do território do abrigo que consideraram a minimização do sofrimento social dos que ali foram inseridos. Diante a recorrência de relações hierárquicas entre gestores de abrigos temporários e abrigados, a lógica comunitária de gestão, referente ao abrigo temporário instalado na escola Maria Amélia

Pacheco, se mostrou, em termos práticos, adequada, por pautar-se na manutenção da coesão social por princípios de solidariedade e não coercitivos. As mulheres puderam simular, relativamente, à organização do seu antigo lar, aspectos de seu *habitus* e permitindo, em parte, a renovação do mesmo para que a rotina do abrigo funcionasse.

Observou-se, ainda, que a predisposição da ajuda mútua é maior dentro de uma sociabilidade rural (casos de Sumidouro/RJ e Ilhota/SC). Por outro lado, na sociabilidade rural, o mundo do trabalho e o da vida privada estão muito interligados, assim, com a afetação, a reposição das perdas torna-se mais difícil, pois além de perderem a casa, perdem o meio de renda da família. Ou seja, embora a maior coesão social, a reconstrução torna-se mais complexa do que numa sociabilidade urbana.

Por fim, se as medidas recuperativas não forem pensadas com resiliência, com aprendizados para que a territorialização da moradia afetada seja refletidas em termos de maior segurança, os abrigos temporários continuarão a ser práticas correntes. Como prática corrente, pode ser desde eles que se aprenda a construir, nos termos da cidadania, uma territorialização provisória respeitosa, assim como, uma territorialização definitiva segura. Finalizo com uma indagação a ser respondida por pesquisas vindouras: que tipo de sociedade está emergindo após o caos? Se as Mudanças Climáticas apontam um aumento das precipitações pluviométricas concentradas, para onde vamos caminhar, seja no meio urbano, seja no meio rural?

– Recomendações

Como a principal recomendação está a revisão do conceito de desastre, por parte do Estado, pois ficou claro que grande parte dos problemas dentro do abrigo temporário advêm da falsa compreensão do que seja o desastre para os gestores.

A exemplo do ocorrido em Sumidouro/RJ, em que os desabrigados participaram de seu próprio processo de reconstrução a partir da possibilidade de influir sobre a organização dos abrigos, recomenda-se a expansão do presente para identificar experiências sociais que possam ser implementadas em ações de defesa civil, visando uma mudança de comportamento do gestor por meio do reconhecimento do outro. Tal recomendação apenas reafirma o já indicado pelo Projeto Esfera, pela Organização Pan-Americana de Saúde, pela Estratégia Internacional de Redução de Desastres – “envolver os afetados no processo de reabilitação e reconstrução

Por fim, capacitar os gestores em administração de abrigos. Os órgãos de Defesa Civil precisam promover cursos de capacitação em gestão de abrigos temporários, mas cursos de caráter multidisciplinar/multiprofissional (unindo psicólogos, médicos, sociólogos, assistentes sociais, nutricionistas etc), tentando mostrar as várias facetas que formam o espaço do abrigo. Contudo, antes destes cursos a própria instituição Defesa Civil precisa rever o que, de fato, seja o desastre.

REFERÊNCIAS

- A VOZ DA SERRA. Prefeita decreta “estado de emergência” e governador vem ao município domingo. **Diário de Nova Friburgo**, Rio de Janeiro, 06 jan. 2007a. Disponível em: <<http://www.avozdaserra.com.br/materias/materias.php#mat14>>. Acesso em: 06 jan. 2007.
- A VOZ DA SERRA. Continua subindo o número de desabrigados e deslizamentos. **Diário de Nova Friburgo**, Rio de Janeiro, 11 jan. 2007b. Disponível em: <<http://www.avozdaserra.com.br/materias/materias.php#mat4>>. Acesso em: 11 jan. 2007.
- ACSELRAD, H. **Justiça Ambiental** - novas articulações entre meio ambiente e democracia. IPPUR-UFRJ, 2000. Disponível em: <<http://www.ida.org.br/artigos/justicambiental.pdf>>. Acesso em: 25 abr. 2008.
- ACSELRAD, H. Justiça ambiental e construção social do risco. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 13, 2002, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2002. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2002/GT_MA_ST5_Acselrad_texto.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2008.
- ADGER, N. W. Vulnerability. **Global Environmental Change**, Elsevier, v. 16, p. 268–281, 2006.
- ALBUQUERQUE, L. Gênero: da omissão à invisibilidade. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ABEP, 2000. p. 1-15.
- APERIBENSE, P. G. G. de S.; BARREIRA, I. de A. Nexos entre Enfermagem, Nutrição e Serviço Social, profissões femininas pioneiras na área da Saúde. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, São Paulo, v. 42, n. 3, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0080-62342008000300000&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06 fev. 2009.
- AZEVEDO, M. L. N. de. Espaço Social, Campo Social, *Habitus* e Conceito de Classe Social em Pierre Bourdieu. **Revista Espaço Acadêmico**, ano III, nº 24, 2003. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/024/24cneves.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2008.
- BAPTISTA, G. **Enchente**: 85 famílias tiveram de ser removidas pela prefeitura. **Jornal Fato Novo**. Vale do Caí, 14 de julho de 2007a. Disponível em: <http://www.fatonovo.com.br/ler.php?id=489&ed_id=&imp=ok>. Acesso em: 12 set. 2008.
- _____. **Prefeito defende a volta da draga**. **Jornal Fato Novo**. Vale do Caí, 05 de outubro de 2007b. Disponível em: <http://www.fatonovo.com.br/ler.php?id=766&ed_id=&imp=ok>. Acesso em: 12 set. 2008

_____. **Desabrigados não poderão reconstruir casas em áreas atingidas pela enchente.** Jornal Fato Novo. Vale do Caí, 12 de outubro de 2007c. Disponível em: < http://www.fatonovo.com.br/ler.php?id=791&ed_id=&imp=ok> Acesso em: 12 set. 2008.

_____. **Prefeitura terá de alugar casas para 14 famílias de flagelados.** Jornal Fato Novo. Vale do Caí, 09 de novembro de 2007d. Disponível em: < http://www.fatonovo.com.br/ler.php?id=870&ed_id=>. Acesso em: 12 nov. 2008.

BECK, U. A Reinvenção da Política: rumo a uma teoria da modernização reflexiva. In: BECK, U.; GIDDENS, A.; LASH, S (Org's). **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna.** São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997. p.11-71.

BLANKIE, P et al. Vulnerabilidad: el entorno social, político y económico de los desastres. **Red de Estudios Sociales em Prevención de Desastres em América Latina.** Santafé de Bogotá: La Red, 1995. Disponível em: <[http://www.crid.or.cr/digitalizacion/pdf/spa/doc 8400/doc 8400. htm](http://www.crid.or.cr/digitalizacion/pdf/spa/doc%208400/doc%208400.htm)>. Acesso em: 03 out. 2008.

BOURDIEU, P. Espaço social e espaço simbólico. In: _____. **Razões Práticas.** Sobre a teoria da ação. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1997. p. 13-33.

_____. **A Dominação Masculina.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____. **Coisas Ditas.** São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. **Meditações Pascalianas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007a.

_____. **O Poder Simbólico.** Rio de Janeiro; Bertrand Brasil: 2007b.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Política Nacional de Defesa Civil.** Brasília: SEDEC, 2000.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social.** Brasília: MDS, 2004.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. **Plano de Contingência de Vigilância em Saúde frente a inundações.** Brasília: MS, 2005.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. Departamento de Minimização de Desastres. **Política Pública de Prevenção e Resposta aos Desastres: as ações da SEDEC de 2003 a 2006.** Relatório de Atividades. Brasília: SEDEC, 2007a.

_____. Ministério da Integração Nacional. Secretaria Nacional de Defesa Civil. **Defesa Civil Nacional registrou 730 desastres naturais este ano.** 2007b. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/noticias/noticia.asp?id=2794>>. Acesso em: 29 abr. 2008.

_____. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Habitação. **Centro de Estudos da Metrópole**. Brasília: MC/SNH, 2008. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-dehabitacao/biblioteca/publicacoes-e-artigos/estudo-contratado-pelo-mcidades-revela-o-dobro-deprecariedade-da-indicada-peloibge/DomicilioemAssentamentosPrecariosporMunicipio.pdf>>. Acesso em: 29 abr. 2008.

BRUSEKE, F. Risco Social, risco ambiental, risco individual. **Ambiente & Sociedade**, Campinas, v. 1, n. 1, p. 117-133, 1997.

CARDOSO, A. L. Risco urbano e moradia: a construção social do risco em uma favela do Rio de Janeiro. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 27-48, 2006.

CASTRO, A. L. C. **Glossário de Defesa Civil, Estudos de Riscos e Medicina de Desastres**. Brasília: MP, 1998. Disponível em: <<http://www.defesacivil.gov.br/publicacoes/publicacoes/glossario.asp>>. Acesso em: 29 jul. 2008.

CEPAL /COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA y el CARIBE. **Anuário Estadístico de América Latina y el Caribe**. América Latina y el Caribe: desastres naturales, 2007. Disponível em: <http://www.eclac.cl/publicaciones/xml/8/32598/LCG23_56B_3.pdf>. Acesso em: 19 jul. 2008.

CHAVES, E. G. Goiânia é Azul: o acidente com o Césio 137. **Revista UFG**, Goiás, ano IX, n. 1, p. 19-28, 2007.

CONFALONIERI, U. Variabilidade climática, vulnerabilidade social e saúde no Brasil. **Terra Livre**, São Paulo, ano 19, v. 1, n. 20, p. 193-204, 2003.

COORDENADORIA ESTADUAL DE DEFESA CIVIL DO RIO GRANDE DO SUL. **Centro de Operações**. 2009. Disponível em: <<http://www.defesacivil.rs.gov.br/>>. Acesso em: 15 out. 2008.

COSTA, S. Quase Crítica: insuficiências da sociologia da modernização reflexiva. **Tempo Social**, v. 16, n. 2, p. 73-100, 2004.

DAROSA, D. **Chuva Demais**: enchente no bairro Navegantes em São Sebastião do Caí. 2008. Disponível em: <http://www.flickr.com/photos/rosa_diego/>. Acesso em: 25 set. 2008.

DOUGLAS, M. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva, 1976.

DUBOIS, P. **Ato Fotográfico e outros ensaios**. Campinas: Ed. Papyrus, 1993.

ELIAS, N., SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

EIRD/ONU - ESTRATÉGIA INTERNACIONAL DE REDUÇÃO DOS DESASTRES/ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS). **Living with risk: a global review of disaster reduction initiatives**. Geneva: ONU, 2002.

FISCHER, I. A trabalhadora rural: assalariamento, reprodução biológica e conflitos de gênero na família. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 12, 2000, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Abep, 2000. p. 01-16.

GIDDENS, A. **As conseqüências da Modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

GIDDENS, A.; BECK, U.; LASH, S. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997.

GOFFMAN, E. **A Representação do Eu na Vida Cotidiana**. Petrópolis: Vozes, 1989.

_____. **Estigma Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1980.

GONÇALVES, A.L. **História & Gênero**. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2006.

GONDIM, L.M.P. & LIMA, J.C. **A Pesquisa como Artesanato Intelectual: considerações sobre método e bom senso**. São Carlos: EdUFSCar, 2006.

GOLDANI, A. M. Famílias e Gêneros: uma proposta para avaliar (des)igualdades. In: ALGRANTI, L. M. (Org.). **A Prática Feminista e o Conceito de Gênero**. Campinas: IFCH/UNICAMP, 2002. (Textos Didáticos nº 48).

GOVERNO DE SANTA CATARINA. Defesa Civil de Santa Catarina. Enchentes 2008. **Relatório de Ações Enchentes Santa Catarina – 31 dezembro de 2008**. 2008. Disponível em: <http://www.desastre.sc.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=109&Itemid=30>. Acesso em: 04 fev. 2009.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina. **Mapa interativo de Santa Catarina**. 2009. Disponível em: <<http://www.mapainterativo.ciasc.gov.br/sc.phtml>>. Acesso em: 05 fev. 2009.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Secretaria de Estado da Defesa Civil. Subsecretaria Adjunta de Operações. Instituto Tecnológico de Defesa Civil. Escola de Defesa Civil. **Administração para Abrigos Temporários**. Rio de Janeiro: SEDEC-RJ, 2006.

GUIVANT, J.S. **A trajetória das análises de risco: da periferia ao centro da teoria social**. Rio de Janeiro: BIB, n. 46, p. 3-38, 1998.

_____. A teoria da sociedade de risco em Ulrich Beck: entre o diagnóstico e a profecia. **Revista Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 95-112, 2001.

KLEIN, R. **O Caí enfrenta a primeira grande enchente do século**. Jornal Fato Novo. Vale do Caí, 25 de setembro de 2007. Disponível em: <http://www.fatonovo.com.br/ler.php?id=745&ed_id=&imp=ok>. Acesso em: 12 set. 2008

LIEBER, R. R., ROMANO-LIEBER, N. S. Risco e precaução no desastre tecnológico. **Cadernos de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 67-84, 2005.

MARANDOLA, E. Jr., HOGAN, D. J. O Risco em Perspectiva: tendências e abordagens. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 2, 2004, Indaiatuba. **Anais...** Indaiatuba: ANPPAS, 2004. 25p. Disponível em: <http://www.anppas.org.br/encontro_anua_l/encontro2/GT/GT09/Eduardo%20e%20Daniel.pdf>. Acesso em: 29 mar. 2007.

MARCHEZINI, V. **Análise Sociológica das Políticas Públicas para Desabrigados**: a relação estado-sociedade em contextos de desastres relacionados às chuvas. São Carlos: NEPED/DCSo/UFSCar, mimeo, 2007.

MARICATO, E. Urbanismo na periferia do mundo globalizado: metrópoles brasileiras. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 14, n. 4, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 23 jul. 2008.

MARQUES, F. Carlos Nobre: meteorologista do Inpe expõe as causas e os efeitos das mudanças climáticas. **Revista Pesquisa Fapesp**, São Paulo, n. 149, p. 63-66, 2008.

MARTÍNEZ-ALIER, J. **O Ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MARTINS, J. S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Sociologia da Fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

NOBRE, C. Mudanças climáticas globais e o Brasil: porque devemos nos preocupar. **Revista Plenarium**, Brasília, n. 1, v. 1, p. 12-20, 2004.

ORGANIZACIÓN PANAMERICANA DE LA SALUD. **Los desastres naturales y la protección de la salud**. Washington, D.C.: OPS, 2000.

_____. Programa de Preparativos para Situaciones de Emergencia y Socorro en Casos de Desastre. **El Cuidado de la**

Salud Mental en Situaciones de Desastre. Washington, D.C.: OPS/OMS, 2002a, CD-rom.

_____. **Protección de la salud mental en situaciones de desastres y emergencias.** Washington, D.C.: OPS, 2002b.

PACHECO, T. Racismo Ambiental: expropriação do território e negação da cidadania. In: Superintendência de Recursos Hídricos. **Justiça pelas águas: enfrentamento ao racismo ambiental.** Salvador: Superintendência de Recursos Hídricos, 2008. p. 11-23.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento; IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), Fundação João Pinheiro; IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil (IDH-M).** Brasília: PNUD, 2000.

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Entenda os indicadores.** 2004. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/indicadores/index.php?lay=ind1&id_ind=mo r&nome_ind=Moradia>. Acesso em: 14 jun. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA. **Guia cidade.** 2009. Disponível em: <http://www.ilhota.sc.gov.br/conteudo/?item=4356&fa=5&cc=195>. Acesso em: 30 jan. 2009.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA FRIBURGO. **Dados Gerais.** 2007. Disponível em: <<http://www.pmnf.rj.gov.br/dadosgerais/index.htm#geraismapa>>. Acesso em: 22 jan. 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ. **Dados Gerais.** 2007. Disponível em: <http://www.sscai.com.br/prefeitura/index.php?option=com_content&task=blogcategory&id=13&Itemid=27>. Acesso em: 16 out. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SUMIDOURO. **Dados Gerais.** 2007. Disponível em: <<http://www.sumidouro.rj.gov.br/portal1/municipio/localizacao.asp?ildMun=100133084>>. Acesso em: 24 jun. 2007.

PROJETO ESFERA. **Normas mínimas em matéria de abrigo e planejamento dos locais de alojamento.** Genebra: Projeto Esfera, 2000.

PUPPIN, A. B. Mulheres em Cargos de Comando. In: BRUSCHINI, C., SORJ, B. (Org's). **Novos Olhares: Mulheres e Relações de Gênero no Brasil.** São Paulo: Marco Zero/Fundação Carlos Chagas, 1994, p. 13-36.

QUARANTELLI, E.L. Introduction: the basic question, its importance, and how it is addresses in this volume. In: _____(Org). **What is a disaster?** Perspective on the question. London and New York: Routledge, 1998.

_____. **Catastrophes are Different from Disasters:** some implications for crisis planning and managing drawn from katrina. 2006. Disponível em: <understandingkatrina.src.org/Quarantelli/>. Acesso em: 09 mar. 2008.

QUEIROZ, M. I. P. *Relatos Oraís: do “indizível” ao “dizível”*. In: **ENSAIOS**. CERU/Departamento de Ciências Sociais, FFLCH, USP, 1987.

RODRIGUES, R. **Série Desabrigados**. Disponível em: <<http://www.flickr.com/photos/10938759@N06/>>. Acesso em: 07 out. 2008.

SANTOS, M. O Retorno do Território. In: SANTOS, M., SOUZA, M. A. de, SILVEIRA, M. L. (Org's). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1994. p. 15-20.

_____. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacionall**. São Paulo: Hucitec, 1998.

SARTI, C. A. **A Família Como Espelho**. Campinas: Autores Associados, 1996.

SELUCHI, M. E. **O efeito estufa é a causa dos furacões?** Cachoeira Paulista: LBA informa, 2005.

SIENA, M.; VALENCIO, N. F. L. S. Moradias Afetadas pelas Chuvas: dimensões objetivas e subjetivas dos danos pelo recorte de gênero. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 3, 2006, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2006, v. cd. 14p.

SILVA, M.A.M. **Das mãos à memória**. São Carlos, mimeo, 2004.

_____. Transversalidade do Gênero nas Relações Sociais. In: III SEMANA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E ESTUDOS MARXISTAS/ UFSCAR, 2005, São Carlos. **Mini-curso...**

SOUZA SANTOS, B. de. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. In: **Enciclopédia Digital Direitos Humanos II**. Natal: CENARTE/DHnet, 2002. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/direitos/militantes/boaventura/boaventura_dh.htm>. Acesso em: 15 jun. 07.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. In: _____(Org). **Conhecimento prudente para uma vida decente: "Um discurso sobre as ciências" revisitado**. Porto: Afrontamento, 2003.

TORRES, H. G. **Desigualdade ambiental na cidade de São Paulo** Campinas: Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1997 (tese de doutorado).

UNIC Rio de Janeiro /Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil. **Fenômenos climáticos extremos fazem parte da tendência da “nova normalidade”**, 2008. Disponível em: <http://rio.unic.org/index.php?option=com_content&task=view&id=342> . Acesso em: 17 mai. 2008.

VALENCIO, N. F. L. S. Dimensões psicossociais e político-institucionais do desastre de Camará (PB): limitações da resposta da Defesa Civil frente ao rompimento de barragens. In: ENCONTRO CIÊNCIAS SOCIAIS E BARRAGENS, 1, 2005, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 2005. v. cd. 20p.

_____. A gestão de desastres como prática institucional de reiteração da violência contra grupos vulneráveis: o caso dos abrigos temporários. Congresso Brasileiro de Sociologia, 13, 2007, Recife. **Anais...** Recife: SBS, 2007a. Disponível em: <http://www.sbsociologia.com.br/congresso_v02/papers/GT11%20Estratificação%20e%20Desigualdades%20Sociais/A%20gestão%20de%20desastres%20como%20prática%20institucional%20de%20reiteração%20da%20violência%20contra%20grupos%20vulneráveis%20o%20caso%20dos%20abrigos%20temporários1.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2008.

_____. O Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) diante das Mudanças Climáticas: desafios e limitações da estrutura e dinâmica institucional. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa, 1, 2007, São Carlos. **Anais...** São Carlos: ABED, 2007b. Disponível em: <<http://www.arqanalagoa.ufscar.br/abed/Integra/Norma%20Venancio,%2016-08-7.pdf>>. Acesso em 24 abr. 2008

_____. Da 'área de risco' ao abrigo temporário: uma análise sociológica dos conflitos subjacentes a uma territorialidade precária. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS, 32, 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: ANPOCS, 2008a, 28p.

_____. **Um país comido pelas bordas:** dimensões da vulnerabilidade de São Tomé e Príncipe frente às mudanças climáticas. 14p. 2008b. (Texto Inédito).

VALENCIO, N. F. L. S. et al. A produção social do desastre: dimensões técnicas e político-institucionais da vulnerabilidade das cidades brasileiras frente às chuvas. **Revista Teoria e Pesquisa**, São Carlos, n. 44-45, p. 67-115, 2004.

_____. Chuvas no Brasil: representações e práticas sociais. **Política e Sociedade**, Florianópolis, v. 4, p. 163-183, 2005.

_____. O desastre como desafio para a construção de uma hermenêutica diatópica entre o Estado e os afetados. **Revista Cronos**, Natal, v. 8, n. 1, p. 81-100, 2007.

_____. Práticas de reabilitação no pós-desastre relacionado às chuvas: lições de uma administração participativa de abrigo temporário. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE, 4, 2008, Brasília. **Anais...** Brasília: ANPPAS, 2008. 20p.

VALENCIO, N. F. L. S.; MARCHEZINI, V. **Relatório Técnico NEPED I:** Desastres no Vale do Itajaí/SC. São Carlos: NEPED, 2008.

VALENCIO, N. F. L. S.; MARCHEZINI, V.; SIENA, M. **Após o desastre**: abrigos temporários como *loci* de reafirmação da vulnerabilidade dos afetados pelas chuvas. Reunião Brasileira de Antropologia, 26, 2008, Porto Seguro. Disponível em: <http://201.48.149.88/abant/arquivos/6_5_2008_10_8_47.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2008.

VARGAS, M. A. R. **Construção social da moradia de risco**: trajetórias de despossessão e resistência – a experiência de Juiz de Fora/MG. Rio de Janeiro: Planejamento Urbano, Sistema de Documentação da UFRJ, 2006. (dissertação de mestrado) Disponível em: <http://teses.ufrj.br/IPPUR_M/MariaAuxiliadoraRamosVargas.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2008.

VIANNA, L.F de N; SOUZA, J.M. de. **Relatório sobre o levantamento dos deslizamentos ocasionados pelas chuvas de novembro de 2008 no complexo do morro do baú**: municípios de ilhota, gaspar e luiz alves. Florianópolis: Epagri, 2009.

WEBER, M. **Os Economistas**. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

ZANIRATO, S.H. et al. Sentidos do Risco: interpretações teóricas. **Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales** (Serie documental de *Geo Crítica*), Universidad de Barcelona, n. 785, v. 13, 2008. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/b3w-785.htm>>. Acesso em: 15 jan. 2009.

ANEXOS

Roteiros de Entrevistas

Data:

Cidade:

Nome do abrigo:

ROTEIRO COM DESABRIGADAS

Nome

Idade

Casada, filhos?

1) O que é para você ser uma desabrigada?

- O que aconteceu com sua casa que fez você vir para cá?
- Quantos cômodos têm sua casa? Todos foram danificados? O que foi danificado em sua casa? (móveis, eletrodomésticos, eletroeletrônicos). Perdeu algum documento? (Fotos, livros). Quais objetos de valor sentimental foram perdidos, salvos, ou recuperados?
- Conseguiu trazer algo para cá? Se sim, teve ajuda da defesa civil ou da prefeitura? Ou de vizinhos? Ou de parentes?
- A defesa civil havia passado lá antes para avisar de algum perigo?
- Saíram logo depois do ocorrido, ou depois de uma vitória da defesa civil? Resistiram?
- Algum parente, compadre ou vizinho foi procurado por você ou pela defesa civil para alojá-lo provisoriamente? Se sim, por que o alojamento não deu certo e teve que voltar pra cá? Há familiares que estão alojados com parentes ou amigos (ex: o filho está na casa da madrinha)?
- Perdeu algum item de uso pessoal indispensável? (óculos, dentadura, aparelho auditivo, bengala, bomba de asma, cadernos e livros, uniformes, material de trabalho, remédio) Conseguiu efetuar a reposição?
- Quanto tempo está aqui? É a primeira vez que precisa vir para um abrigo?
- A localidade já tinha sido anteriormente afetada?

2) Como você define este lugar?

- Aqui no abrigo, como estão as acomodações? Cada um escolheu seu lugar aqui, ou houve uma divisão feita pelo gestor do abrigo? Estão em quantos na mesma sala? Dividem com pessoas estranhas? Ou foi separado por famílias? Toda sua família veio pra cá?
- E seus filhos, estudam? Aqui é longe da escola? (Se o abrigo for uma escola: Eles estudam aqui?) Quando não está no horário de aula, onde eles ficam? O que fazem? Trouxeram brinquedos? Alguns desabrigados reclamam do barulho das crianças? Teve conflitos aqui por causa disso?
- Aqui é longe do trabalho? (da própria pessoa ou do companheiro). Como faz para ir?
- Quantos banheiros têm para uso de vocês? É separado por sexo? Quantos chuveiros? Tem papel higiênico, sabonete, pasta, gilete, suficientes? E a limpeza do banheiro? Água, tem o suficiente? Tanto para o banho quanto para beber?

3) Conte como é viver nesse lugar, nessa situação? (pedir para a pessoa levar até o local que a família dela fica, durma).

- E a privacidade, como fica? Têm chaves nas salas (quartos)? E para trocar de roupa, como a senhora faz? (Observar se no cômodo há mais de uma família e se a privacidade é assegurada por lençóis).
- Existem reuniões periódicas entre vocês desabrigados ou entre vocês e o gestor do abrigo? Alguma previsão de quando vocês sairão daqui?
- Vocês receberam a visita de algum enfermeiro, assistente social, psicólogo ou liderança religiosa? Como foi? Uma vez apenas?
- Sempre que falta algo, você pede para o responsável pelo abrigo (gestor ou morador líder)? Ele atende ao pedido sempre? Ele está sempre aberto para vocês conversarem e solicitar o necessário?
- Você tem conseguido dormir? Problemas com barulhos?
- Tem retornado à sua casa para ver como está? Vai sozinha?

- Alguém na sua família precisou de remédios que aqui não forneciam? Como foi? Ou começou a se sentir doente com a situação?
- Tem alguma religião? Se sim, tem como praticar os rituais dela? A religião tem ajudado a suportar a situação?
- Sentimentos em relação à experiência de ser abrigada (medo, vergonha, culpa, pesar)

4) Como funciona o dia-a-dia do abrigo?

- E alimentação como está? De onde vem o alimento? Quem o prepara? A família come junto? E o cardápio, vocês que definem? Quantas refeições são feitas por dia? Existem horários para as refeições? Quem estipula o horário? Se sim, se alguém precisa sair mais cedo, isso é negociado para a pessoa comer antes, ou levar uma marmita? Existe algum tipo de alimentação especial para alguém aqui?
- Quem é responsável pela limpeza? Se a resposta for: as próprias abrigadas: Então como fica a divisão de tarefas? Quem coordena? (limpeza dos cômodos e lavagem da louça) Todos têm acesso ao local onde ficam armazenadas as comidas? Já tiveram problemas com o sumiço de algo?
- Se tanto nos horários das refeições quanto na divisão de tarefas for um gestor o responsável: Você tem problemas com esses horários, divisões que o gestor faz? Teve algum conflito com ele por causa disso? Nunca nenhuma abrigada reclamou com ele?
- A lavagem das roupas, como é? Onde seca? Tudo junto com as roupas dos outros? Há tanques suficientes? E água? E o sabão, é a prefeitura que fornece?
- Vocês podem sair do abrigo a hora que querem? Tem toque de recolher?
- Você tem problemas em circular sozinha por aqui? E ir ao banheiro à noite sozinha?
- Tem animal de estimação? Trouxeram? Se tiver animais lá de outras pessoas: esses animais aqui a incomodam? Tem alguém na família que tem alergia e sofre com isso aqui?

- Há atividades de ONG's ou voluntários no abrigo?
- Como é a vigilância no abrigo? Quem faz?
- Existe alguma previsão de quando sairão daqui? Há alguma negociação?

Data:

Cidade:

Nome do abrigo:

ROTEIRO COM GESTORA

Nome

Idade

- 1) Que tipo de formação você tem? Onde? Como? Quanto tempo tem de profissão? Funcionária da prefeitura?

- 2) Como e quando foi o desastre que formou este grupo de desabrigados? De que bairros eles vêm? Esse grupo sofre recorrentemente com os desastres?
 - Eles vêm de uma área de risco?
 - Por que tal área é considerada de risco?

- 3) Não foi tentada outra solução de alojamento, como o vale-moradia?

- 4) O quê é o abrigo temporário? Há quanto tempo trabalha com abrigo? Recebeu algum tipo de capacitação em administração de abrigos? Tal capacitação tem ajudado aqui na prática? A idéia de Defesa Civil deles, nos cursos, é a mesma que a sua?

- 5) Como foi organizar este abrigo?
 - Quantas pessoas estão aqui abrigadas? Quantas famílias? Desde quando? Você tem o número de mulheres, homens, idosos, adultos, crianças e pessoas com necessidades especiais?
 - Como foi, no início, rearranjar as pessoas, por exemplo, quem ficaria com quem nos cômodos, ou perto, no caso de ginásio? Foi você mesmo que fez isso?
 - Quem delimitou as fronteiras entre as famílias? E esses objetos que fazem a fronteira (tipo: lençol, saco de areia) quem forneceu?
 - Os desabrigados estão envolvidos nas atividades da gestão do abrigo?

- A divisão das tarefas (limpeza, cozinhar) foi você quem fez? Eles respeitam a sua autoridade? Há respeito quanto a tal divisão? Quando não há, o que você faz?
- Tem problema de pessoas quererem comer fora do horário? Mas se for por conta do trabalho, se precisarem comer mais cedo, tem como negociar? Ou providenciar uma marmita?
- Onde fica armazenado os alimentos? A prefeitura que tem fornecido? Você que controla o que falta e faz o pedido, ou há uma cooperação das desabrigadas de irem vendo o que falta e passar para você?
- Há pessoas com necessidades especiais que requerem algum tipo de tratamento diferenciado? Algum cadeirante?
- Há grávidas aqui? Elas têm algum tipo de acompanhamento médico? Há lactantes aqui? Elas têm algum tipo de acompanhamento?
- Tem problema com consumo de álcool e drogas aqui?
- Há tensões e conflitos entre os desabrigados? Por quê? Por causa do que?
- Qual seu turno? Há alguém que venha observar o andamento de sua conduta como gestora do abrigo? Tem problemas com outros gestores? (tentar entrar no caso do superior)
- O que você acha que falta para melhorar a situação deste abrigo?

6) Como você reconhece a diferença social? No seu entendimento, olhando para o abrigo, há uma dimensão de classe social por de trás do desastre? Ou o desastre diz respeito a todas as classes sociais?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)